

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MÔNICA APARECIDA BORTOLOTTI

PRÁTICAS ALIMENTARES DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
CONTEXTO DO TERCEIRO REGIME ALIMENTAR: UM ESTUDO DE CASO
DO MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC

CURITIBA, PR

2019

MÔNICA APARECIDA BORTOLOTTI

PRÁTICAS ALIMENTARES DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
CONTEXTO DO TERCEIRO REGIME ALIMENTAR: UM ESTUDO DE CASO
DO MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC

Tese de Doutorado apresentada
como requisito parcial à conclusão
do Curso de Pós-Graduação em
Políticas Públicas, Setor de Ciências
 Sociais e Aplicadas da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Maciel
de Paula

CURITIBA, PR

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Bortolotti, Mônica Aparecida

Práticas alimentares dos agricultores familiares no contexto do terceiro regime alimentar: um estudo de caso do município de Palmitos/SC / Mônica Aparecida Bortolotti. - 2019.
156 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Orientador: Nilson Maciel de Paula.

Defesa: Curitiba, 2019.

1. Agricultura Familiar. 2. Alimentos - Consumo. 3. Hábitos Alimentares. I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas. II. Paula, Nilson Maciel de. III. Título.

CDD 338.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -
40001016076P0

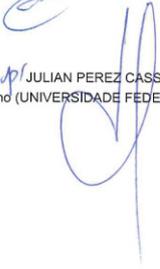
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **MÔNICA APARECIDA BORTOLOTTI**, intitulada: **HÁBITOS ALIMENTARES DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTEXTO DO TERCEIRO REGIME ALIMENTAR**, sob orientação do Prof. Dr. NILSON MACIEL DE PAULA, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 25 de Outubro de 2019.


NILSON MACIEL DE PAULA
Presidente da Banca-Examinadora


JULIAN PEREZ CASSARINO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL)


SILVIA DO AMARAL RIGON
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


ANGELITA BAZOTTI
Avaliador Externo (IPARDES)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS -
40001016076P0

ATA N°

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM POLÍTICAS PÚBLICAS.

No dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezenove às 14:00 horas, na sala Sala de Reuniões, Setor de Ciências Sociais Aplicadas do Setor de CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS da Universidade Federal do Paraná, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa da tese da doutoranda **MÔNICA APARECIDA BORTOLOTTI**, intitulada : **HÁBITOS ALIMENTARES DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTEXTO DO TERCEIRO REGIME ALIMENTAR**, sob orientação do Prof. Dr. NILSON MACIEL DE PAULA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná em POLÍTICAS PÚBLICAS foi constituída pelos seguintes Membros: NILSON MACIEL DE PAULA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), SILVIA DO AMARAL RIGON (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), JULIAN PEREZ CASSARINO (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL), ANGELITA BAZOTTI (IPARDES). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva ~~contra~~ argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela aprovação. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga do título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, NILSON MACIEL DE PAULA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: *recomendações foram feitas pela banca para reformulação do trabalho e do título, este devendo ser "Hábitos alimentares dos agricultores familiares no contexto do terceiro regime alimentar: um estudo de caso do município de Pádmato/SC"*

Curitiba, 25 de Outubro de 2019.


NILSON MACIEL DE PAULA
Presidente da Banca Examinadora


SILVIA DO AMARAL RIGON
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


JULIAN PEREZ CASSARINO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL)


ANGELITA BAZOTTI
Avaliador Externo (IPARDES)

AGRADECIMENTOS

Gratidão é o adjetivo que melhor representa o resultado deste ciclo que finda. Gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná, que está exercendo seu papel de qualificar profissionais com excelência e de forma gratuita. Agradeço aos docentes que contribuíram com a minha formação.

Gratidão aos meus colegas por compartilharem conhecimento, angústias e saberes, pois foi com vocês que eu me sentia apenas uma aluna. Gratidão especial ao Almir, Maria Letícia e Fabiana, pois não vamos apenas ter o mesmo diploma, vamos ter experiências, vivências, uma história que construímos ao longo desses anos. Obrigada por me receber em suas casas, pelas viagens, pelos almoços, pelas conversas, pela troca de material, pelo café.

Gratidão ao professor Julian, professoras Silvia e Angelita, cada orientação e contribuição ao trabalho foi relevante para o avanço da análise proposta. Obrigada, Professora Silvia, por me receber como aluna especial em sua disciplina no mestrado, foi de grande valia.

Gratidão ao meu orientador, Professor Nilson, obrigada por nunca desistir de mim. Obrigada por ser esse professor tão prestativo, comprometido, exigente e humano. Minha admiração por você começou quando fui pesquisar seuattes, mas não imaginava que suas qualidades ultrapassavam qualquer registro formal. Hoje minha admiração não é somente por sua vida profissional e acadêmica, mas pela pessoa exemplar que você é. Em cada conversa ou orientação, antes de saber sobre a pesquisa, você se preocupava em saber se eu estava bem, para então falar do trabalho. Eu desejo, um dia, ser para meus alunos uma referência como você é para mim.

Gratidão aos meus colegas de trabalho da Unicentro que, facilitando ou dificultando minha vida profissional, me ajudaram a ser uma pessoa melhor, mais comprometida e disposta a superar obstáculos. Gratidão aos meus alunos

e ex-alunos, que sempre foram o meu olhar para frente, o meu desejo de estar mais preparada para contribuir com a formação.

Gratidão a minha família, que celebra esse momento mágico: enfim, a primeira doutora da família. Desculpe pela ausência. Obrigada por sempre, sempre estarem comigo, lutando, vibrando e me apoiando. Aquela oração, aquele “se cuida”, aquele “boa aula” sempre fizeram diferença no meu dia a dia. Esta conquista é de vocês também! Amo vocês. Obrigada!

Gratidão a Deus, pois foi ele que tornou tudo isso possível, dando sabedoria e saúde para eu fazer a melhor escolha, no seu tempo, no seu modo. Presenteou-me também com o melhor presente da vida, meu filho João Pedro. Portanto, apenas agradeço! Obrigada! Gratidão.

*Pela janela do quarto
Pela janela do carro
Pela tela, pela janela
(quem é ela, quem é ela?)
Eu vejo tudo enquadrado
Remoto controle*

*Eu ando pelo mundo
E os automóveis correm para quê?
As crianças correm para onde?
Transito entre dois lados de um lado
Eu gosto de opostos
Exponho o meu modo, me mostro
Eu canto pra quem?
(Renato Russo)*

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é analisar o consumo alimentar dos agricultores familiares, tendo como referência a noção de regime alimentar, especificamente formulada sob a denominação de regime corporativo neoliberal. A dinâmica então formada alterou profundamente as estruturas produtivas e os hábitos alimentares em nível global, com impactos na soberania e na segurança alimentar e nutricional (SAN) das sociedades, inclusive do meio rural, entre agricultores familiares produtores de alimentos. O problema desta pesquisa está relacionado às mudanças no padrão, hábitos e/ou práticas do consumo alimentar entre agricultores familiares, cuja análise leva em conta sua complexidade como uma categoria social e econômica. Para tanto, partindo de uma revisão conceitual sobre agricultura familiar, são interpretadas as mudanças no consumo alimentar, no contexto das transformações estruturais, na divisão doméstica de trabalho e no ambiente de convivência familiar, bem como nas relações de mercado, cujas repercussões aprofundam a monetização das relações de produção e consumo. O dinheiro passa a ser a via de inserção do agricultor no mercado de produtos, de meios de produção e bens de consumo, inclusive alimentos. Nesse processo, novos hábitos de consumo emergem, em detrimento do autoconsumo, resultando em um processo de urbanização de hábitos e práticas de alimentação, simultaneamente a uma redução da diversidade produtiva. Destaque é também dado ao papel das políticas públicas agrícolas, através do PRONAF, PAA e PNAE, estimuladoras da produção de alimentos e da diversidade produtiva. Para ilustrar a análise, evidências empíricas foram coletadas através de entrevistas em dez estabelecimentos de agricultura familiar no Oeste do Estado de Santa Catarina, as quais confirmam as tendências gerais apontadas inicialmente, relativas à emergência de novos hábitos e práticas alimentares, redefinindo tradições historicamente formadas.

Palavras-chave: Hábitos Alimentares, Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to analyze the food consumption by family farmers, with reference to the notion neoliberal corporative food regime. The dynamics thus emerged has profoundly altered the productive structures and eating habits at the global level, with impacts on the sovereignty and food and nutritional security (SAN) of societies, including the rural environment, between family farmers producers of food. The issue addressed by this research is related to changes in the pattern, habits and/or practices of food consumption among family farmers, whose analysis takes into account their complexity as a social and economic category. Therefore, starting from a conceptual review on family farming, this analysis is focused on the changes in food consumption, in the context of structural changes, in the domestic division of labor and in the environment of family life , as well as market relations, whose repercussions deepen the monetization of relations of production and consumption. Money becomes the way for farmers to enter the market arena of products, means of production and consumer goods, including food. In this process new habits of consumption emerge, at the expense of self-consumption, resulting in a process of urbanization of eating habits and practices, simultaneously to a reduction of diversity in farming activities. Attention is also given to the role of public agricultural policies, through PRONAF, PAA and PNAE, which stimulate food production and farming diversity. To illustrate this analysis, empirical evidence was collected through interviews with ten family farmers in Western Santa Catarina State, which confirm the general trends initially indicated, regarding the emergence of new dietary habits and practices, which have also redefined traditions historically formed.

KEYWORDS: Eating Habits, Food And Nutrition Security, Family Farming.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DIRETO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	59
FIGURA 2 - DIMENSÕES DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.....	60
FIGURA 3 - DIMENSÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	61

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PORCENTAGEM E NÚMERO (EM MILHÕES) DE PESSOAS DESNUTRIDAS NO MUNDO.....	53
GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EXISTENTE NO DOMICÍLIO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E AS GRANDES REGIÕES - 2009/2013.....	68
GRÁFICO 3 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (VALORES EM BILHÕES DE REAIS).....	69
GRÁFICO 4 - CRÉDITO RURAL - EVOLUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS - VALORES NOMINAIS E CONSTANTES	97
GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DAS MODALIDADES DO PAA DE 2009 A 2017 (VALOR EM REAIS).....	101
GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DO PAA DE 2003 A 2017 (SEAD E MDS) - VALORES NOMINAIS.....	102
GRÁFICO 7 - RECURSOS FINANCEIROS DO PNAE	106
GRÁFICO 8 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE	106

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - EIXOS NORTEADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	78
QUADRO 2 - PRINCÍPIOS DO PNAE.....	103

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DADOS AGRICULTURA FAMILIAR EM PALMITOS SC	21
TABELA 2 - DADOS FAMÍLIAS PESQUISADAS.....	22
TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS MORADORES DE DOMICÍLIOS PARTICULARES POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEGURANÇA ALIMENTAR – BRASIL 2009 / 2013	65
TABELA 4 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO MEIO RURAL NA REGIÃO SUL E NO BRASIL, EM RELAÇÃO À SEGURANÇA ALIMENTAR	65
TABELA 5 - RELAÇÃO ENTRE RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR	67
TABELA 6 - TRÊS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES PESQUISADAS	110
TABELA 7 MÃO-DE-OBRA NAS PROPRIEDADES PESQUISADAS.....	111
TABELA 8 - NÚMERO DE FILHO OU FILHA QUE DEIXOU A PROPRIEDADE PARA ESTUDAR E NÃO RETORNOU.....	112
TABELA 9 - UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO AGRÍCOLA - PRONAF.....	115
TABELA 10 - PRINCIPAIS ITENS ALIMENTÍCIOS CONSUMIDOS PELOS PESQUISADOS NO CAFÉ DA MANHÃ	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAS	- Associação Brasileira de Supermercados
BCB	- Banco Central do Brasil
CAE	- Conselhos de Alimentação Escolar
CAISAN	- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CDAF	- Compra Direta Local da Agricultura Familiar
CDS	- Compra com Doação Simultânea
CF	- Constituição Federal
CGU	- Controladoria Geral da União
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DEROP	- Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro
DHAA	- Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável
EBIA	- Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	- <i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
INAN	- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OGMs	- Organismos Geneticamente Modificados
OMC	- Organização Mundial do Comércio
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	- Produto Interno Bruto
PLANSAN	- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNA	- Plano Nacional de Alimentação
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	- Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNME	- Programa Nacional de Merenda Escolar

PNRA	- Programa Nacional de Reforma Agrária
PNSAN	- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	- Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	- Secretaria da Agricultura Familiar
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	- Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SISAN	- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	21
2 A DINÂMICA DO ATUAL REGIME AGROALIMENTAR	26
2.1 UM REGIME ALIMENTAR CORPORATIVO E O ALIMENTO COMO MERCADORIA.....	27
2.2 GLOBALIZAÇÃO DO CONSUMO.....	31
2.3 MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES	33
2.4 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO ATUAL REGIME.....	39
3 CULTURA, PRÁTICAS E HÁBITOS ALIMENTARES	46
4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL	53
5 AGRICULTURA FAMILIAR E OS DESAFIOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL	70
5.1 A DINÂMICA MERCANTIL DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E SOCIAIS	70
5.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E A CRESCENTE INTEGRAÇÃO COM O MERCADO.....	76
5.3 AUTOCONSUMO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	84
6 POLÍTICAS AGRÍCOLAS E A CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES	91
6.1 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	94
6.2 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	98
6.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	102
7 PADRÃO ALIMENTAR DOS AGRICULTORES PESQUISADOS	108
7.1 MERCANTILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	109
7.2 ACESSO ÀS POLÍTICAS AGRÍCOLAS	115
7.3 OS HÁBITOS, AS PRÁTICAS E A CULTURA ALIMENTAR.....	118
7.4 AUTOCONSUMO DE ALIMENTOS	123
7.5 CONSUMO ALIMENTAR URBANIZADO.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	131
ANEXO 01 - ROTEIRO DE ENTREVISTA	148

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de análise o consumo alimentar no meio rural, em particular entre os agricultores familiares, tendo como referência analítica a dinâmica do atual regime alimentar, que modifica hábitos de consumo, e as estruturas produtivas na agricultura familiar, impactando diretamente a soberania e a segurança alimentar e nutricional (SAN) dos agricultores familiares. O debate sobre SAN tem se voltado prioritariamente à população urbana, expondo seus hábitos, suas carências e as condições de abastecimento, segundo as necessidades familiares. No entanto, pouco tem sido analisado a respeito desses aspectos no meio rural, em especial entre os próprios agricultores e suas famílias. Embora pareça contraditório, dado que são responsáveis pela produção e oferta de alimentos, os agricultores familiares têm sido expostos a condições de insegurança alimentar e nutricional em escala crescente.

A agricultura familiar é peça-chave de um padrão de desenvolvimento com inclusão social, tendo em vista sua sintonia com os objetivos da segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, com a preservação do patrimônio natural, nele incluídas a biodiversidade e a múltipla função do espaço rural. Respeitando essa visão sistêmica, ao ter acesso a informações adequadas sobre as características dos alimentos, a dinâmica da agricultura familiar proporciona meios essenciais para um padrão alimentar de acordo com os princípios embutidos no direito humano à alimentação adequada e saudável.

O agricultor familiar se diferencia dos demais, entre outros aspectos, por ser consumidor do alimento produzido (autoconsumo), enquanto ainda demanda alimentos produzidos por outros agricultores e pela agroindústria alimentícia. Essas condições sintetizam transformações endógenas e exógenas da agricultura familiar, em particular quando observada sua inserção no mercado. Assim, estudar o autoconsumo permite entender o contexto sociocultural das famílias, seus hábitos, sua etnia, suas práticas alimentares e suas origens. Os alimentos que chegam à mesa das famílias foram cultivados ou criados e/ou comprados em função de seus hábitos e das tradições acumuladas ao longo de sua história.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), a Agricultura Familiar¹ destaca-se na produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira, sendo ela constituída de pequenos produtores rurais, comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, além de silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. Ainda se destaca pela produção de milho, feijão, arroz, cana, raiz de mandioca, olerícolas, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças, e pela pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, suínos e aves. Outra característica elementar da agricultura familiar é a gestão da propriedade, que ocorre de forma compartilhada pelo grupo familiar, e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda, além da diversidade produtiva.

Porém, estudos estão apontando alterações nos hábitos e culturas alimentares dos agricultores familiares. Balem e Silveira (2005) estudaram a cultura alimentar de agricultores familiares de dois assentamentos de reforma agrária do município de Tupanciretã – RS, e a comunidade de Nossa Senhora Aparecida, distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria - RS. Na pesquisa foi identificado um processo de empobrecimento da dieta dos agricultores que, segundo os pesquisadores, é consequência do “abandono das culturas de subsistência e a maior dependência da renda gerada pelos produtos voltados ao mercado de exportação ou às grandes cadeias agroalimentares para garantir a segurança alimentar de sua família” (BALEM; SILVEIRA, 2005, p. 1). Os autores ainda destacam que esse processo é resultado do modelo agrícola que incentiva a monocultura e a crescente especialização do agricultor, ou seja, atividades produtivas voltadas para o mercado. Por fim, enfatizam a urbanização do meio rural, e destacam “aproximando o agricultor do urbano o leva a assumir práticas e hábitos alimentares deste meio. Demonstra-se que há um crescente abandono da produção artesanal de alimentos processados e de cultivos tradicionais para o consumo” (BALEM; SILVEIRA, 2005, p. 2). Em outras palavras, o agricultor é influenciado a

¹ A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. Conforme a legislação, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

alterar o modo de produção, e também a consumir produtos típicos urbanos; por fim, os autores concluem que existe uma erosão da cultura alimentar dos agricultores.

Para Silva et al. (2013, p. 65), “a alimentação no meio rural está enfrentando uma simplificação da dieta das famílias rurais”. Com base nesta constatação, os autores realizaram atividades com mulheres e a comunidade escolar do assentamento Sepé Tiaraju, em Capão do Cipó - RS, com o objetivo de identificar as motivações que levaram as famílias a abandonarem a prática de produção de alimentos que contribuiu para diversificar a dieta da família. Ainda constataram que os agricultores adotam cada vez mais a forma de produção para o mercado, distanciando-se das práticas alimentares baseadas no saber-fazer, que enriqueciam a dieta da família.

Outro estudo realizado com agricultores familiares de Ibiúna - SP apontou, entre os pesquisados, uma redução do autoconsumo, e destacou o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados entre a população rural. Segundo a autora, “houve mudanças significativas nas práticas de autoconsumo. Situação em que as famílias se tornaram mais vulneráveis por redução da sustentabilidade da produção de alimentos básicos” (LUZ, 2014, p.80).

Está ocorrendo mudança da estrutura dos estabelecimentos. Conforme dados do Censo Agropecuário (2017), 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como da agricultura familiar, segundo levantamento em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil. Ainda, em extensão de área, ocupava 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas, que isto representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária, além de ser responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários.

Porém, verifica-se que a agricultura familiar encolheu no país, com redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, em relação ao último Censo de 2006. Além de perder mão de obra, representou um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores. Outro fator que apresenta preocupação é o envelhecimento dos chefes das famílias, ao mesmo tempo em que os filhos optam por outras atividades fora do domicílio agrícola, ou seja, a não

sucessão² geracional na agricultura familiar. Por outro lado, o número de trabalhadores em estabelecimentos não familiares aumentou, de 2006 para 2017.

Apesar desse cenário pouco favorável descrito no parágrafo anterior, os agricultores familiares têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Nas culturas permanentes, responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca; 69% do abacaxi; e 42% da produção do feijão (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

A importância da agricultura familiar, em Santa Catarina, é expressiva em dados. O Estado possui território nacional de pouco mais de 1,1% e é um dos estados mais importantes na produção agropecuária brasileira. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2017, o estado ocupa a oitava posição no ranking nacional em relação ao Valor Bruto da Produção (VBP), com destaque para a produção animal. De acordo com a Epagri/Cepa (2017), a pecuária contribuiu com 60% do VBP total da agropecuária catarinense em 2017, principalmente frangos, suínos e pecuária leiteira. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, o Estado de Santa Catarina apresenta VBP contabilizado em R\$ 20,48 bilhões, e 50,7% desse total vem da agricultura familiar, distribuídos em 183 mil propriedades rurais e com a colaboração de 502 mil pessoas ocupadas. Estes dados tornam Santa Catarina o nono estado com maior faturamento do país no setor agrícola. Já no setor da produção animal e vegetal, o estado tem uma agricultura familiar altamente produtiva e inserida no mercado, principalmente através das cooperativas e das agroindústrias. Segundo dados do Censo Agropecuário, 78% das propriedades rurais são integradas ao mercado, ocupando 364 mil pessoas.

Sendo assim, o objetivo geral da tese foi analisar as evidências das mudanças no consumo alimentar detectadas entre agricultores familiares de uma comunidade rural do município de Palmitos - SC, no contexto do terceiro regime alimentar, e suas implicações nas práticas alimentares de produtores de alimentos.

² Em Santa Catarina são mais de 168 mil estabelecimentos de agricultores familiares, 90,8% dos municípios catarinenses têm menos de 50 mil habitantes. Isto indica uma participação decisiva da agricultura familiar, na vida econômica, cultural e social destes municípios. Porém, em Santa Catarina, o êxodo rural cresceu 21% nos últimos anos e, segundo dados do Cepaf/Epagri (2017), aproximadamente 40 mil propriedades, ou seja, 25% dos estabelecimentos agropecuários estão sem perspectiva de sucessão.

1.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE

Partindo da análise dedutiva, considera-se que devido a mudanças no padrão de consumo no atual regime alimentar, os agricultores familiares, apesar de produzir e comprar alimentos, também são influenciados pelas tendências globais das mudanças de hábitos e práticas de alimentação.

A pesquisa aconteceu no município de Palmitos, localizado no Oeste do Estado de Santa Catarina, município com população estimada, em 2019, de 16.169 pessoas. Em 2017, o salário médio mensal³ era de 2,5 salários mínimos, e o PIB per capita de R\$ 35.361,19. O setor agropecuário é o segundo maior, com R\$ 157.605,73 dos R\$ 518.891,52 gerados em 2017, ficando atrás apenas do setor terciário. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, dos 1455 estabelecimentos agropecuários do município, 1328 são de agricultura familiar, ou seja, 91,27%. Vivem nos estabelecimentos 1251 homens e 77 mulheres. Outra característica relevante dos agricultores familiares de Palmitos é que 859 são associados à Cooperativa, o que representa, 64,67%. Como se observa na tabela 1, além do predomínio de homens no campo, a faixa etária entre 45 e 65 anos predomina no município, o que demonstra o envelhecimento de sua população.

TABELA 1 - DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PALMITOS – SC

Palmitos SC	Total	% de Homens	Homens	% de Mulheres	Mulheres
Total	1328	94,2%	1251	5,8%	77
Menor de 25 anos	13	92,3%	12	7,7%	1
De 25 a menos de 35 anos	81	93,8%	76	6,2%	5
De 35 a menos de 45 anos	197	94,4%	186	5,6%	11
De 45 a menos de 55 anos	378	95,0%	359	5,0%	19
De 55 a menos de 65 anos	407	94,3%	384	5,7%	23
De 65 a menos de 75 anos	208	94,2%	196	5,8%	12
De 75 anos e mais	44	86,4%	38	13,6%	6

Fonte: IBGE (2019).

As características demográficas, socioeconômicas e culturais detectadas no município são expressões típicas do meio rural da região Oeste de Santa Catarina,

³ A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26,4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 35 de 295 e 129 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 527 de 5570 e 710 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 27,8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 146 de 295 dentre as cidades do estado, e na posição 5051 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2019).

sujeito a uma mesma dinâmica populacional, determinando comportamentos culturais e práticas produtivas e de consumo. Dada essa relativa homogeneidade regional, assim como no município de Palmitos, em particular, devido à predominância de agricultores familiares, a entrevista realizada com dez famílias permitiu captar os principais elementos e tendências em curso na região. Nesse sentido, a comunidade visitada em pesquisa de campo é representativa do conjunto da agricultura familiar da região em todos os seus aspectos. Nessa comunidade foram entrevistados integrantes de dez famílias, todas de agricultores familiares, que sempre residiram no mesmo local, de etnia italiana e/ou alemã, filhos/filhas de agricultores, que nunca deixaram o campo. Também são associados à cooperativa local e se dedicam a pelo menos uma atividade agropecuária integrada com o mercado.

Os dados da pesquisa convergem com os resultados apresentados na tabela 01, ou seja, apresentam mais homens do que mulheres nos estabelecimentos, com o predomínio de pessoas com mais de 45 anos (Tabela 02).

TABELA 2 - DADOS FAMÍLIAS PESQUISADAS

Pesquisados	Total	% De Homens	Homens	% de Mulheres	Mulheres
Total	36	58,3%	21	42%	15
Menor de 25 anos	1	100,0%	1	0%	0
De 25 a menos de 35 anos	2	100,0%	2	0%	0
De 35 a menos de 45 anos	3	66,7%	2	33%	1
De 45 a menos de 55 anos	7	71,4%	5	29%	2
De 55 a menos de 65 anos	14	50,0%	7	50%	7
De 65 a menos de 75 anos	5	60,0%	3	40%	2
De 75 anos e mais	4	25,0%	1	75%	3

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

No município, a produção agrícola que prenomina, por nível de importância, é a soja, seguida do milho, feijão e trigo, além de reflorestamento de eucalipto. Já entre as atividades pecuárias, os agricultores se dedicam à suinocultura, produção de leite, avicultura e bovinocultura de corte (IBGE, 2017), de grande importância na atividade agropecuária desenvolvida pelas famílias pesquisadas, para a comercialização.

A pesquisa com as dez famílias aconteceu no mês de dezembro de 2018, através de entrevista semiestruturada, com questões abertas e fechadas, conforme Anexo A. Os respondentes pertencem ao grupo familiar, e em nenhum dos casos

apenas uma das pessoas da família respondeu sozinha. Porém, quando a temática era alimentação, eram as mulheres que respondiam, geralmente. Após as entrevistas, os dados e informações foram descritos e tabulados com auxílio de planilhas eletrônicas, analisadas segundo uma abordagem qualitativa, para viabilizar a caracterização do padrão de consumo dos agricultores famílias, suas implicações produtivas e as mudanças dos hábitos alimentares.

Através dos procedimentos metodológicos adotados, ao final foi possível identificar o padrão de consumo das famílias, a mercantilização da produção, o acesso às políticas públicas, o autoconsumo e a tendência de consumo urbanizado entre os pesquisados. Para analisar estas questões, este trabalho está estruturado em seis capítulos além desta introdução. No capítulo 2 é apresentada uma revisão conceitual relativa à dinâmica do atual regime agroalimentar, denominado regime corporativo, sob o controle das grandes corporações transnacionais atuantes no sistema agroalimentar. Tais corporações determinam as tendências de consumo alimentar globalizado, com impactos diretos na cultura, nos hábitos e práticas alimentares da população, bem como na definição da produção agrícola.

No capítulo 3, o consumo alimentar é tratado à luz da cultura, das práticas e dos hábitos alimentares formados historicamente, através da preservação de valores e simbologias, sujeitos a influências transmutadas em novas tradições difundidas no contexto do atual regime alimentar. São, ainda, destacadas transformações entre os consumidores típicos urbanos e entre os produtores de alimentos, em especial os agricultores familiares.

No capítulo 4 é discutida a dicotomia do atual regime caracterizado pela coexistência da fome e da obesidade. São apresentados os avanços teóricos, normativos e propositivos da soberania alimentar e do direito à alimentação saudável, além das ações de SAN no Brasil, seus avanços e desafios. Ainda são apresentados os dados sobre os níveis de insegurança alimentar e nutricional no meio rural, os quais foram motivadores da realização da pesquisa. Apesar de o objetivo deste trabalho não ser a mensuração da SAN, pesquisas já realizadas sobre o assunto reforçam a necessidade de discutir as causas da mudança de hábitos alimentares no atual regime alimentar entre os agricultores que produzem alimentos.

Já no capítulo 5 destacam-se a agricultura familiar e sua importância para superar os desafios para a SAN no Brasil. No primeiro momento são descritas as transformações produtivas a partir da dicotomia entre alimentos e commodities na

agricultura familiar, bem como a mudança do padrão de consumo dos agricultores no atual regime agroalimentar. Em um segundo momento, o capítulo aborda uma nova dinâmica de produzir na agricultura familiar, com foco no mercado, a integração produtiva para mercados corporativos e os mercados institucionais. Essa abordagem desafia o entendimento da complexidade da mudança de hábitos alimentares dos agricultores familiares, que ultrapassa somente a mudança na forma de produzir. Com o intuito de aumentar a oferta quantitativa de alimentos, a produção agropecuária tem se especializado e integrando ao mercado, uma exigência do regime corporativo atual. Isto ocorre em uma dinâmica que tem absorvido, também, a agricultura familiar, a qual passou a se especializar e reduzir a diversidade de produtos alimentícios para o autoconsumo.

No capítulo 6 são descritas as três políticas agrícolas citadas no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), vinculadas à agricultura familiar, sendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Cabe destacar que as três políticas não são específicas para garantir a SAN entre os agricultores familiares, mas elas têm foco na produção de alimentos para a população em geral.

O capítulo 7 contém a análise das evidências obtidas durante a pesquisa empírica sobre as mudanças no padrão de consumo dos agricultores familiares, com foco no autoconsumo, na cultura, práticas e hábitos alimentares, bem como a relação comercial da produção e as consequências das políticas públicas destacadas no capítulo anterior. A pesquisa empírica foi realizada em dezembro de 2018, em dez estabelecimentos de agricultores familiares no município de Palmitos, região Oeste do Estado de Santa Catarina. O critério de seleção das famílias foi a proximidade geográfica entre elas e do predomínio de atividades produtivas voltadas para o mercado. O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada, conforme anexo 01, a qual contemplou a contextualização socioeconômica das famílias, as mudanças produtivas e práticas alimentares, cujas informações subsidiaram uma análise descritiva. A pesquisa empírica foi realizada para evidenciar as transformações dos hábitos e práticas alimentares no atual regime alimentar, apontadas na literatura e nos trabalhos realizados que tratam dessa temática em uma abordagem dedutiva.

Por fim, as considerações finais do trabalho destacam aspectos relativos aos determinantes das transformações na agricultura familiar, em particular, aquelas relativas ao consumo alimentar das famílias.

2 A DINÂMICA DO ATUAL REGIME AGROALIMENTAR

A noção de regime alimentar elaborada por Friedmann e McMichael (1989) foi adotada como referencial para analisar a dinâmica do sistema alimentar e as condições reinantes de (in)segurança alimentar e nutricional no contexto do capitalismo contemporâneo. Friedmann (1987) já havia discutido a questão alimentar à luz das tendências estruturais do sistema alimentar, inter-relacionando os fatos econômicos, sociais, políticos e nutricionais com as dietas alimentares nos Estados Unidos e com a expansão do capitalismo.

Assim, desde meados do século XIX, sob a hegemonia Britânica (1870 - 1914), a divisão internacional do trabalho entre metrópoles industriais e colônias agroexportadoras define o primeiro regime alimentar. No processo de recuperação da economia mundial pós-segunda guerra, marcado pela hegemonia Americana (1947 - 1973), formou-se um segundo regime alimentar, definido como regime de excedentes e pela internacionalização do sistema agroalimentar, preponderantemente a partir dos Estados Unidos. Embora tal evolução seja importante para compreender a gênese e a dinâmica do sistema alimentar e do mundo da alimentação, as transformações a partir da década de 1970 são as referências centrais para este trabalho, sintetizadas no conceito de regime alimentar.

Para McMichael (2009, p. 140), o conceito de regime alimentar historiciza o sistema global de alimentos, ao problematizar “linearmente as representações da modernização agrícola, sublinhando as regras centrais do alimento na economia política mundial e conceituando as principais contradições históricas, em particular nos regimes alimentares, que produzem crises, transformações e transições”. E mais, o sistema agroalimentar é visto em uma dimensão global, segundo uma perspectiva histórica e política capaz de explorar as relações de produção e de poder no interior dos países, e entre países em suas transações comerciais (MCMICHAEL, 2009). Por fim, “a análise dos regimes alimentares constrói uma perspectiva estrutural para o entendimento da agricultura e das regras alimentares na acumulação de capital através do espaço” (McMICHAEL, 2009, p.140).

A fundamentação teórica do atual regime alimentar deste trabalho foca as evidências/características estruturantes que contemplam a dominação pelas grandes corporações transnacionais, organizadas em uma estrutura de mercado

oligopolizada, Tal estrutura cobre desde o fornecimento de insumos químicos e biotecnológicos, passando pelas indústrias de processamento, redes de comercialização e abastecimento e financiamento para o setor, ou seja, controlando toda a cadeia agroalimentar. Como resultado, a noção de Regime Alimentar passou a incorporar a força articuladora das grandes corporações na dinâmica do sistema alimentar e na padronização das dietas alimentares (NESTLE, 2002).

Portanto, por ser um regime contemporâneo, ele é estudado sob diferentes perspectivas, de acordo com suas consequências no mundo da alimentação. A primeira refere-se ao poder das corporações na cadeia agroalimentar. Já a segunda é sobre o consumo, a mudança do padrão alimentar da população, que reduz o consumo de alimentos *in natura* e aumenta o consumo de alimentos industrializados, com impactos na segurança alimentar e nutricional. Por fim, a terceira centra-se na produção de alimentos, que convive com a dualidade de especialização e monetização dos produtos agrícolas, atendendo as demandas das grandes corporações do setor *versus* a produção voltada para mercados institucionais e locais.

2.1 UM REGIME ALIMENTAR CORPORATIVO E O ALIMENTO COMO MERCADORIA

Em suas tendências dominantes, a sucessão dos regimes alimentares está historicamente caracterizada com o processo geral de acumulação de capital pelas grandes corporações, pois elas conectam a produção e o consumo. Para Friedmann (1993, p. 52), “as corporações tornaram-se os principais agentes [globais] tentando [...] estabelecer condições estáveis de produção e consumo que lhes permitam planejar o investimento, o fornecimento de materiais agrícolas e a comercialização”. Com o sistema de produção integrada para que a produção de matéria-prima seja padronizada, com uma indústria alimentícia oligopolizada que se utiliza de produtos que agradam o paladar, de fácil preparo e armazenamento, aliado a um programa de *marketing* comercial e varejo dominado pelas redes de supermercados e hipermercados, as empresas gigantes do setor se fortalecem e se retroalimentam.

As corporações, ao conhecer o mercado onde atuam, conseguem manipular e coordenar o sistema. “O sistema procura controlar não só o aparelho de produção, mas a procura do consumo; não apenas o preço, mas o que se procurará a tal

preço” (BAUDRILLARD, 1981, p. 71). Quando fornece insumos para a produção, cria e integra a produção aos canais de comercialização do setor varejista, em que as grandes corporações determinam preço. Essas corporações tornam-se líderes no atual regime alimentar, e proporcionam, ao consumidor, uma visão de consumo globalizado, integrado, conectado, de pertencimento à dinâmica alimentar do atual regime.

Em outras palavras, as corporações “possuem a capacidade de voltar a organizar as distintas etapas da cadeia de produtos agroalimentares e de modificar os termos e condições em que os outros atores da cadeia podem operar” (McMICHAEL, 2009, p. 158). Assim, a verticalização da produção integra a cadeia produtiva dos alimentos até chegar ao consumidor final. É possível verificar produtos das empresas líderes do setor sendo comercializadas tanto em minimercados como em hipermercados, consumidos por pessoas das diferentes classes sociais, e produzidos em diferentes países chegando à mesa dos consumidores. Reforçando esta constatação de cenário, Patel (2018, p. 11) afirma que “os obesos e os famintos estão vinculados entre si por cadeias produtivas que conduzem os alimentos desde o campo até a nossa mesa”. Assim, repercute o poder das grandes corporações em definir a forma de comer e de pensar no alimento. Conseqüentemente, os consumidores modificam e incorporam um padrão de consumo, no qual predominam os produtos industrializados. O tamanho da porção, o sabor, a textura, a diversidade, a constante inovação, a facilidade de acesso a produtos diferenciados em preço e qualidade conecta os consumidores ao consumo alimentar definido pelas corporações.

Essa hegemonia das grandes corporações na condução do terceiro regime alimentar, em especial as que compõem o setor varejista, que foram estimuladas pelo livre mercado via mecanismos multilaterais sediados na Organização Mundial do Comércio (OMC), torna o sistema alimentar global totalmente permeável às estratégias de uma reduzida quantidade de grandes corporações. Tais corporações controlam e determinam a dinâmica de toda a cadeia alimentar, potencializando a padronização da dieta adotada pela população, levando a uma transição nutricional também globalizada. Como destacado por Shiva (2013), há uma ditadura alimentar das grandes corporações, desde a oferta das sementes transgênicas, o comércio internacional, até as esferas do processamento e do varejo, repercutindo em uma

restrição estrutural aos negócios e empresas locais. Complementando, Schmitt (2011, p. 5) destaca:

As tendências de concentração e integração das grandes empresas do setor agroalimentar, impulsionadas tanto por processos de desregulamentação dos mercados como pela criação de novos instrumentos legais, não se materializam do mesmo modo em todos os lugares, embora não deixem de constituir uma força poderosa.

A concentração do capital no setor alimentício é, portanto, um determinante das políticas voltadas para os campos da alimentação e consumo de alimentos. Para Monteiro e Cannon (2012, p. 1), a “globalização econômica, a sistemática privatização e a mínima regulação do capital foram todos deslocados no balanço entre os governos e as corporações.” Os governos e as instituições que estão focadas apenas em resultados econômicos favorecem as corporações, pois elas geram emprego, valor adicionado e receita, ou seja, contribuem para a movimentação econômica e financeira. Os autores ainda completam: “atualmente, governos e instituições internacionais tendem a ceder o dever de defender o interesse público das grandes corporações internacionais, os quais têm como principal responsabilidade a dos seus acionistas” (MONTEIRO; CANNON, 2012, p. 1).

Sendo assim, as empresas alimentícias transnacionais estimulam a produção para atender suas demandas, transformando a dinâmica da produção de alimentos, além de disseminar práticas e técnicas produtivas de acordo com as exigências do comércio global de alimentos, com impactos transformadores nos hábitos e culturas alimentares. O controle da cadeia produtiva alimentícia só é viabilizado pela “elevação da produtividade, os ganhos de escala, a homogeneização das dietas e dos processos produtivos e a desregulamentação dos mercados não podem ser vistos como a única racionalidade operante no âmbito do sistema agroalimentar” (SCHMITT, 2011, p. 6). Com a massificação da produção de alimentos determinada pelas grandes corporações, as quais intensificam a monetização da produção alimentar e determinam as mudanças nos hábitos, dos produtores e/ou consumidores de alimentos, há efeitos diretos na insegurança alimentar e nutricional. Paula (2017, p. 29) complementa:

Quanto maior a capacidade das empresas de promover inovações, mais o sistema agroalimentar local se vê envolvido em um padrão de comércio dominado por produtos processados, interindustrial, e menos determinados pela simples relação entre oferta e demanda de alimentos naturais.

Logo, sob a prevalência de produtos processados e interindustriais, os consumidores reforçam a dominação das corporações e fortalecem a economia dos países desenvolvidos. Quando o produto é processado e industrializado para atender a demanda universal, perde sua identidade de origem e passa a ser apenas mais um produto no mercado, tornando-se uma mercadoria. Para Machado, Oliveira e Mendes (2016, p. 505), “a caracterização do alimento enquanto mercadoria surge por meio de um sistema alimentar cada vez mais concentrado e determinado por poucas empresas transnacionais, sendo essa uma das consequências da crise estrutural do capitalismo”.

Pol (2019, p. 47) faz referência às limitações do sistema agroalimentar, sob a hegemonia das corporações e os riscos inerentes à alimentação, uma vez que “o alimento sempre carrega a semântica de um bem privado produzido por meios privados e comercializado no mercado. As leis de mercado e o poder de consumo são as principais forças aptas a corresponder à oferta e demanda de algo tão basilar.” Na dinâmica do sistema capitalista, o alimento é apenas mais uma mercadoria, e o objetivo fim é o lucro com sua comercialização; logo, a quantidade é mais importante que a qualidade. Ainda, Machado, Oliveira e Mendes (2016, p. 506) destacam a definição de alimento-mercadoria:

Para a indústria alimentícia: alimento passa a ser pautada no entendimento do alimento-mercadoria, onde o objetivo maior é a disponibilidade de produtos gerados por meio de alta tecnologia industrial associada aos ingredientes de fácil aquisição e baixo custo. Isso é o que se come.

Esse cenário só é possível devido ao poder das corporações do setor, que determinam a dinâmica do consumo de alimentos. Segundo Stuckler e Nestle (2012, p. 1), “os sistemas alimentares não têm sido direcionados para atender às dietas próprias dos seres humanos, mas para maximizar os lucros”. Em consequência, essas mudanças dos hábitos alimentares, com a tendência de consumo globalizado, colocam em risco a segurança e soberania alimentar e nutricional. Para Paula (2017, p. 174), “a alimentação se converteu num ato mercantil e monetizado, através do qual a força de trabalho se mantém e abre novos espaços de mercado”. Troca-se trabalho, matéria-prima e recursos naturais por alimentos processados e, assim, alteram significativamente os hábitos e práticas alimentares da população em geral. “A padronização dos alimentos pelas empresas transnacionais afeta diretamente os hábitos alimentares e as práticas domésticas tradicionais das populações de

proverem seus próprios alimentos” (CALDART, 2012, p. 720). Logo, a mudança no padrão de consumo entre os agricultores que produzem sua base alimentar também deve ser estudada, pois ela converge com as mudanças de consumo urbano e com um processo de mercantilização e monetização.

Assim, esse modelo aponta para uma dominação dos sistemas alimentares pelas corporações dos setores industrial e varejista, somada à produção agrícola verticalizada, com a intensificação das tecnologias e a integração das atividades da agricultura às da indústria de alimentos pelos complexos agroindustriais. O objetivo final é a globalização do consumo, conforme está apresentada nos tópicos que seguem.

2.2 GLOBALIZAÇÃO DO CONSUMO

Uma consequência direta da evolução do sistema agroalimentar sob o domínio das corporações, cujas estratégias estão no centro do atual regime alimentar, é a padronização do consumo em termos globais. Para Santos (2001), a globalização representa o ápice do processo de internacionalização da economia, da tecnologia e do consumo no mundo capitalista, que pode ser compreendida a partir da unicidade de técnicas e da convergência dos momentos, ou seja, um movimento unificador das diferentes tendências. Para Giddens (1991), a globalização caracteriza-se como um fenômeno cultural, econômico, político e tecnológico, que é difundido pelo avanço e desenvolvimento das tecnologias com transmissão em tempo real das mesmas informações em todo o mundo. Logo, a globalização do consumo pode ser visualizada através da "intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que os acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa" (GIDDENS, 1991, p. 69).

No campo do sistema alimentar, Hawkes (2006) destaca a forte ligação entre a globalização e a alimentação, uma vez que o comércio de alimentos transcende os sistemas de abastecimento e as culturas alimentares dos países. Mais ainda, é decisiva a influência do investimento estrangeiro em economias emergentes, disseminando práticas alimentares e hábitos de através da publicidade e

propaganda, em cuja linha de frente estão os supermercados e a ampla malha de varejo, conectadas no mesmo circuito mercantil de padronização do consumo⁴.

Os meios de comunicação, geralmente utilizados por grandes empresas/corporações através da propaganda em TVs, rádios, redes sociais, *outdoors*, entre outros, estimulam o consumo de refrigerantes, de embutidos processados, de gordura trans, de lanches em geral, que são associados à praticidade, agilidade, rapidez e sabor. “As técnicas de conservação dos alimentos, as conquistas da microbiologia, o desenvolvimento dos transportes são todos aspectos de um processo mais geral: o da industrialização da produção e da distribuição da alimentação” (CARNEIRO, 2003, p. 102). A praticidade de abrir um refrigerante ao invés de fazer um suco de laranja contribui para um hábito de consumo que desconsidera o valor nutricional dos produtos, ao mesmo tempo em que os consumidores se tornam suscetíveis às mensagens propagadas pelo marketing.

A produção industrial de alimentos tende a reduzir os valores nutricionais ao adicionar conservantes e ingredientes, como sódio, açúcares e gordura trans, em grande medida responsáveis pelo sabor que agrada o paladar. Isso também contribui para influenciar o ato de se alimentar, que parece ser tão primitivo, tão elementar, uma das principais necessidades do ser humano. A autonomia do consumidor segundo suas vontades racional e culturalmente estabelecidas tem sido minada pela atuação das empresas industriais do sistema agroalimentar, difundindo novos hábitos de consumo e influenciando preferências, assim como interferindo direta ou indiretamente em políticas públicas. Para tanto, as ações de marketing difundem novos produtos, os quais atraem consumidores por serem novidades, mas também por serem mais acessíveis e de fácil conservação. Para Barbosa e Campbell (2006, p. 26),

Na sociedade contemporânea, o consumo é ao mesmo tempo um processo social que diz respeito a múltiplas formas de provisão de bens e serviços e a diferentes formas de acesso a esses mesmos bens e serviços; um mecanismo social percebido pelas ciências sociais como produtor de

⁴ Ao mesmo tempo em que a globalização do consumo padroniza e faz com que os produtos alimentícios sejam consumidos no mundo todo, ela é excludente, pois o fortalecimento das grandes corporações limita outras empresas a ingressarem no mercado, bem como limita consumidores a acessarem esses produtos devido a restrições monetárias. Pensar que a globalização do consumo inclui a todos, também é um equívoco. O círculo vicioso e tendencioso que a economia alimentar capitalista reproduz instiga o apetite por novidades embaladas de baixo custo e cria a demanda pela praticidade e assim justifica um modelo de produção, consumo e distribuição desigual e injusto (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016, p. 513).

sentido e identidades, independentemente da aquisição de um bem; uma estratégia utilizada no cotidiano pelos mais diferentes grupos sociais para definir diversas situações em termos de direitos, estilo de vida e identidades; e uma categoria central na definição da sociedade contemporânea.

Torna-se muito mais rentável ao ofertante a aquisição de produtos com maior durabilidade e de fácil armazenamento, na sociedade contemporânea. Além disso, a indústria alimentícia já desenvolve produtos com sabor e variedade que facilmente cativam o paladar. Porém, isso implica em baixo nível de conhecimento da composição dos alimentos, de forma que algo prático e sofisticado pode representar, ao mesmo tempo, uma ameaça à segurança alimentar e nutricional dos consumidores. Consequentemente, os problemas de saúde são agravados pelo estilo de vida relacionado à dinâmica do sistema alimentar e aos hábitos alimentares. Ao mesmo tempo, novas tradições vão se formando, na medida em que os consumidores incorporam valores que emergem em um ambiente social cada vez mais urbanizado e sintonizado com as estratégias mercantis das grandes corporações. Desta forma, a globalização do consumo causa alteração no padrão de consumo, ao introduzir um maior percentual de alimentos industrializados, que são padronizados e homogêneos e, em contrapartida, reduz a variedade de alimentos *in natura*, que são produtos frescos e locais, além de, automaticamente, excluir uma parcela da população do acesso aos alimentos, configuração típica do sistema capitalista.

2.3 MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES

No atual regime alimentar, as mudanças nos hábitos alimentares são consequências do consumo globalizado determinado pelas corporações, e facilmente identificados no dia a dia dos consumidores urbanos e rurais. Para Lima, Neto e Farias (2017), na modernidade, os modos de vida causam profundas alterações em relação à identidade dos alimentos e na comensalidade, interferindo nos hábitos alimentares. Isso resulta em uma convergência de culturas alimentares e em uma desarticulação de meios e modos de vida, conectando-os aos mercados globalizados.

Segundo Goodman e Redclift (1991), embora a mulher tenha sido historicamente responsável pela escolha e preparo dos alimentos, passou a

acumular esse papel com seu ingresso no mercado de trabalho, assumindo funções produtivas remuneradas, o que contribui para a alteração nos hábitos alimentares do grupo familiar. Uma vez que o trabalho doméstico é predominantemente desempenhado pela mulher, seu deslocamento para outras atividades não apenas resulta em uma extensão de sua jornada, mas causa mudanças nos hábitos e padrões de consumo e, em consequência, no desenvolvimento do sistema alimentar contemporâneo. Paralelamente, essa alteração no papel da mulher e na dinâmica familiar é acompanhada por inovações na cozinha, com a incorporação de equipamentos que possibilitam a preparação dos alimentos. Mais ainda, a cozinha se transforma em uma extensão da indústria, apenas finalizando comidas semiprontas ou processando ingredientes previamente elaborados.

Fonseca et al. (2011, p. 3856) descrevem o papel das mulheres na incorporação de novos hábitos, uma vez que “são elas, em sua maioria, que continuam conduzindo as demandas alimentares da família, como compras e organização do cardápio, além de serem reconhecidas como cuidadoras da saúde da família por intermédio da alimentação”. Assim, a forma de escolher, processar e transformar os alimentos se altera de acordo com as transformações sociais, de gênero e econômicas entre os indivíduos, afetando diretamente as mulheres, responsáveis pela preparação dos alimentos.

Outro aspecto dessa tendência diz respeito à escassez de tempo para o preparo e consumo de alimentos que, combinado com a presença de vasto leque de alimentos gerados com novas técnicas de conservação e de preparo. Tais características agregam redução de tempo e trabalho, reduzem o tempo dedicado ao preparo da comida, além de que a alimentação fora de casa é incorporada na rotina familiar. Verifica-se um deslocamento das refeições de casa para estabelecimentos que comercializam alimentos (restaurantes, lanchonetes, vendedores ambulantes, padarias, outros): “a alimentação fora do domicílio se torna frequente, sendo marcada pelo individualismo, a rapidez do consumo e o nomadismo” (CHEUNG; BATALHA, 2009, p. 05).

Isso acontece principalmente com a refeição do almoço, em virtude do trabalho ou do estudo, quando as pessoas deixam de se reunir em família, de preparar sua alimentação e passam a se alimentar em locais às vezes desconhecidos, optando por lanches ou comida mais barata, passando a consumir alimentos mais pobres do ponto de vista nutricional. Ainda que a alimentação fora do

domicílio seja um traço típico da população urbana, tem ocorrido também no meio rural, em especial entre filhos de agricultores que frequentam as cidades para estudar e trabalhar, ampliando a difusão de novos hábitos alimentares no interior de suas famílias.

Em muitos casos, a alimentação é terceirizada, seja pela compra de alimentos prontos para refeição ou pela contratação de pessoas para processar e preparar o alimento consumido pelas famílias. Essas tendências são resultantes de um processo de acumulação financeira que acontece com os indivíduos e fomentado pelos produtos processados das corporações do setor alimentício. Com a produção industrial em escala de alimentos, os custos financeiros passam a ser menores, comparativamente aos produtos naturais, o que leva a uma maior adesão por parte dos consumidores. Friedmann (1982, p. 249) trata a ordem alimentar mundial atual como “um conjunto de políticas complementares cuja coordenação implícita determina os preços em relação a outros preços, cria um padrão específico de especialização, e conseqüentemente padrões de consumo e comércio”. As corporações empobreceram o valor nutricional pelo valor comercial dos alimentos com uma redução do custo financeiro, que massifica a produção e a torna acessível comercialmente para uma grande parcela de consumidores. A reação do consumidor, diante das novidades criadas pela indústria alimentícia e expostas nos supermercados, pode ser observada na seguinte descrição apresentada por Fonseca (2010, p. 259):

Quem, por mais bem informado que seja já não parou “extasiado” em frente a uma prateleira de supermercado diante da visão de uma caixa de biscoitos recheados? As imagens impressas na caixa em alto-relevo fazem o produto “saltar à vista” e parecer extremamente apetitoso (normalmente muito mais do que ele realmente é), o chocolate macio escorrendo do biscoito crocante... Quem resiste?

A indústria alimentícia está constantemente se reinventando para atender a um público consumidor que busca por inovações e produtos diferenciados, de fácil preparo e que atenda às necessidades, como alimentos com frações individualizadas, atrativo para o público infantil, de fácil conservação e preferencialmente saudáveis. São exemplos um biscoito enriquecido com ferro, um salgado sem gordura trans, um achocolatado com adição de cálcio, um suco com quantidade ínfima de suco natural, entre outros casos. Essas informações transmitem ao consumidor uma sensação de consumo saudável.

Porém, precisamos compreender que a dinâmica do produto mercadoria está focada na lógica de mercado, na busca constante de novos consumidores e no lucro. “Enquanto consumidores, somos encorajados a pensar que um sistema econômico baseado na escolha individual nos salvará dos males comuns da fome e da obesidade” (PATEL, 2008, p. 14). Ao adquirir produtos industrializados rotulados como saudáveis, o consumidor entende que está atuando individualmente para uma mudança de hábito positiva. Consumir um biscoito industrializado que em seu rótulo o consta *enriquecido em ferro* não significa dizer que o consumidor está preocupado com a sua saúde, pois o produto industrializado já carrega um conjunto de insumos químicos que o desqualifica, a rotulagem de vantagens nutricionais apenas o apresenta com uma forma paliativa de alimento saudável.

Burch e Lawrence, (2009, p. 2) são enfáticos ao descrever a atuação das corporações, inclusive na comercialização de produtos rotulados como “saudáveis e frescos” utilizando as marcas próprias.

Esse processo envolveu uma mudança no lócus de controle dessas cadeias do setor industrial para o setor de varejo, dominado pelas grandes redes de supermercados globais [...] resultando em um sistema alimentar neoliberal, caracterizado pela flexibilidade produtiva e pela terceirização internacional, além de uma ampla e diversificada gama de produtos alimentares, voltados a preocupações cotidianas, como conveniência, escolha, saúde e bem-estar e inovação (BURCH; LAWRENCE, 2009, p. 2).

Consumir alimentos que estão sendo divulgados em rede nacional, indicado pelo artista renomeado, facilmente encontrado em redes de supermercados, bares e lanchonetes, e consumido pelo grupo de amigos desperta o interesse pelo consumo e o sentimento de confiabilidade no produto. Essa sensação de estar fazendo a melhor escolha entre os diferentes produtos alimentícios processados disponíveis para o consumo fortalece as empresas do setor, que instigam os consumidores a experimentarem os produtos criados, combinados e adaptados. Para Damo, Schmidt e Cartea (2015 p. 75), “no modo de produção capitalista, o caráter de mercadoria da comida prevalece sobre a sua propriedade de manter a vida e gerar saúde”. Facilmente são encontrados produtos que mencionam, em seus rótulos, a adição de vitaminas, ferro e nutrientes em gerais, como forma de induzir o consumidor a pensar que está comprando também um produto saudável; logo, agregando valor no preço final do produto. Percebe-se, assim, uma usurpação da narrativa da alimentação saudável pela indústria alimentícia, fazendo com que o consumidor não identifique as limitações nutricionais em alimentos ultra processados.

Se por um lado existem alimentos que tiveram seus preços reduzidos com a produção em escala e pelo desenvolvimento tecnológico industrial, por outro lado existem alimentos que ganharam mercado e a condição de *status* de convívio social como os servidos em redes de *fast food*⁵. As alimentos de tais redes possuem preços mais elevados e baixo nível nutricional; porém, propiciam uma identidade ou um sentido de pertencimento a um padrão de consumo globalizado do alimento como mercadoria.

A cultura da alimentação do tipo fast-food mostra-se como uma tendência que se apresenta como uma realidade combinada com o pensamento moderno global. As predileções pela variedade existente no mercado de consumo, em detrimento da qualidade e do sabor acabam ocasionando à ausência de uma tradição local ligada a cultura alimentar favorecendo assim produtos de status que influenciam os hábitos de consumo da população (TEIXEIRA, 2015, p. 7).

O local de encontro para as refeições passa ser as redes de *fast food*, onde os produtos ofertados tendem a atender diferentes faixas etárias, combinando alimentos com brinquedos, normalmente na forma de combos que incluem lanche, sobremesa e bebidas, abrindo espaço para diferentes segmentos industriais corporativos. As estratégias de tais segmentos, típicas da atual ordem alimentar global, complementam-se e fortalecem as vias de sedução do consumidor segundo um padrão de consumo universalizante. Conseqüentemente, a expansão do regime corporativo tende a agravar a segurança alimentar e nutricional, na medida em que ocorrem crises de saúde coletiva, decorrentes do consumo de alimentos contaminados pelo excesso de agrotóxicos e empobrecidos nutricionalmente pelo ultra processamento industrial, com adição de ingredientes artificiais (MARTINS et al., 2013).

As redes de *fast food*, em sua maioria, dispõem, em seu cardápio, alimentos considerados saudáveis, como frutas de sobremesa, pratos de salada, sucos ao invés de refrigerantes, e produtos orgânicos, como tentativa de atender, também, ao público que busca alimentos menos processados. Porém, o intuito é atender a uma parcela de consumidores, ou seja, a lógica de mercado, colocando em risco a segurança alimentar. Para Paula (2017, p. 188), a segurança alimentar

⁵ Alimentação industrializada à base de sanduíches cárneos, embutidos, queijos amarelos e molhos cremosos, capitaneado pelo hambúrguer e pela batata frita, habitualmente acompanhados de refrigerante, trata-se de uma alimentação normalmente muito calórica, rica em gordura, carboidratos e sal, pobre em vitaminas, minerais e fibras alimentares (GIÁCOMO, 2004).

[...] é deslocada para o âmbito do mercado, cuja dinamização apenas transforma o alimento em *commodity* e a alimentação humana num ato mercantil por excelência, mas a torna a instância definidora do que, como e onde produzir e consumir.

O consumo crescente de alimentos ultra processados derivados de *commoditys* (soja, milho, trigo) e padronizados pela indústria alimentícia descaracteriza a cultura alimentar e as práticas alimentares saudáveis. Isto porque o consumidor torna-se apenas mais um indivíduo pertencendo a uma dinâmica alimentar estabelecida pelas corporações, as quais consideram comida como apenas um produto mercantilizado, o qual pertence a um mercado em que o objetivo final é o lucro.

Segundo Pollan (2014), os prejuízos que a comida industrializada causa à saúde e ao bem-estar das pessoas são intensificados pela proeminência das grandes corporações do setor alimentício. A comida produzida em escala industrial se distancia da cultura alimentar de seus consumidores, com implicações que vão além de seus aspectos físico-químicos, como o cheiro, o sabor e a apresentação, uniformizando os alimentos com vistas a atender a demanda em massa. Outra característica é a durabilidade dos produtos alimentícios industrializados, que são caracterizados pelo uso excessivo de conservantes, açúcares e sal.

Essa dominação do segmento alimentício por parte das grandes corporações representa uma ameaça à segurança alimentar e nutricional, pois a forma de produzir, processar e distribuir alimentos está oligopolizada. Em consequência, afeta a autonomia dos consumidores, cujas opções estão limitadas pela oferta de produtos pelas grandes empresas. Da mesma forma, o agricultor é levado a alterar sua base produtiva para atender a demanda dessas empresas, resultando, então, em impactos nos hábitos alimentares e na distribuição de riquezas sociais (BRASIL, 2014).

Paralelamente à compreensão do atual regime agroalimentar, é necessário ir além da estrutura corporativa e entender as mudanças no padrão de consumo nos diferentes espaços geográficos, sociais e culturais, entre os quais estão o ambiente da agricultura familiar e seus reflexos do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional.

A convivência entre os que passam fome e os que estão lutando contra a obesidade é um resultado dessa dinâmica, que exclui um contingente de pessoas do

acesso a condições mínimas de segurança alimentar e nutricional, em termos de quantidade e qualidade. No entanto, parcela significativa de alimentos não contém o valor nutricional necessário às pessoas, resultando no que Siliprandi (2004) chama de doenças relacionadas à modernidade. O “[...] excesso de consumo de gorduras, a contaminação por agrotóxicos, o aumento de doenças, como a obesidade e a hipertensão, também são imputados, em parte, aos maus hábitos alimentares” (SILIPRANDI, 2004, p. 06). Assim, os dois fenômenos se complementam, aumentando a incidência da fome e da subnutrição. Essas mudanças passaram a afetar também os agricultores, tanto em função das mudanças na produção agrícola quanto na dieta alimentar, conforme abordado nos próximos capítulos. Como salienta Carvalho (2003, p.97),

[...] a adoção massiva das sementes híbridas e transgênicas e a aceitação ideológica e prática de uma dieta a partir de alimentos industrializados determinou mudanças tanto na matriz tecnológica e na forma de organização da produção como na matriz de consumo alimentar familiar. Essas mudanças desorganizaram a base social e familiar da vida camponesa e dos povos indígenas facilitando a perda da sua identidade social e étnica. Essa perda de identidade vem contribuindo sobremaneira para a exclusão social dessas populações.

Dessa forma, o sistema agroalimentar mundial tem se caracterizado por graves desequilíbrios expressos na simultaneidade dos fenômenos da fome/subnutrição e da alimentação excessiva associada à obesidade e a doenças crônicas, como câncer, diabetes, hipertensão e problemas cardiovasculares, um paradoxo emblemático da ordem agroalimentar atual. Para Teo e Gallina (2013, p. 63), “na interface saúde e ambiente, a alimentação surge como um ponto de contato crucial: alimentação e ambiente são, reconhecidamente, condições fundamentais para a produção social da saúde”.

2.4 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO ATUAL REGIME

O atual regime alimentar contém os elementos que determinam as alterações na produção de alimentos, no estilo de vida no campo e nos hábitos de consumo alimentar. Para Friedmann (1993), existe um processo de mudança significativa na agricultura, devido à sua especialização e à internacionalização da produção, sendo a dinâmica da alimentação caracterizada por uma escala mundial, na qual o padrão de consumo propende a seguir tendências universais. O aumento do número de latifúndios, a especialização e concentração da produção que começaram no

segundo regime alimentar potencializa-se no atual regime. Para McMichael (2006, p. 476), o “regime corporativo de alimentos globalizado expropria os agricultores como uma condição para a consolidação da agricultura corporativa”. A não conformidade com as exigências e padrões de produção requeridos pelas corporações seleciona os agricultores que estão aptos a se manterem integrados a elas.

Assim, a concentração da produção de matéria-prima em latifúndios deve predominar, enquanto a diversificação da produção, a utilização de mão de obra familiar e a produção em menor escala deixam de ser uma vantagens e passam a ser limitadores para o agricultor familiar ingressar na dinâmica da agricultura corporativa. A expansão dos complexos agroindustriais articula setores expressivos da agricultura com o mercado internacional através da verticalização das cadeias agroalimentares, consolidando as bases do regime alimentar corporativo. Ao mesmo tempo, acirra o conflito de interesses entre o abastecimento alimentar no âmbito local e o mercado global de *commodities*.

Segundo Meirelles (2011), o varejo oligopolizado, com preços padronizados e definidos pelas empresas corporativas do setor, faz com que o processo produtivo utilize sementes transgênicas e insumos agroquímicos fornecidos também pelas empresas corporativas do setor produtivo. O objetivo é fornecer produtos padronizados para as indústrias alimentícias, que introduzem conservantes e aditivos para torná-los atrativos e com maior durabilidade.

No momento em que o agricultor passa a desembolsar recursos financeiros para a compra de insumos químicos e sementes para a produção, ele duplamente fortalece as grandes corporações, pois se torna dependente delas para viabilizar a produção, enquanto as retroalimenta com a produção de *commodities*, em um processo de apropriação do capital na agricultura.

[...] as grandes indústrias voltadas para a agricultura não precisam produzir diretamente no campo, mas encontram formas de subordinar a produção no campo. A reprodução do capitalismo no campo se dá através da subordinação da renda da terra ao capital. Esta apropriação da renda da terra é realizada quando se utiliza um insumo industrializado para produzir (BOMBARDI, 2011, p. 2).

A semente crioula, a adubação orgânica e o uso intensivo de mão de obra familiar para a produção de alimentos foram substituídos pelas sementes híbridas e transgênicas, pela adubação química e pelos maquinários, para atender a produção em escala e padronizada. Essa dependência na compra de insumos agrícolas

também torna o agricultor dependente do mercado para a comercialização da produção, pois como o objetivo é a venda da produção de alimentos, é preciso integrar a produção. Igualmente, Machado et al. (2008, p. 35) salientam que “é comum o agricultor optar pela exploração de um cultivo comercial em virtude das exigências do mercado e abandonar aquelas variedades já adaptadas ao meio ambiente local”. Essa escolha se baseia na racionalidade econômica, que representa a monetização do alimento como moeda de troca financeira, uma característica central do terceiro regime. Tal regime é marcado pela “expansão do neoliberalismo no campo através financeirização da economia e da diminuição da capacidade de intervenção do Estado e as grandes corporações tornam-se, cada vez mais, responsáveis por direcionar o tempo e o espaço do processo de alimentação da população” (COCA, 2016, p. 52).

Além do mercado de produtos agrícolas, o agricultor familiar também está inserido no mercado financeiro do setor agrícola. Um exemplo típico são os contratos de venda da soja no momento do plantio, os quais são fixados de acordo com a expectativa do preço no período da colheita e venda, indexado em dólar e negociado na bolsa de Chicago. Para Paula, Santos e Pereira (2015, p. 310), “os mercados agrícolas crescentemente contaminados pela dinâmica do mercado financeiro, para o que contribuem as condições de maior integração e liberalização do comércio agrícola mundial”. Porém, é importante, ainda, destacar que a integração a um mercado agrícola mundial também exclui outros agricultores do mercado, necessitando, assim, buscar formas alternativas de comercializar a produção.

Em um caminho alternativo, o produtor que não opta pela especialização, ou que não reúne condições para atender as exigências do mercado especializado tem, nos mercados institucionais, as vias alternativas para comercialização, preservando suas características estruturais, como escalas reduzidas de produção, circuitos curtos de comercialização, produção a alimentos *in natura*, frescos e orgânicos. Wilkinson (2008) identifica quatro formas tradicionais de o agricultor familiar comercializar os produtos agrícolas: acesso direto, através dos mercados locais e/ou informais; através de atravessadores; integração com a agroindústria, um traço dominante do regime alimentar corporativo; venda institucional através de compras realizadas pelo poder público, que é considerado um canal alternativo.

Os mercados institucionais são geralmente conduzidos pelo Estado, como em “uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações” (GRISA, 2009, p. 5). Mais precisamente, os mercados institucionais públicos englobam “as compras governamentais de alimentos para serem utilizados em programas e organismos públicos, tais como alimentação escolar, hospitais, presídios, entre outros” (VILLA REAL, 2011, p. 58). No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Alimentação Aquisição de Alimentos (PAA) são exemplos desses mercados. O fator limitante desses mercados é a instabilidade política, que pode restringir a atuação dos programas, bem como as exigências impostas pelas políticas, como volume máximo de valor monetário que pode ser transacionado pelo programa. Isso inibe o crescimento na produção, conforme abordado no capítulo cinco.

Mesmo nesse mercado paralelo ao corporativo, o agricultor precisa produzir para atender as exigências mínimas dos supermercados locais, feiras e agentes comerciais de alimentos, através da frequência da entrega dos produtos, sua padronização, níveis de qualidade, modelos formais de pagamentos e investimento em qualificação técnica para a produção. Explicando de outro modo, as famílias que desejam produtos com maior valor nutricional e/ou menor percentual de produtos industrializados, e que disponham de poder aquisitivo mais elevado, priorizam produtos naturais e frescos, para os quais tem contribuído o desenvolvimento da indústria de bens duráveis, como geladeiras e freezers, que é uma tendência contraditória ao terceiro regime alimentar (WILKINSON, 2000). Essa tendência contraditória abre mercados locais e regionais para a agricultura familiar que deseja produzir alimentos com menor uso de agroquímicos, orgânicos e artesanais.

O sistema de comercialização de alimentos via mercado institucional convive com os mercados corporativos no escopo do atual regime, e apresenta pontos positivos e negativos (VOGT, 2009; VILLA REAL, 2011; SILVA ET AL., 2014). Os pontos positivos referem-se à comercialização segura, pois existe um laço mais estreito entre o fornecedor e o consumidor, em uma relação de confiança, ao preço mais justo, dada a ausência de atravessadores, ao canal curto de comercialização e à valorização dos hábitos alimentares locais. Isso contribui para a preservação da cultura alimentar dos agricultores, para a sustentabilidade e a promoção do desenvolvimento local, pela diversidade da produção e menor uso de agroquímicos.

Já os aspectos negativos estão relacionados à dificuldade de assegurar produção com regularidade e quantidade suficientes.

Por fim, constata-se que, no sistema alimentar corporativo, a produção é determinada pela hegemonia do agronegócio e alta produtividade em concentrações fundiárias, com dependência de insumos químicos, máquinas pesadas e sementes comercializadas por grandes empresas, incluindo aquelas geneticamente modificadas. De outra parte, a hegemonia da indústria alimentícia acaba por transformar o agricultor familiar, produtor de alimentos, em consumidor típico urbano, crescentemente se sujeitando à prevalência de alimentos padronizados, cujos ingredientes são oriundos de inovações industriais, segundo a lógica do substitucionismo identificada por Goodman, Sorj e Wilkinson (1987).

A indústria alimentícia é o elo à jusante e à montante entre o mercado e a agropecuária que, concentrados em poucas e grandes empresa, conseguem produzir alimentos com paladar atrativo ao consumidor e com durabilidade. Já a comercialização é concentrada nas corporações do setor varejista, com a presença de atravessadores e um distanciamento ente produtores e consumidores, onde o alimento local perde espaço. Atualmente, o varejo comercializa produtos padronizados, com oferta já estabelecida das indústrias que dominam o setor. Por fim, o consumo alimentar ocorre prioritariamente com produtos de baixo valor nutricional e altamente processados, determinados por uma dieta em escala mundial, onde o alimento tornou-se uma mercadoria, enquanto pessoas ainda padecem da escassez, como se observa no elevado contingente populacional sofrendo de fome e subnutrição.

Portanto, considerando as mudanças no atual regime, é necessário haver mudanças na forma de como se produz e se consume alimentos no mundo, conforme enfatiza o Relatório de Recursos Mundiais: Criando um Futuro Alimentar Sustentável⁶, de 2018. O mesmo Relatório aponta três lacunas como desafiadoras. A primeira delas é a alimentar: será necessário um acréscimo de 56% no montante de alimentos produzidos até 2050, considerando a produção de 2010; a segunda é a terra: expansão de 600 milhões de hectares agricultáveis até 2050; e a terceira

⁶ Produzido pelo *World Resources Institute*, em parceria com Banco Mundial, ONU Meio Ambiente, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e agências francesas de pesquisa agrícola CIRAD e INRA.

lacuna são os gases de efeito estufa, consequência das duas lacunas anteriores. Segundo o relatório, para viabilizar o futuro alimentar sustentável existe a necessidade de ações conjuntas. “Milhões de agricultores, empresas, consumidores e todos os governos do planeta terão que fazer mudanças para enfrentar o desafio alimentar global” (s/p), salienta Andrew Steer, presidente o *World Resources Institute*, que realizou a pesquisa. Ainda complementa, enfatizando a necessidade de ser ações articuladas “em todos os níveis, o sistema alimentar deve estar vinculado a estratégias climáticas, bem como proteções do ecossistema e prosperidade econômica” (s/p). Portanto, o futuro alimentar não depende apenas da quantidade física de alimentos produzidos: é preciso refletir e condicionar as formas de utilização dos recursos necessários para a produção de alimentos e sua qualidade ((de.

No mesmo relatório, a vice-presidente de Desenvolvimento Sustentável no Banco Mundial, Laura Tuck, aponta que é o momento de repensar o sistema alimentar, primando pela qualidade nutritiva e a diversificação dos alimentos na base produtiva. “Recompensar os fazendeiros por produzir alimentos mais diversificados e nutritivos de uma maneira muito mais sustentável” (s/p). Destaca, ainda, que “isso ajudará a aumentar sua renda e criar empregos, construir sociedades mais saudáveis, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e apoiar a recuperação dos serviços ecossistêmicos essenciais” (s/p).

Ainda, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (*Food and Agriculture Organization of the United Nations* -FAO), divulgados no relatório anual sobre a fome no mundo de 2018, alertam para o aumento da parcela da população em sobrepeso, que passou de 19,9% para 22,3% entre os anos de 2012 e 2016. Dados esses que parecem contraditórios com os da escassez alimentar; porém, são explicados pelo baixo valor nutricional dos alimentos consumidos (comidas ricas em açúcar e gordura, em geral industrializadas), que se tornaram mais acessíveis para a população de baixa renda. Portanto, mesmo as pessoas que possuem acesso a alimentos, não significa que estejam em condição de segurança alimentar. O Relatório aponta que alimentos nutritivos se tornaram relativamente mais caros do que comida rica em gordura, açúcar ou sal em economias emergentes como Brasil.

Dentro deste contexto e da preocupação de produzir alimento de forma sustentável até 2050, é relevante considerar que uma em cada nove pessoas não

possui acesso à alimentação adequada e saudável. Isto representa um contingente de 805 milhões de pessoas no mundo todo, a maioria dessa população vive no meio rural e a agricultura é a sua principal fonte de renda (FAO, 2016). Logo, torna-se pertinente o estudo da (in) Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no meio rural, entre as pessoas que produzem alimentos, avaliada diante das condições de acesso aos recursos produtivos, dos sistemas agrários, práticas, hábitos e cultura alimentar, da inserção no mercado, como vendedores e consumidores de alimentos, entre outros fatores. Assim, a produção da agricultura familiar é voltada tanto para o consumo das famílias quanto para o mercado (FAO, 2016). No capítulo 3 está apresentado o contexto da SAN no Brasil, no intuito de contextualizar a delimitação da pesquisa.

3 CULTURA, PRÁTICAS E HÁBITOS ALIMENTARES

Os alimentos que vão para a mesa das famílias representam muito de sua identidade, pois a escolha de cada alimento consumido carrega consigo um contexto histórico e cultural. “A comida pode, então, ser tomada como linguagem, como texto cultural que fala do corpo, da família, do trabalho, de relações sociais, de visões de mundo” (MENASCHE et al., 2008, p. 147). A cultura alimentar contempla as práticas alimentares, as simbologias presentes nos alimentos, os hábitos alimentares e a herança étnica e cultural que, conjuntamente, determinam a relação de um grupo social com o alimento. Em outras palavras, a cultura alimentar abrange um conjunto de crenças e práticas que ajudam na mediação das relações entre pessoas e grupos sociais, e também entre o homem e a natureza. Portanto, a cultura alimentar representa “as ideias, os valores, a cosmologia, a estética e os princípios morais que são expressos por intermédio de símbolos e, portanto, se o meio é a mensagem, cultura podia ser descrita como um sistema simbólico” (KUPER, 2002, p. 228).

Na abordagem antropológica, a cultura alimentar é discutida como tradição, identidade e cultura dos grupos sociais em sua construção alimentar. “Quando se trata de alimentação, cultura é sinônimo de mãe, a figura que costuma transmitir ao grupo as formas de alimentação – formas que só duraram porque, em geral, mantinham as pessoas saudáveis” (POLLAN, 2008, p. 147). Além disso, a diversidade cultural é uma forma de produção, em consonância com as preferências alimentares, práticas de preparo e consumo nas comunidades locais, além de ser uma via de preservação da cultura (algumas práticas são passadas de pais para filhos(as)), de acordo com as condições socioambientais e identitárias presentes (SANTOS; FERRANTE, 2003).

Ainda, de acordo com Azevedo (2017 p. 277), a alimentação configura-se no contexto da análise social, bem como nas premissas implícitas do viver em sociedade:

seja como objeto de análise de fenômenos como a globalização e o poder; investigação de fases evolutivas e processos civilizatórios da sociedade humana; pilar de organização social; ativismo e instrumento de resistência a processos colonialistas; item de informação ou código capaz de gerar diferentes mensagens; potencial simbólico estrutural ou estruturante; construtora de identidades, gêneros e etnias; estratégia de prazer e lubrificação de interações sociais; fomentadora de intolerâncias e divisões sociais; mantenedora de vida ou promotora de problemas de saúde, controvérsias científicas, questionamentos éticos, angústias e riscos socioambientais.

Assim, o ser humano se alimenta de acordo com sua realidade social e cultural, e ainda mais precisamente, ao grupo social a que pertence, estabelecendo distinções e marcando fronteiras socioculturais precisas. O não consumo de alimentos por questões religiosas, como o caso da carne suína no Islamismo e no Judaísmo, e o não consumo produtos de origem animal em geral pelos veganos, são exemplos de grupos sociais que estabelecem uma relação social entre grupos e natureza, que representa a sua cultura alimentar. Portanto, “comer traça as fronteiras indenitárias entre os grupos humanos de uma cultura para outra, mas também no interior de uma mesma cultura entre os subconjuntos que a constituem” (POULAIN, 2004, p. 258). Assim, é possível identificar traços da cultura italiana, alemã ou ucraniana, entre outras, nos cardápios alimentares veganos. Complementando, “são estas tradições, peculiares a cada grupo social, que permitem às pessoas se reconhecerem como integrantes do mesmo tecido social” (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2001, p. 18). Portanto, diferentes grupos ou categorias nacionais, étnicas ou regionais elegem diferentemente o que se pode ou não comer, ou até mesmo o que é considerado alimento, o que reflete os hábitos e práticas alimentares nos diversos grupos sociais.

Associadas aos aspectos culturais estão as práticas alimentares, as quais refletem a vontade, o desejo do indivíduo de escolher os alimentos que irá consumir, considerando a quantidade, o tipo de alimento, os produtos que se encaixam no padrão de consumo, sua forma de obtenção, os meios de conservação, além da escolha do local e do horário das refeições (BRASIL, 2007, p. 16). Essas escolhas estão implícitas nas ações dos indivíduos, herdadas de seus antepassados e da sua cultura. Logo, “as práticas alimentares são apreendidas culturalmente e transmitidas de geração em geração, portanto, não são facilmente deslocadas e incorporadas” (GARCIA, 2005, p. 284). Se considerarmos a mesma base de alimentos para as refeições domésticas, cada refeição vai ter sua peculiaridade de sabor, de preparo de apresentação do alimento, pois a forma de temperar, o corte do alimento, o tempo de cozimento e a ordem de introdução dos alimentos proporcionará um sabor ímpar.

Como apresentado no Capítulo 1, a dinâmica dos sistemas alimentares contém os elementos indicativos das transformações nas práticas e hábitos alimentares, que são influenciadas pela cultura alimentar, Ao mesmo tempo em que

a influenciam, há um processo que envolve valores e significados intrínsecos de cada povo. No entanto, a forma ou técnicas de preparo, como por exemplo, o tipo do fogo (a lenha ou gás), o tempo de preparo, a origem dos ingredientes, a quantidade de alimentos, o material das panelas, entre outros, impactam no sabor, na textura, e na cultura alimentar. “Assim, estando a alimentação humana impregnada pela cultura, é possível pensar os sistemas alimentares como sistemas simbólicos em que códigos sociais estão presentes atuando no estabelecimento de relações do homem entre si e com a natureza” (MACIEL, 2005, p. 49).

Portanto, as práticas alimentares podem sofrer transformações com o incremento de novos produtos, embora mantenham a identidade cultural enraizada nos indivíduos que transformam os alimentos. Assim, considera-se que a alimentação humana não é instintiva, mas construída e aprendida cognitivamente e ideologicamente nas relações sociais; ou seja, as práticas alimentares estão presentes na identidade cultural de seu povo. Maciel (2005, p. 54) salienta que “o que é colocado no prato serve para nutrir o corpo, mas também sinaliza um pertencimento, servindo como um código de reconhecimento social”. O ato de alimentar deixou de ser apenas uma representação de reunir a família para saciar a fome e estabelecer relações afetivas culturais com o grupo familiar, e passou a ser uma representação comercial, mercantilizada de saciar a fome de um indivíduo desconhecido, que busca suprir sua necessidade alimentar em troca de valor financeiro. Consequentemente, “a alimentação ilustra o caráter de sequência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio” (CANDIDO, 2001, p. 33).

A evolução dos hábitos alimentares, sobretudo a partir dos anos de 1960, conforme destacado no capítulo 1, esteve associada ao fenômeno da urbanização, ao crescimento e expansão das agroindústrias e da logística de distribuição, do mercado de trabalho, também da maior participação da mulher nas atividades profissionais remuneradas, entre outros. Conforme Oliveira (2014), o processo de urbanização causou alterações determinantes na composição da cesta de alimentos consumida pelas famílias, consequências de mudanças demográficas - migração, composição do grupo familiar, nível educacional dos indivíduos, mudança do chefe da família e, principalmente, o ingresso da mulher no mercado de trabalho.

Abordando os hábitos alimentares rurais e a ideologia dos camponeses em relação às práticas sociais de produção, consumo e circulação de alimentos, no

estado de Goiás, Brandão (1981) constatou alterações significativas nos hábitos alimentares naquelas famílias que saíram do meio rural e migraram para a cidade. “O lavrador reconhece ‘empurrado para a cidade’, onde não consegue mais prover a família de alimentos no período entre duas safras, sendo então obrigado a comprar a comida que lhe sobrava no passado” (BRANDÃO, 1891, p. 83). Essa constatação indica um processo histórico no meio rural, relativo às mudanças de hábitos, com impacto direto na alimentação.

As práticas alimentares também são diferentes de acordo com a faixa etária, o estado de saúde, a condição social, o tipo de atividade laboral e os fatores climáticos. Por fim, as práticas alimentares irão determinar os hábitos alimentares da população, sendo esses influenciáveis por fatores exógenos à cultura alimentar. E mais, a comensalidade contemporânea após a urbanização e industrialização é marcada por fatores situados em todo o percurso de transformação do alimento, desde a produção agropecuária, passando pela indústria, a distribuição de alimentos, até o consumo final. A ...

... escassez de tempo para o preparo e consumo de alimentos; pela presença de produtos gerados com novas técnicas de conservação e de preparo, que agregam tempo e trabalho; pelo vasto leque de itens alimentares; pelo deslocamento das refeições de casa para estabelecimentos que comercializam alimentos – restaurantes, lanchonetes, vendedores ambulantes, padarias, entre outros; pela crescente oferta de preparações e utensílios transportáveis; pela oferta de produtos provenientes de várias partes do mundo; pelo arsenal publicitário associado aos alimentos; pela flexibilização de horários para comer agregada à diversidade de alimentos; pela crescente individualização dos rituais alimentares (GARCIA, 2003, p. 7).

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF, 2008/2009), ao comparar o consumo de produtos industrializados com os *in natura* em 1980, 1990 e 2008, verifica-se um crescente consumo de gêneros alimentícios industrializados, passando de 56% para 70%. e chegando a 85%. Respectivamente. nos anos analisados. Já os produtos *in natura* estão perdendo espaço, passando de 44% para 30%, e em 2008 representavam apenas 15% do total de alimento consumido pelas famílias. Dificilmente produtos *in natura* são encontrados em quiosques, tendas, rodoviárias, aeroportos, bares, shoppings, entre outros locais, frutas e verduras, com a mesma variedade e quantidade, quando comparados com lanches e alimentos industrializados. Portanto, as alterações dos hábitos alimentares estão diretamente

ligadas às estratégias comerciais das empresas agroindustriais, que propagam a ideia de alimentação contínua, de fácil acesso e padronizada.

De acordo com esse contexto, os dados sobre as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF - 2002/2003 e 2008/2009), que alertam sobre a importância da adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e adequados, a população brasileira precisa da produção de alimentos de boa qualidade nutricional e em quantidade suficiente para viabilizar a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA), ao qual duas dimensões estão associadas: a) estar livre da fome e da desnutrição; e b) ter acesso a uma alimentação adequada e saudável. A pesquisa aponta, também, que a dieta alimentar dos brasileiros é baseada no arroz e feijão, com alimentos de baixo teor de nutrientes e alto valor calórico, além do consumo crescente de produtos ricos em açúcares - sucos, refrigerantes e similares - e gorduras - produtos ultra processados - e ainda alerta que o consumo de frutas e hortaliças está aquém do recomendado.

Esses fatores levaram a mudanças nos hábitos alimentares, representando uma ruptura dos modos de vida até então mais sintonizados com a natureza. Portanto, muito além de uma necessidade fisiológica básica, a alimentação é considerada um direito humano, para o qual devem ser assegurados os aspectos sociais, culturais, religiosos e regionais. Tais aspectos contribuem para a satisfação das necessidades do organismo e asseguram a continuidade de costumes, identidade cultural e socialização do indivíduo. Logo, “hábitos alimentares como os atos concebidos pelos indivíduos em que há seleção, utilização e consumo de alimentos disponíveis” (MEZOMO, 2002, p. 22).

A população rural brasileira também adere a padrões de consumo urbanos, devido ao aumento gradativo da renda per capita e a maior integração com o meio urbano. As transformações acontecem também no meio rural, como identificado por Antônio Cândido em suas pesquisas na década de 1950, quando já ocorria uma extinção da produção de alguns alimentos, e novos estavam surgindo, somados a mudanças no processo de manipulação nas propriedades e, em consequência, a perda de hábitos alimentares tradicionais. O autor também destaca que no mesmo período já ocorria o fim do regime de autossuficiência econômica, quando o pequeno agricultor não conseguia mais atender suas próprias necessidades alimentares, dependendo cada vez mais das vilas e cidades, e de trocas de alimentos entre vizinhos.

Friedmann (1999) discute a tradição alimentar como um processo histórico de mudanças no consumo alimentar, que vai além de suas condições naturais e que se reinventa a cada momento. Para a autora, as tradições alimentares representam as mudanças nos modelos de consumo e produção, que são reflexos dos conflitos de interesse econômicos e políticos que definem as práticas de cultivo, as estratégias das empresas agroindustriais e a dinâmica do mercado globalizado.

No meio rural, essas práticas tiveram início no momento da escolha do que se deseja plantar, envolvendo variedade, quantidade, gosto e preferência do grupo familiar, a cultura e a identidade vão influenciar o autoconsumo e, ao mesmo tempo, determinar os produtos que deverão ser adquiridos fora da propriedade. Menasche, Marques e Zanetti (2008, p. 150) apontam que a “produção de alimentos voltada ao autoconsumo tende, a garantir a segurança alimentar daquela gente, uma vez que, estando enraizada na história vivida pelas famílias e pela comunidade, tem por atributos a diversidade, a qualidade e a disponibilidade”. Portanto, a alimentação não é apenas resultado de uma soma de ingredientes e da metamorfose que sofrem em seu preparo, mas envolve, também, as manifestações culturais, a identidade e a história de cada família, e a sua relação com alimentos produzidos e consumidos. Tais práticas que representam uma relação fraternal entre a cultura e as práticas alimentares, que se materializa no preparo dos alimentos. Assim, as práticas alimentares dos agricultores representa, segundo Rotenberg e Vargas (2004), um processo ainda mais complexo pois inclui a escolha entre planar ou comprar.

a seleção, o consumo, a produção da refeição, o modo de preparação, de distribuição, de ingestão, isto é, o que se planta, o que se compra, o que se come, como se come, onde se come, com quem se come, em que frequência, em que horário, em que combinação, tudo isso conjugado como parte integrante das práticas sociais (ROTENBERG; VARGAS, 2004, p. 85).

Conforme destacado anteriormente, ao longo dos regimes alimentares ocorreram mudanças nos hábitos alimentares, intimamente ligadas aos modelos de produção e consumo, que afetam a qualidade nutricional dos alimentos. Essas mudanças alimentares comprometem a alimentação saudável dos indivíduos e, para Peres (1994, p. 11), representam “[...] uma forma racional de comer que assegura variedade, equilíbrio e quantidade justa de alimentos escolhidos pela sua qualidade nutricional e higiênica, submetidos a benéficas manipulações culinárias”. Em outras palavras, a qualidade da alimentação passa a ser afetada pela redução da variedade de alimentos e por uma inferior qualidade nutricional, cujos impactos na qualidade

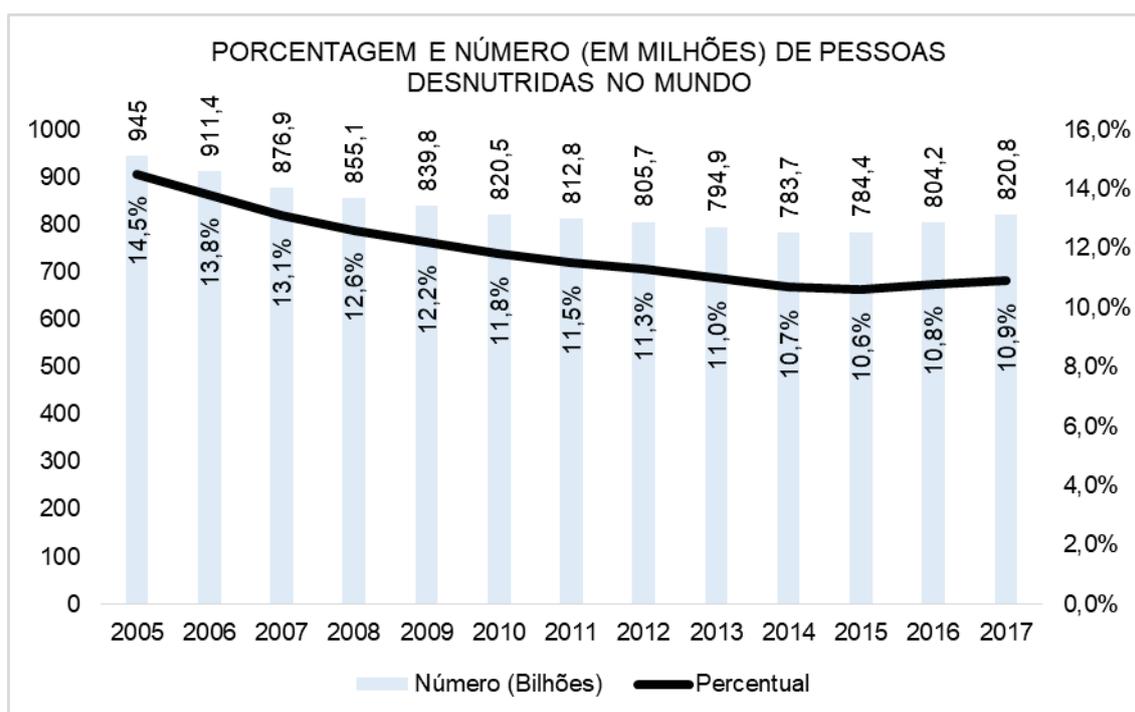
da dieta são potencializados pelo aumento da alimentação fora de casa e pelo consumo de alimentos processados e ultra processados.

Este trabalho não faz juízo de valor do consumo de produtos industrializados pelos agricultores, mas alerta para uma transição nutricional que, segundo Monteiro e Mondini (2000), representa mudanças nos padrões nutricionais resultantes de alteração na dieta alimentar dos indivíduos, ocasionadas por mudanças sociais, culturais, econômicas, demográficas e relacionadas à saúde.

4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

Erradicar a fome e estabelecer condições para a Segurança Alimentar no planeta é um dos objetivos da ONU até 2030, além de promover a agricultura sustentável e melhorar as condições nutricionais dos alimentos, afirma o relatório divulgado em 2018, sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no mundo. Apesar dos objetivos otimistas, o relatório volta a registrar aumento de desnutrição (2016 eram 804 milhões de pessoas, e em 2017 o número passou para 821 milhões), em particular entre países do continente africano (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1 - PORCENTAGEM E NÚMERO (EM MILHÕES) DE PESSOAS DESNUTRIDAS NO MUNDO



Fonte: FAO (2018, p. 21).

De acordo com o relatório, esse aumento gradativo da subnutrição desde 2015 é consequência dos conflitos armados, das crises econômicas e dos fenômenos naturais extremos, como as secas e as enchentes. Em 2017, o número de pessoas desnutridas estava próximo ao valor registrado em 2010, o que demonstra um retrocesso, conforme dados do gráfico 01. Apesar da redução percentual no mesmo período, é preocupante o fato de aumentar nominalmente o

número de pessoas em condição de desnutrição. Além do aumento de pessoas em estado de insegurança alimentar, ocorreu o aumento de pessoas obesas em idade adulta, mulheres com idade reprodutiva com anemias e crianças com restrição alimentar e com consumo de alimentos com baixo valor nutricional, devido à restrição orçamentária que leva ao consumo de alimentos industrializados.

Os dados ainda apontam que uma em cada nove pessoas passa fome no mundo (Ásia: 513,9 milhões, África: 256,1 milhões, e, América Latina e no Caribe: 42,5 milhões), que 2 bilhões de pessoas, ou seja, 26,4% da população vivem em condições de insegurança alimentar moderada ou grave; que um em cada sete bebês nasceu abaixo do peso (20,5 milhões); e que 40 milhões (5,9%) de crianças com menos de cinco anos estão acima do peso (alto peso por altura). Portanto, a coexistência da desnutrição, da fome e das deficiências de micronutrientes, *versus* sobrepeso e obesidade são consequências da falta de acesso a uma alimentação saudável (quantidade de nutrientes necessários para levar uma vida saudável e ativa), que se potencializou com o processo de globalização do consumo dos países da América Latina e do Caribe. Tais países integraram-se mais intensamente aos mercados internacionais e têm contribuído para mudanças nos padrões alimentares. Essa constatação é verificada pela diminuição em preparações culinárias tradicionais baseadas em alimentos frescos, preparados e consumidos nas residências, e com consumo cada vez maior de produtos ultra processados (poucos nutrientes, mas alto conteúdo de açúcar, sódio e gordura). Logo, essas mudanças no padrão alimentar têm contribuído para a persistência da desnutrição e para a diminuição da qualidade de vida, informações que reforçam as consequências do atual regime alimentar.

No Brasil, o número de pessoas desnutridas reduziu significativamente, quando comparado a 2004/2006, passando de 8,6 milhões para 5,2 milhões em 2015/2017. Já a obesidade entre adultos aumentou de 19,9% em 2012 para 22,3% da população em 2016, além do número de mulheres em idade reprodutiva com anemia, que aumentou de 25,3% para 27,2% no mesmo período. Segundo o relatório, essas mudanças são consequências da dinâmica do dia a dia da população brasileira, somada à maior participação da mulher no mercado de trabalho e consumo de alimentos prontos, como os *fast foods*.

Segundo o relatório da FAO (2014), o Brasil era considerado um país livre da fome em consequência das políticas públicas que promoveram o crescimento

econômico, bem como redistribuição de renda para reduzir a desigualdade e minimizar a vulnerabilidade social. No período de 1980 a 2015, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷ do Brasil evoluiu de 0,545 para 0,754, e em 2018 passou para 0,759, posicionando-se em um médio nível de desenvolvimento (PNUD, 2019). No entanto, ao mesmo tempo em que o processo de desenvolvimento econômico e social é marcado por um intenso processo de industrialização, o qual torna os produtos massificados mais acessíveis à população, os fenômenos da fome e a subnutrição persistem, em especial a industrialização dos alimentos, que se potencializa no atual regime alimentar.

Porém, ainda segundo a FAO (2018), o Brasil está voltando ao mapa da fome. Conforme dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, entre 2016 e 2017, a pobreza da população, que era de 25,7%, passou para 26,5%. Já os extremamente pobres (pessoas que vivem com menos de R\$140,00 reais ao mês) saltaram de 6,6%, em 2016, para 7,4%, em 2017. Em fevereiro de 2019, Graziano da Silva, Diretor-Geral da FAO destacou que “precisamos reposicionar nossos sistemas alimentares que visam apenas fornecer comida, para sistemas que visam nutrir as pessoas”, e complementou fazendo um alerta sobre o direito à alimentação. “De acordo com nossos últimos números, a obesidade e o excesso de peso estão crescendo mais rapidamente que a fome. É uma epidemia. O direito à alimentação saudável deve ser uma dimensão fundamental para a fome zero e para o direito à alimentação em si” (GRAZIANO DA SILVA, 2019, s/p).

Para Fan, Pandya-Lorch e Fritschel (2012), em um mundo ideal, os consumidores estariam plenamente conscientes dos benefícios dos alimentos nutritivos. Já os produtores, processadores e comerciantes, por sua vez, saberiam como produzir, processar e comercializar esses alimentos ricos em nutrientes de alta qualidade, e essas forças do mercado proporcionariam os incentivos, através dos preços dos produtos, a todos os envolvidos na produção e consumo. No entanto, infelizmente, o mundo não segue essa lógica ideal, e os preços de mercado não fornecem um incentivo adequado para a produção de alimentos nutritivos. Para isso são necessárias intervenções públicas, para corrigir as falhas do mercado (quando

⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso, em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (PNUD, 2018).

os preços não refletem o valor nutricional dos alimentos) ou para melhorar a acessibilidade, especialmente pelas pessoas com poder aquisitivo insuficiente.

Apesar dos avanços significativos em direção à redução do número de pessoas que passam fome no Brasil, existem outros desafios a serem vencidos, como proporcionar alimentos com qualidade e quantidade nutricional adequada à população, respeitando os aspectos culturais e regionais, bem como ambientais e sociais⁸. De acordo com o CONSEA (2011), o fato de essas condições não serem atendidas implica em uma violação ao direito à segurança alimentar e nutricional, em consequência do atual padrão alimentar, que é composto por alimentos produzidos com alto teor de agrotóxicos e sementes transgênicas. Isto leva à produção de alimentos de má qualidade e compromete a biodiversidade, causando degradação ambiental.

Dessa forma, a dinâmica do sistema agroalimentar e o ato de se alimentar requerem uma abordagem dinâmica, sistêmica e interdisciplinar, onde a cultura e os saberes são tratados na interface entre as ciências sociais, ambientais, agrárias, humanas e da saúde. “Como precisamos comer para viver, nenhum outro comportamento não automático se liga de modo tão íntimo à nossa sobrevivência” (MINTZ, 2001, p. 31). Logo, falar de alimentação humana envolve crenças, saberes, hábitos, práticas e cultura alimentar, que também influencia o quê, quanto e de que forma vão ser cultivados os alimentos e o acesso a eles.

A escolha dos alimentos, que é sugerida como algo aparentemente fácil, deve ser contextualizada em um cenário de pressões sociais, de pertencimento a um grupo de demandas específicas, da cultura alimentar herdada, das práticas alimentares criadas, modificadas e incorporadas, dos hábitos alimentares desenvolvidos, dos limites financeiros que condicionam a escolha e problemas de

⁸ **Aspectos ambientais:** de diferentes formas de produção e distribuição dos alimentos, há de se considerar aspectos como técnicas empregadas para conservação do solo; uso de fertilizantes orgânicos ou sintéticos; plantio de sementes convencionais ou transgênicas; controle biológico ou químico de pragas e doenças; formas intensivas ou extensivas de criação de animais; uso de antibióticos; produção e tratamento de dejetos e resíduos; conservação de florestas e da biodiversidade; grau e natureza do processamento dos alimentos; distância entre produtores e consumidores; meios de transporte; e a água e a energia consumidas ao longo de toda a cadeia alimentar. **Aspectos social do sistema alimentar:** tamanho e uso das propriedades rurais que produzem os alimentos; autonomia dos agricultores na escolha de sementes, de fertilizantes e de formas de controle de pragas e doenças; condições de trabalho e exposição a riscos ocupacionais; papel e número de intermediários entre agricultores e consumidores; capilaridade do sistema de comercialização; geração de oportunidades de trabalho e renda ao longo da cadeia alimentar; e partilha do lucro gerado pelo sistema entre capital e trabalho (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, p. 18-19).

saúde, que impedem a manutenção de hábitos alimentares incorporados. Para o Ministério da Saúde (2013), a prática da alimentação adequada e saudável contempla os aspectos socioculturais dos indivíduos, além daqueles relacionados à exploração dos recursos naturais para assegurar a satisfação das necessidades alimentares, em linha com a cultura alimentar dos povos e das dimensões de gênero, raça e etnia. O alimento deve, também, ser acessível do ponto de vista físico e financeiro, em quantidade e qualidade equilibradas, produzido com práticas produtivas adequadas e sustentáveis, com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos. Para tanto, a atuação do Estado foi orientada pela Constituição Federal (CF) de 1988, marco institucional para a superação dos desafios sociais do Brasil. Conforme o “Art. 6º CF: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

Sendo assim, para a melhoria das condições de vida da população, são necessárias políticas relacionadas à SAN sobrepondo-se à lógica mercantil excludente, e garantindo o direito à alimentação através da conexão da ação da política e dos princípios orientados pela soberania alimentar. Segundo Maluf (2013), a SAN possui dois enfoques concomitantes, sendo a ampliação do acesso aos alimentos e o questionamento do padrão inadequado do consumo alimentar, sugerindo que os alimentos sejam produzidos e comercializados de forma saudável e sustentável. Para tanto, é preciso que os grupos sociais vulneráveis sejam beneficiados plenamente e de forma indiscriminada, segundo uma perspectiva que os reintegre no âmbito da sociedade.

Em 2001, no Fórum Mundial de Soberania Alimentar em Havana, o conceito de Soberania Alimentar foi concebido como

O direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.

Ainda, a soberania alimentar entendida como uma alternativa crítica ao modelo neoliberal dominante de agricultura e comércio é compreendida, para

Wittman et al. (2010, p. 2), como “o direito das nações e dos povos de controlarem seus próprios sistemas alimentares, incluindo seus próprios mercados, modos de produção, culturas alimentares e meio-ambiente”.

Já em 2006⁹, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ganhou um sentido normativo através da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)¹⁰, definido como:

Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Art. 3º).

Para assegurar esse direito apontado pelo SISAN, é indispensável a interação entre o poder público e a sociedade civil organizada, responsáveis pela formulação e implementação de políticas, planos, programas e ações através de uma gestão intersetorial¹¹ e participativa, que possibilite a articulação entre os três níveis de governo. Segundo Maluf, Menezes e Valente (2006, p. 12), o acesso à alimentação em qualidade e quantidade suficientes diz respeito ao “próprio direito à vida e por isso, sobrepõe-se a qualquer outra razão que possa justificar sua negação, seja de ordem econômica ou política. Negar este direito é, antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida”.

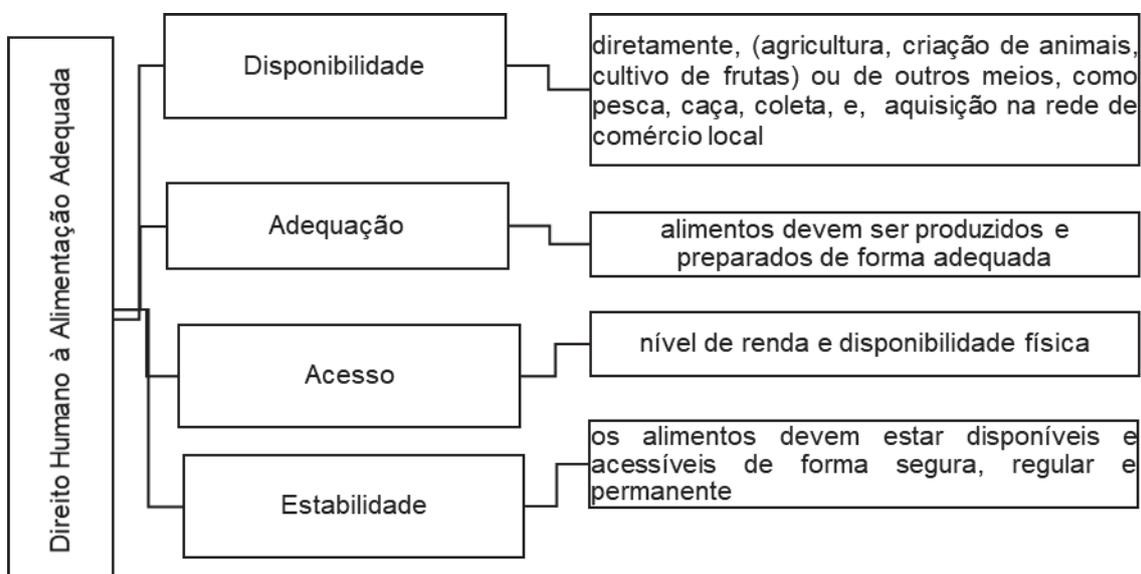
A garantia de alimentação adequada está fundamentada em quatro características que se complementam: a disponibilidade - fonte geradora da matéria-prima para alimentação (agropecuária); a adequação – processamento e manipulação dos alimentos; ao acesso - em quantidade adequada e limitada ou viabilidade por questões econômicas; e por fim, a estabilidade - acesso contínuo e seguro aos alimentos, conforme a Figura 1. Assim sendo, para Junqueira (2000, p. 42), “a intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, para garantir um acesso igual dos desiguais”.

⁹ Lei N ° 11.346, de 15 de setembro.

¹⁰ Instituído pela [Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional](#), Lei Federal nº 11.346, de setembro de 2006 - com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

¹¹ “Nesta visão, o Estado é visto como articulador necessário e insubstituível, mas não como promotor primordial e exclusivo do desenvolvimento” (SILVEIRA, 2010, p. 46).

FIGURA 1 - DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA



Fonte: Adaptado de SISAN (2006).

Cabe destacar que a alimentação foi incluída entre os direitos sociais na Constituição Federal (artigo 6º) somente em 2010, em função do envolvimento das organizações e movimentos sociais da sociedade civil, e de todos que se envolveram em uma campanha denominada Alimentação - Direito de todos. Essa conquista representou um passo fundamental; porém, a inclusão do direito à alimentação não garante necessariamente alimentação saudável e adequada, pairando entre a fome e a obesidade, diante de um quadro de desinformação da população que é agravado por restrições financeiras, o que a torna mais vulnerável à insegurança alimentar e nutricional. Portanto, de acordo com o CONSEA (2011, p. 3), o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA)

De cada pessoa ter o acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para obter estes alimentos, sem comprometer os recursos para obter outros direitos fundamentais, como saúde e educação. O direito humano à alimentação adequada significa tanto que as pessoas estão livres da fome e da desnutrição MAS TAMBÉM têm acesso a uma alimentação adequada e saudável.

O DHAA é, também, obrigação do Estado em todas as esferas, de respeitar, proteger e garantir o livre e permanente acesso à alimentação adequada, através de políticas públicas que contemplem e garantam o acesso e soberania alimentar.

O CONSEA tem o papel de recomendar e monitorar políticas de segurança alimentar e nutricional que objetivam garantir esse direito em seis dimensões: produção, disponibilidade, renda e acesso adequado, na saúde e acesso a serviços relacionados, e educação. Já a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) representa uma articulação interministerial para a coordenação e gestão governamental da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)¹², sendo replicada nos estados e municípios, segundo parâmetros para a integração de esforços entre governo e sociedade civil. Isto se viabiliza através do acompanhamento e avaliação da segurança alimentar e nutricional da população, visando ao direito à alimentação adequada - Figura 2.

FIGURA 2 - DIMENSÕES DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA



Fonte: Adaptado de PNSAN (2010).

Observa-se que a alimentação adequada depende, em primeiro lugar, do acesso universal a alimentos com valores nutricionais intrínsecos, de forma contínua e estável para atender a autossuficiência em quantidade e qualidade de forma

¹² Implementada pelo [decreto nº 7.272, de agosto de 2010](#), regulamentou a Lei nº 11.346.

sustentável da população. Em segundo lugar está a dimensão nutricional, envolvendo desde o preparo até o consumo final dos alimentos, em condições sanitárias que garantam a segurança da saúde das famílias - Figura 03. Para Alves e Jaime (2014, p. 431), “a promoção da alimentação adequada e saudável é uma zona de intersecção entre a promoção da saúde e a promoção de SAN, podendo aproximar e subsidiar o diálogo intersectorial, imprescindível tanto para a garantia da SAN quanto da saúde”

FIGURA 3 - DIMENSÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL



Fonte: Adaptado de PNSAN (2010).

Portanto, para garantir a alimentação adequada, a PNSAN ainda depende de condições concomitantes, como a garantia de que todas as etapas do processo sejam viabilizadas, tais como crédito agrícola para produção de alimentos, incentivo financeiro e técnico à agricultura familiar, avaliação e adoção de tecnologias

agrícolas e industriais, formação de estoques estratégicos, fomento de ações de cooperação entre elos e intra elos de produção, importação, acesso, distribuição, conservação e armazenamento de alimentos, se necessário, e manejo sustentado dos recursos naturais (BRASIL, 2003). Sendo assim, é de suma importância destacar o papel do agricultor, em especial o agricultor familiar, que contribui significativamente para a produção de alimentos sendo, portanto, uma condição essencial para a segurança alimentar.

Para o CONSEA, a intersectorialidade é premissa básica da política de SAN, pois se os diferentes setores do governo e da sociedade civil não atuarem conjuntamente, não será possível uma política de SAN efetiva. A eficiência na utilização dos recursos humanos e institucionais pelos agentes articuladores e coordenadores proporciona melhor resultado, e estabelece um conjunto de prioridades sem desperdício e inocuidade de ações isoladas. As ações descoordenadas e desarticuladas pulverizam o uso dos recursos, podendo se sobrepor na mesma atividade. Em consequência, a população-alvo dos programas pode sofrer com falta de informações sobre a forma de acessar os potenciais benefícios proporcionados por políticas públicas formuladas com o propósito de melhorar o padrão de consumo alimentar.

Somada à articulação de ações entre diferentes setores desde a produção, comercialização de alimentos, é necessário considerar saúde e educação. Assim, a intersectorialidade é necessária para

Aproximar os setores que atuam na área de Segurança Alimentar e Nutricional para que, juntos, possam planejar e coordenar suas ações. [...] Identificar as frentes de ação em comum, formular objetivos e definir instrumentos e indicadores de monitoramento. [...] Identificar dentre as ações que vêm sendo desenvolvidas pelos diferentes setores aquelas que têm maior impacto sobre a situação de SAN; [...] Criar mecanismos de gestão e monitoramento integrado das ações. [...] e Criar condições para tomar decisões estratégicas para o campo da SAN conjuntamente e espaços para promover consensos possíveis em torno de questões chave, como o montante de recursos a ser destinado às políticas de estímulo à produção para consumo interno em relação às exportações, nos investimentos econômicos e sociais (CONSEA, 2004, p. 05).

A mensuração e a identificação da SAN se apresentam de múltiplas formas e dimensões, de acordo com seu propósito de uso e sua perspectiva. A primeira dimensão está centrada na disponibilidade, uma relação de oferta de alimentos; logo, depende da produção e/ou importação, armazenamento e distribuição. A segunda dimensão é composta por dois determinantes, o acesso econômico e físico

dos alimentos, ou seja, a obtenção de alimentos com qualidade nutricional e quantidade suficiente, com base na cultura alimentar, além de políticas de preços e de renda para as famílias. Já a terceira dimensão diz respeito às condições sanitárias, segurança microbiológica e o aproveitamento de nutrientes pelo organismo, não sendo apenas o ato de ter acesso ao alimento, mas alimento com qualidade, cujas características contribuam para a saúde humana. Por fim, a quarta dimensão, que trata da estabilidade, do acesso e disponibilidade de alimento, do grau de utilização, contempla a sustentabilidade econômica, social e ambiental, além da demanda e planejamento das ações do poder público. Portanto, é decisiva para a segurança alimentar das famílias (KEPPLE, 2010). Contudo, a falta de intersetorialidade pode resultar no agravamento da insegurança alimentar e nutricional, a qual, segundo Ribeiro e Pilla (2014, p. 43), está pautada na

fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação e consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, bem como a produção predatória de alimentos em relação ao meio ambiente, preços abusivos e a imposição de padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural.

Conforme destacam Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008), no Brasil são utilizados cinco métodos de análise, quando se discute (in) segurança alimentar e nutricional. São eles: método da FAO, que calcula a disponibilidade calórica diária *per capita*; o cálculo da renda mínima para consumo alimentar e não alimentar dos indivíduos; o cálculo do consumo alimentar das últimas 24 horas, frequência de consumo alimentar ou a quantificação dos gastos familiares com aquisição de alimentos; a antropometria; e as escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, por exemplo, a classificação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA¹³).

Uma vantagem do uso das escalas psicométricas é que elas medem o fenômeno diretamente a partir da experiência de insegurança alimentar vivenciada e percebida pelas pessoas afetadas. Captam não só a dificuldade de acesso aos

¹³ EBIA, considerando o período de referência dos três últimos meses anteriores à data da entrevista. São domicílios em condição de: **Segurança alimentar**: os moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sem sofrer qualquer restrição no futuro próximo. **Insegurança alimentar leve**: quando há alguma preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis. **Insegurança alimentar moderada**: os moradores convivem com a restrição quantitativa de alimento. **Insegurança alimentar grave**: além dos membros adultos, as crianças também estão sujeitas à privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, a fome (IBGE, 2013).

alimentos, também a dimensão psicossocial da insegurança alimentar, tomando os domicílios como unidade de análise. Além disso, podem ser adaptadas - mediante utilização de metodologias qualitativas - a diferentes contextos socioculturais locais, sendo sua aplicação e análise relativamente simples (PÉREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

As escalas de medida direta da insegurança alimentar, como a EBIA, fornecem informações estratégicas para a gestão de políticas e programas sociais porque permitem identificar e quantificar tanto os grupos sociais em risco de insegurança alimentar (IA) quanto os seus determinantes e consequências. Trata-se de uma ferramenta com excelente relação custo-efetividade, usada desde a década de 1990 em vários países, e cuja aplicação e análise demonstraram existir aspectos comuns aos diferentes contextos socioculturais. Também indicam os graus de severidade da IA: 1) componente psicológico - ansiedade ou dúvida sobre a disponibilidade futura de alimentos na casa para suprir as necessidades dos moradores; 2) qualidade dos alimentos - comprometimento das preferências socialmente estabelecidas acerca dos alimentos e sua variedade no estoque doméstico; 3) redução quantitativa dos alimentos entre adultos; 4) redução quantitativa dos alimentos entre as crianças; 5) fome - quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos (PÉREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008). Portanto, a insegurança alimentar é um indicador de iniquidade social e está relacionada à falta de acesso permanente e regular a alimentos em qualidade e quantidade suficientes, além de garantir sua continuidade de forma a não comprometer a aquisição de outros bens e serviços considerados essenciais. Dados da EBIA, relativos ao período de 2009 a 2013, mostram que, no meio urbano, houve um aumento do percentual que se encontra em condição de segurança alimentar (passando de 67,1% para 76,7%, indicando que 9,1% deixaram de ser classificados como insegurança alimentar). Porém, no meio rural esse aumento foi de apenas 0,2%, passando de 59,7% em 2009 para 59,9% em 2013, o que representa que 40,1% da população rural brasileira apresenta condições de insegurança alimentar, conforme a Tabela 3.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO (%) DOS MORADORES DE DOMICÍLIOS PARTICULARES POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEGURANÇA ALIMENTAR – BRASIL 2009 / 2013

EBIA	População Urbana		População Rural	
	2009	2013	2009	2013
Segurança Alimentar	67,10%	76,70%	59,70%	59,90%
Insegurança Alimentar (IA)	33,00%	23,20%	40,30%	40,10%
Leve	20,80%	15,80%	21,70%	24,30%
Moderada	6,90%	4,30%	10%	9,50%
Grave	5,30%	3,10%	8,60%	6,30%

Fonte: IBGE (2013).

No tocante ao meio rural, Mendonça *et al.* (2015, p. 50) destacam que as atuais políticas públicas brasileiras não proporcionam condições adequadas para segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares. Esses agricultores vivem em condições de insegurança alimentar, sem acesso à assistência técnica para produção de excedentes mercantis, vivendo em locais inacessíveis ao poder público e sem a documentação necessária para usufruir de apoio creditício do Estado. Mais ainda, as distorções para implementação e acesso às políticas derivam da persistência de precárias condições infraestruturais de transporte, saneamento e energia, como limitantes ao acesso dessas pessoas aos mercados, tanto para abastecimento quanto para aquisição de bens de consumo e meios de produção (MENDONÇA *et al.*, 2015, p. 51). Em 2004, 78% da população do campo na Região Sul estavam em condições de segurança alimentar, aumentando esse percentual em 2009 para 84%, regredindo 1% em 2013. No entanto, a realidade da população rural brasileira mostra que 50% apresentou insegurança alimentar leve, moderada ou grave em 2004, passando em 2009 para 60%, e permanecendo neste nível em 2013 (Tabela 04).

TABELA 4 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO MEIO RURAL NA REGIÃO SUL E NO BRASIL, EM RELAÇÃO À SEGURANÇA ALIMENTAR

População residente Rural Região Sul	Em mil pessoas			Percentual		
	2004	2009	2013	2004	2009	2013
Total	4787	4691	4 174	100%	100%	100%
Segurança alimentar	3735	3932	3 479	78%	84%	83%
Insegurança alimentar	1052	759	694	22%	16%	17%

Leve	656	504	498	14%	11%	12%
Moderada	246	151	121	5%	3%	3%
Grave	150	151	75	3%	3%	2%
	Em mil pessoas			Percentual		
População residente Rural Brasil	2004	2009	2013	2004	2009	2013
Total	31662	31848	30681	100%	100%	100%
Com segurança alimentar	15760	19029	18375	50%	60%	60%
Com insegurança alimentar	15898	12819	12306	50%	40%	40%
Leve	7 113	6 893	7 453	22%	22%	24%
Moderada	5058	3190	2915	16%	10%	10%
Grave	3726	2736	1938	12%	9%	6%

Fonte: Adaptado IBGE (2017).

Apesar da melhora dos indicadores e da intervenção do Estado para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população, os dados do Censo Demográfico de 2010 contêm um alerta para um aumento da pobreza e desigualdade meio rural. Também destaca que 25,5% da população vivem em extrema pobreza, o analfabetismo atinge 20% da população, e 52,9% frequentou até quatro anos de ensino formal, reforçando a preocupação com a insegurança alimentar no campo. A Tabela 3 revela a relação direta da segurança ou insegurança alimentar com a renda, em função do rendimento mensal domiciliar per capita. A região Sul, por apresentar número mais expressivo de pessoas com renda domiciliar maior, apresenta menor nível de insegurança alimentar. Para Santos e Batalha (2005), a renda é vista como um dos fatores determinantes do consumo alimentar, em uma relação direta com a escolha dos alimentos, tanto em termos de qualidade como de quantidade de alimentos consumidos (SANTOS; BATALHA, 2005).

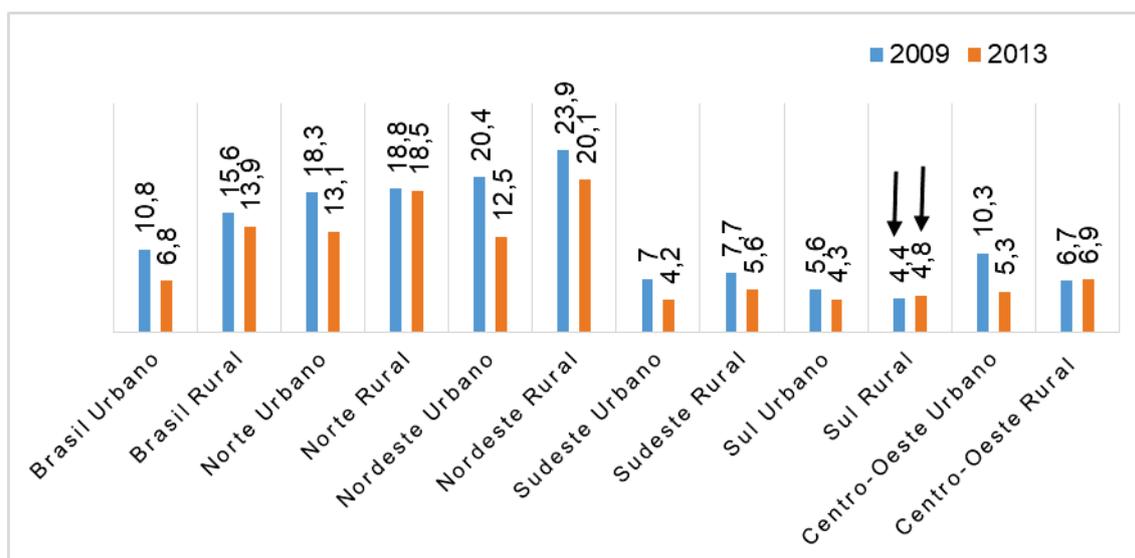
TABELA 5 - RELAÇÃO ENTRE RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Rendimento mensal domiciliar per capita (1) (1000 domicílios, em salário mínimo)	2004			2009			2013			
	Total	Insegurança		Total	Insegurança		Total	Insegurança		
		Segurança Alimentar	Total Moderada (2) ou grave		Segurança Alimentar	Total Moderada (2) ou grave		Segurança Alimentar	Total Moderada (2) ou grave	
Região Sul (3)	1 374	1 107	267	1 463	1 256	207	1 422	1 205	218	69
Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Sem renda (4)	0,5%	0,3%	1,6%	1,3%	0,9%	3,7%	1,0%	0,7%	2,6%	4,4%
Até 1/4	17,1%	11,5%	40,4%	7,6%	4,7%	25,4%	4,0%	2,2%	14,3%	18,6%
Mais de 1/4 a 1/2	24,0%	23,2%	27,5%	17,2%	15,4%	28,2%	11,8%	9,9%	22,4%	26,0%
Mais de 1/2 a 1	33,7%	36,6%	21,7%	36,3%	37,4%	29,0%	31,3%	32,3%	26,2%	28,9%
Mais de 1 a 2	17,9%	20,7%	6,1%	26,3%	28,8%	11,2%	33,9%	35,8%	23,3%	14,8%
Mais de 2	5,4%	6,6%	0,5%	10,0%	11,6%	0,4%	14,9%	16,4%	6,7%	4,0%
Brasil (3)	8 153	4 585	3 566	9 057	5 873	3 183	9 290	6 015	3 275	1 290
Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Sem renda(4)	0,9%	0,5%	1,4%	1,5%	1,1%	2,3%	1,8%	1,5%	2,3%	3,7%
Até 1/4	36,5%	19,7%	58,2%	22,7%	13,4%	39,9%	17,5%	9,9%	31,7%	35,9%
Mais de 1/4 a 1/2	27,1%	28,6%	25,2%	25,3%	23,4%	28,8%	22,7%	19,4%	28,7%	28,9%
Mais de 1/2 a 1	23,3%	32,7%	11,2%	30,3%	35,1%	21,3%	30,7%	34,1%	24,4%	22,3%
Mais de 1 a 2	7,8%	12,6%	1,7%	13,8%	18,7%	4,9%	18,5%	23,7%	9,0%	6,1%
Mais de 2	2,6%	4,5%	0,2%	4,5%	6,5%	0,7%	6,4%	9,0%	1,6%	1,2%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004, 2009 e 2013. (1) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios com insegurança alimentar leve. (3) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar *per capita*. (4) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

De acordo com os dados da EBIA, a proporção de domicílios particulares por situação de insegurança alimentar, no comparativo 2009/2013, apresenta maior insegurança alimentar e nutricional no meio rural, apesar da queda registrada no período, o dobro dos casos urbanos. Em outras palavras, 14 em cada 100 domicílios rurais no Brasil, em 2013, estavam em situação de insegurança alimentar e nutricional, conforme gráfico 2.

GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EXISTENTE NO DOMICÍLIO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E AS GRANDES REGIÕES - 2009/2013



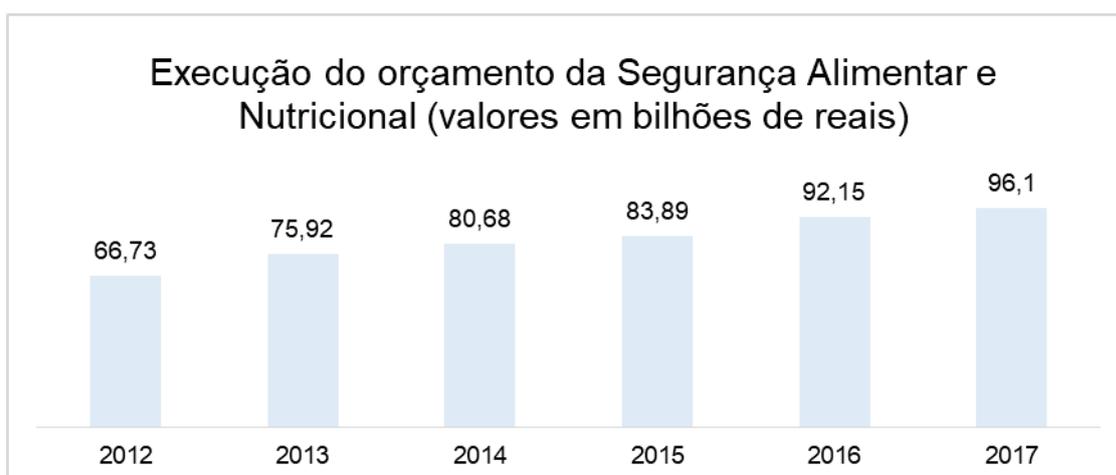
Fonte: IBGE (2014)

As regiões norte e nordeste são as que apresentam percentuais mais elevados de insegurança alimentar e nutricional, enquanto nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, os percentuais são menos expressivos, e no Sul e Centro-Oeste verifica-se um aumento da insegurança no meio Rural. No Sul, passou de 4,4% para 4,8%; e no Centro-Oeste, passou de 6,7 para 6,9, no comparativo 2009/2013. Cabe destacar que o Centro-Oeste é conhecido como celeiro do agronegócio, enquanto na região sul, a agricultura familiar ocupa um grande espaço.

O orçamento para minimizar a insegurança alimentar e nutricional no Brasil apresenta dados conforme o gráfico 03. Em 2017, a execução das metas

e ações que compõem o II PLANSAN alcançou 96 bilhões de reais, distribuídos de acordo com os desafios. O montante de 89% da execução concentra-se no Desafio 1, que é promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, especificamente no Programa Bolsa-Família (PBF) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Outros 6% (R\$ 5.653.019.297) destinam-se ao Desafio 03, que é promover a produção de alimentos saudáveis e estruturar a agricultura familiar. Ainda, 2% centram-se no desafio 2 (R\$ 2.039.519.161), que é combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais; e os demais desafios¹⁴ juntos somam 3% do total de recursos.

GRÁFICO 3 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (VALORES EM BILHÕES DE REAIS)



Fonte: SIOP (2018).

Ainda é possível visualizar um aumento real anual dos recursos para a execução no período de 2012 a 2017; porém, a maioria dos recursos para garantir a demanda de alimentos e uma parcela pouco significativa para contribuir com a produção de alimentos.

¹⁴ Desafio 4 - promoção do abastecimento e do acesso permanente à alimentação adequada e saudável; Desafios 5 e 6 - promoção de estratégias de EAN e medidas regulatórias e controle e prevenção de agravos decorrentes da má alimentação; Desafio 7 - ampliação da disponibilidade hídrica e do acesso à água; Desafio 8 - implementação do SISOAN; e Desafio 9 - apoio às iniciativas de segurança alimentar e nutricional em nível internacional.

5 AGRICULTURA FAMILIAR E OS DESAFIOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo descrever a importância da agricultura familiar, como categoria social, para a segurança alimentar e nutricional da sociedade. Também analisa as transformações sociais e produtivas decorrentes de sua crescente inserção nos mercados, tanto pela oferta de alimentos quanto pela mudança nos seus padrões de consumo.

5.1 A DINÂMICA MERCANTIL DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E SOCIAIS

A agricultura familiar tem sofrido transformações centradas na profissionalização dos agricultores, através de uma racionalidade típica dos segmentos empresariais, que destoa de valores e práticas herdadas de gerações anteriores, mas ainda presentes em suas relações sociais. Para Silva (1998) e Schneider (2003), associado a essas transformações está o processo de intensificação da relação campo/cidade, combinada com atividades não agrícolas, dependência de insumos e agroquímicos, maquinários e captação de recursos financeiros bancários (crédito agropecuário), que levam o agricultor familiar a se diferenciar do camponês tradicional¹⁵.

De acordo com McMichael (2005), a globalização do consumo representa, para o campo, a progressiva especialização da produção agrícola para atender as empresas alimentícias, tornando a produção in natura padronizada, o que tem levado a uma homogeneização da produção e impulsionado a marginalização da produção de culturas locais. Assim, esse processo potencializou a expansão da produção de *commodities* para atender a demanda das grandes corporações, impactando as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares e de seus modos de vida, com

¹⁵ Oliveira (1999, p. 34) resgata o pensamento de Lênin e Kautsky, indicando que “o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extingiria. Ou seja, os camponeses, ao tentarem produzir para o mercado, acabariam indo à falência e perderiam suas terras para os bancos, ou mesmo teriam de vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornam-se iam proletários”.

mudanças econômicas e técnicas de produção no meio rural, assim como em suas relações diretas e indiretas com o meio urbano. Explicado de outro modo, o vínculo com o mercado acaba sendo um determinante dessas mudanças.

Entretanto, embora o agricultor familiar seja visto como uma categoria diferente do camponês tradicional, por ser um produtor totalmente integrado ao mercado com o objetivo de racionalizar a sua produção, a luta pela terra através da reforma agrária pode recriar aquela categoria, assim como o próprio campesinato, uma vez que a produção passa a ser determinada por recursos e escalas que limitam seu processo de transformação capitalista (ABRAMOVAY, 1974; 1992; FERNANDES, 2001. 2002). “É no interior desse processo desigual que se desenvolvem a exploração econômica, a exclusão cultural e a dominação política, gerando os conflitos e as mais diversas formas de resistência” (FERNANDES, 2001, p. 25). Assim, formam-se movimentos sociais que buscam desenvolver novos processos frente às diferentes situações geradas.

Com o objetivo de manter a autonomia, de forma a garantir a sucessão geracional da família¹⁶, a coprodução¹⁷ é uma estratégia voltada às necessidades alimentares familiares, simultânea à sua conexão com o mercado. No contexto em que a mão de obra familiar é utilizada, e com a prática de coprodução, o volume de produção destinado para o autoconsumo tende a ser mais expressivo, pois existe uma identidade cultural e produtiva típica da agricultura familiar. Ela está vinculada à escolha da forma de plantar e colher, que prioriza a alimentação com produtos por eles produzidos. A impossibilidade para atender o autoconsumo pode levar a uma situação de vulnerabilidade dos agricultores (ELLIS, 2000) quando, mesmo que de forma velada, estão sujeitos a instabilidades e riscos, comprometendo a reprodução social das unidades familiares e/ou levando À condição de insegurança

¹⁶ Os fatores que se fazem presentes na temática da sucessão Mundo Agrário, geracional, são os seguintes: a) história, b) gênero, c) renda, d) escolaridade, e) projetos de vida dos jovens, f) sociabilidade urbana, g) comunidade e h) trabalho (KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015, p. 3).

¹⁷ A coprodução acontece com a interação entre o ser humano e a natureza, e permite a produção agrícola com menor dependência de insumos externos, além de fortalecer os meios de vida camponesa através de outras atividades não agrícolas, ou seja, a multifuncionalidade e padrões de cooperação que regulam e, ao mesmo tempo, fortalecem as inter-relações (PLOEG, 2008). “A coprodução também retroalimenta e fortalece a base de recursos, melhorando, portanto, o próprio processo de coprodução” (PLOEG, 2009, p. 19).

alimentar. Portanto, de acordo com Grisa (2007, p. 29), “ao produzir para o autoconsumo as unidades familiares dispõem de maior controle sobre uma das dimensões mais significativas para a sua reprodução social: a alimentação”.

O agricultor familiar tem a possibilidade de gerar alimentos diversificados, pois em sua área reduzida de terra, necessita buscar formas alternativas de produção, que utilizem técnicas produtivas e equipamentos, bem como a mão de obra de forma intensiva e eficiente. Desta forma, atende as necessidades alimentícias do grupo familiar, reduzindo o custo de oportunidade dos alimentos e, ao mesmo tempo, atende as demandas externas em preço, qualidade e quantidade, para que a produção também seja transformada em renda para as famílias.

Para Wilkinson (2008), o agricultor familiar precisa explorar estratégias no cenário de constantes transformações que ocorrem no sistema agroalimentar (a globalização dos mercados, a transnacionalização dos atores e a mudança no padrão de consumo, além da desregulamentação dos mercados). A orientação da produção de alimentos da agricultura familiar para o mercado configura um processo característico do sistema capitalista¹⁸. Em outras palavras, as relações sociais são corroídas pelas relações econômicas, fazendo com o que o tecido social e os mecanismos de distribuição do produto do trabalho nas comunidades rurais sejam progressivamente transformados por relações de trocas monetizadas, em um sistema determinado pelo preço, como descrito por Polanyi (2000) em sua análise do processo de incrustação do mercado na sociedade.

Aquela produção de alimentos para a troca entre os agricultores passa a ser intermediada por instâncias monetizadas. A quantidade, a variedade, o armazenamento e a facilidade de acesso levam o agricultor familiar a abandonar a prática do escambo de alimento com agricultores vizinhos, levando ao processo de mercantilização. Para Perondi (2009, p. 22), a “mercantilização é a instalação de uma necessidade constante de produzir mercadorias, para poder saciar a própria necessidade de consumir mercadorias, fazendo com que aumente a individualização e a monetarização

¹⁸ “A mercantilização é um processo histórico pela qual o valor de troca vem assumindo um papel de crescente importância na economia” (LONG, 1986, p. 9).

das relações sociais”. Assim, o processo de produção de alimentos com base no trabalho familiar também passa a se individualizar nas unidades produtivas. Nelas, a troca de trabalho por trabalho entre as famílias é substituída por troca de trabalho por dinheiro, e assim as relações sociais são mediadas pela monetarização.

Por sua vez, Ploeg (2008) considera que a mercantilização da agricultura leva a uma desproteção ocasionada pelo aumento crescente da especialização produtiva (monocultivo) e da instabilidade dos mercados de *commodities*. Isso leva à perda de autonomia em relação ao controle de produção - dependência sistêmica de insumos externos - cada vez mais sujeitos às exigências do mercado como instância da reprodução social das famílias no campo. Uma condição da agricultura familiar, atualmente, é também a pluriatividade, como alternativa de renda e ocupação da mão de obra. Portanto, atividades como de prestação de serviços com maquinários agrícolas para plantio e colheita tornam-se realidade. A troca de serviço por serviço, que acontecia anteriormente, passou a ser realizada de serviço por remuneração financeira.

Pluriatividade refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

Porém, há uma diferença entre a produção de mercadorias e a produção capitalista de mercadorias que, para o autor, é fundamental para compreender a relação entre a agricultura familiar e o mercado. Agricultura familiar é mais competitiva que a produção capitalista, pois realiza uma reprodução simples de mercadoria, e de maneira integrada à sociedade capitalista. Na realidade, a mercantilização da agricultura familiar reflete um equilíbrio entre a produção para a subsistência (autoconsumo) e para o mercado, distinto da agricultura empresarial (LONG, 2001). Portanto, para Pelinski et al. (2003), o consumo interno torna-se um elemento estratégico para o agricultor familiar.

Assim, a renda total de uma propriedade não advém, essencialmente, da renda monetária, mas também da renda não monetária, oriunda da contabilização da produção destinada para o consumo interno. Desta forma, a produção destinada para o autoconsumo torna-se uma renda, principalmente porque diminui as despesas com a

manutenção alimentar e de saúde, garantindo qualidade de vida e a própria segurança alimentar (PELINSKI et al., 2003 p. 2).

Essa interface revela o sentido do desenvolvimento rural a partir da dinâmica da agricultura familiar, onde persistem estratégias econômicas heterogêneas, estilos de vida e formas de convivência no meio rural. A heterogeneidade é, portanto, considerada a variável estrutural da agricultura familiar (LONG, 2001; 2006; LONG; PLOEG, 1994). “A chamada modernização da agricultura segue frequentemente a rota da externalização¹⁹ pela qual um número crescente de tarefas são separadas do processo de trabalho agrícola e são assim tomadas por organismos externos” (PLOEG, 1992, p. 169). Explicado de outro modo, a agricultura familiar passa a ser influenciada pela demanda externa de insumos de produção, como sementes, adubos, maquinários, tecnologia. Esses insumos são incorporados nos sistemas de produção, de forma que

[...] o desenvolvimento agrícola sempre implica em um processo de externalização que gera uma multiplicação de relações mercantis. As tarefas que foram organizadas e coordenadas inicialmente, sobre o comando do mesmo agricultor, vão ser coordenadas agora mediante o intercâmbio mercantil e por meio do sistema recém estabelecido de relações técnicas-administrativas. Esta externalização crescente não só afeta as atividades de produção, mas também resulta em uma transformação completa do processo de reprodução (PLOEG, 1992, p. 170).

A industrialização da agricultura e a liberalização dos mercados agrícolas são fenômenos característicos do regime agroalimentar corporativo que ganhou força nas últimas décadas. Ao atuar na forma de verdadeiros impérios agroalimentares, um pequeno grupo de corporações transnacionais impõe um sistema de governança global sobre os mecanismos institucionais que controlam os fluxos entre a produção e o consumo de alimentos.

Como resultado, o mercado no qual a agricultura familiar se envolve representa uma relação com esferas industriais e comerciais de amplitude mundial. E mais, esses agricultores... [...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando sua base técnica, e o círculo em que se reproduzem e transformam-se numa nova categoria social. De camponeses, tornam-se agricultores profissionais (ABRAMOVAY, 1992, p. 126-7).

¹⁹ A externalização de tarefas e da produção implica um aumento das relações de intercâmbio, dos objetos mesmo de trabalho, dos instrumentos e, progressivamente, o trabalho também, entra no processo de produção em qualidade de mercadorias e assim alcança simultaneamente um valor de uso e um valor de cambio (troca). Deste modo, às relações mercantis penetram até o centro do processo produtivo e de trabalho (PLOEG, 1992, p. 169).

Ao se profissionalizar, buscando o desenvolvimento agrícola, o agricultor se reestrutura e, com isso, características intrínsecas à sua categoria social são afetadas. Em consequência, a mudança no perfil de produção e consumo alimentar são atingidas diretamente no momento em que o autoconsumo, a cultura e as práticas alimentares são modificadas. A aplicação dos recursos passa a se concentrar em um leque reduzido de produtos, e a inserção mercantil dirige-se mais fortemente às cadeias integradas e aos mercados nacional ou internacional. De acordo com Coelho e De Paula (2016, p. 13-14),

Cada vez mais é preciso repensar as opções estratégicas de reprodução da agricultura familiar, incluídas no conjunto de transformações que atingem o sistema agroalimentar advindas das mudanças globais envolvendo a desregulamentação dos mercados, mudanças nos padrões de consumo alimentar e a transnacionalização das grandes corporações de alimentos.

Complementando, para Maluf (2004), a manutenção do perfil diversificado das unidades de produção familiares rurais, com seus múltiplos vínculos mercantis, tende a se ver comprometida pelas pressões competitivas na direção da elevação da escala de produção e, conseqüentemente, de um maior grau de especialização produtiva.

Segundo Grisa (2007), a autonomia da produção, alimentação e reprodução social²⁰ estão diretamente relacionadas ao autoconsumo do agricultor familiar. A diversificação produtiva proporciona, ao agricultor, a escolha dos alimentos que irá consumir, no momento em que define a quantidade e o tipo de produto cultivado. Essa diversidade também proporciona rendas diferenciadas, pois cada produto agrícola possui um tempo específico de cultivo, possibilitando renda ao logo do tempo (GRISA, 2007). A combinação entre agricultura e pecuária também tende a ser satisfatória na agricultura familiar, pois gera fontes complementares de renda ou de redução de custos monetários. Um exemplo são os dejetos dos suínos utilizados para a adubação da terra, contribuindo para a redução de insumos agrícolas externos e, conseqüentemente, diminuindo custos.

²⁰ A alimentação está relacionada à segurança alimentar e nutricional, pois proporciona ao agricultor qualidade e quantidade de acesso ao alimento, além de estar isenta da oscilação de preços de alimentos mercantilizados. Além disso, a sociabilidade é a representação do relacionamento da venda de produtos (hortaliças, frutas, carnes e seu derivados) para os que reconhecem valores culturais nos produtos, e trocas simbólicas de alimentos entre vizinhos (GRISA, 2007).

No entanto, atualmente, a produção nas unidades familiares agrícolas e pecuárias está cada vez mais imersa na lógica produtivista, com a produção especializada de *commodities* segundo as exigências do mercado. Assim, reduz a diversidade da produção e afeta diretamente o autoconsumo das famílias. Conseqüentemente, o agricultor familiar se torna um típico consumidor urbano, com conhecimento limitado quanto à origem dos alimentos consumidos, ao mesmo tempo em que se transforma em produtor e consumidor de *commodities*. Piran (2001, p. 31) destaca isso com ênfase:

os agricultores familiares organizam a sua produção para o mercado, mesmo porque necessitavam de excedentes para pagar suas terras e complementar a manutenção familiar. Isto era conseguido, não apenas comercializando os excedentes não consumidos pela família, mas dedicando-se efetivamente ao cultivo ou criação para o mercado.

As mudanças produtivas não são necessariamente um desejo dos agricultores familiares, mas resultantes do desejo de integrar o mercado. Essas mudanças, já abordadas anteriormente, reforçam a fragilidade da agricultura baseada no autoconsumo e na produção de alimentos.

5.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E A CRESCENTE INTEGRAÇÃO COM O MERCADO

Segundo Kageyama et al. (1990), entre as décadas de 1930 e 1960, os mercados nacionais de matérias-primas e alimentos se integraram, e o processo de industrialização impulsionou o processo de substituição das importações, com repercussões profundas na agricultura. “O setor agrícola – e particularmente o complexo cafeeiro – continuou desempenhando um papel fundamental quer através de transferências financeiras quer viabilizando a importação de bens de capital e insumos para a indústria em expansão” (KAGEYAMA et al., 1990, p. 118).

Na década de 1960, mais de 50% da população vivia no campo, ao mesmo tempo em que ocorria escassez de alimentos, levando o Estado a intervir para o aumento da produção de alimentos básicos e redistribuição de terras através de projeto de reforma agrária promulgado em 1964. Nele, a Política Agrícola é definida como “o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno

emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país”, conforme a Lei Federal Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, em seu artigo primeiro § 2º.

Após o início do processo de modernização da agricultura brasileira, conhecido como Revolução Verde, formou-se um consenso, sob a perspectiva da sociologia rural, de que as relações sociais também se transformaram com o aumento da produção voltada para o mercado, tornando-se essencialmente capitalistas, com base no trabalho assalariado. Este é o sentido da industrialização da agricultura ressaltado por Kageyama (1990).

Esse desenvolvimento da produção ficou associado à utilização de tecnologias para ampliação da escala de produção de fibras e de alimentos, tendo como objetivo, segundo o interesse dos segmentos situados à montante e à jusante, de superar o atraso da agricultura tradicional. Em outras palavras, integrar-se ao mercado através do aumento da comercialização de *commodities* globais através da adoção de tecnologias de alto rendimento passou a ser traduzido como processo de modernização. Tal processo impactou segmentos da agricultura familiar, tanto por eliminá-los quanto por incorporá-los à mesma dinâmica da revolução verde.

Embora tenha sido definida institucionalmente²¹, a agricultura familiar deve ser vista como uma categoria social. Para Gomes Junior e Botelho Filho (2008), aquela deve ser vista como um arranjo de produção e de práticas sociais, abastecendo a sociedade com bens materiais e imateriais com relevância para sustentar a preservação de costumes e hábitos alimentares. Desta forma, pode contribuir para uma agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Para Wanderley (2001, p. 23), a “agricultura familiar é entendida como aquela em que família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção assume o trabalho no estabelecimento produtivo [...]”.

²¹ Segundo a Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006, em seu artigo 3º, agricultor familiar é definido como “aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006).

Apesar da crescente importância da agricultura não familiar, de caráter empresarial no Brasil, traduzida na expressão *agronegócio*, a agricultura familiar se destaca na produção de inúmeros gêneros alimentícios, tendo a diversificação como uma característica intrínseca (BONINI, 2004). Como destacado por Schneider (1999), a agricultura familiar tem demonstrado forte resiliência às instabilidades conjunturais e às suas próprias limitações estruturais, mantendo o interesse em continuar na unidade agrícola como grupo familiar, produzindo alimentos para o consumo. Essa condição da agricultura familiar pode ser observada nos eixos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do MDA, norteadores de ações e instrumentos para o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar. Seus eixos temáticos são o combate à pobreza rural, segurança e soberania alimentar, sustentabilidade dos sistemas de produção, e geração de renda e agregação de valor, conforme o Quadro 01.

QUADRO 1 - EIXOS NORTEADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Eixos	Descrição
Combate à pobreza rural	Integrar e consolidar políticas, ações e programas, de caráter interministerial, alicerçados na garantia de assistência técnica e extensão rural e de renda mínima, no acesso a crédito e no apoio à comercialização.
Segurança e soberania alimentar	Valorizar e organizar a oferta de alimentos produzidos pela agricultura familiar.
Sustentabilidade dos sistemas de produção	Oferecer apoio necessário para ampliar o número de unidades familiares de produção que adotem práticas, insumos e princípios de manejo ecológico que contribuam para a construção de agriculturas sustentáveis.
Geração de renda e agregação de valor	Fortalecer, por meio de alianças estratégicas, modelos e arranjos produtivos que possam promover a cooperação e a concorrência, buscando viabilizar as economias dos pequenos e médios empreendimentos rurais.

Fonte: Adaptado de MDA (2012).

Com base nos eixos norteadores, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reforça a importância da agricultura familiar, por ser um segmento relevante para o desenvolvimento econômico e social, abrangendo um contingente de 4,4 milhões de famílias residindo em 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros e gerando 38% do valor bruto da produção agropecuária. Além disso, esse

segmento cria 70% dos postos de trabalho no campo e produz mais de 50% dos alimentos da cesta básica consumida no país.

Neste sentido, Gazolla e Schneider (2007, p.11) destacam que:

O trabalho do agricultor é produtivo, mas é também simbólico e repleto de significações e sentidos que lhe são fundamentais à construção da sua identidade social enquanto agricultor familiar. A sua identidade, por sua vez, está ligada ao ser colono, ao trabalho laborioso aplicado no processo produtivo, ao apego a terra enquanto patrimônio, a família, ao saber-fazer histórico transmitido de geração em geração que embasa a produção para autoconsumo enquanto produção alimentar e simbólica das relações sociais.

Neste contexto, a importância do agricultor familiar pode ser observada em seu papel preponderante na produção de alimentos básicos. Ainda, segundo dados do MDA, a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite, 50% da carne de aves e por 60% do milho consumido pela população brasileira. Portanto, uma das funções mais importantes da agricultura é produzir alimentos em quantidade e qualidade suficientes (com as vitaminas e minerais necessários ao corpo humano) para proporcionar uma alimentação saudável de forma sustentável para toda população (FAN; PANDYA-LORCH; FRITSCHER, 2012).

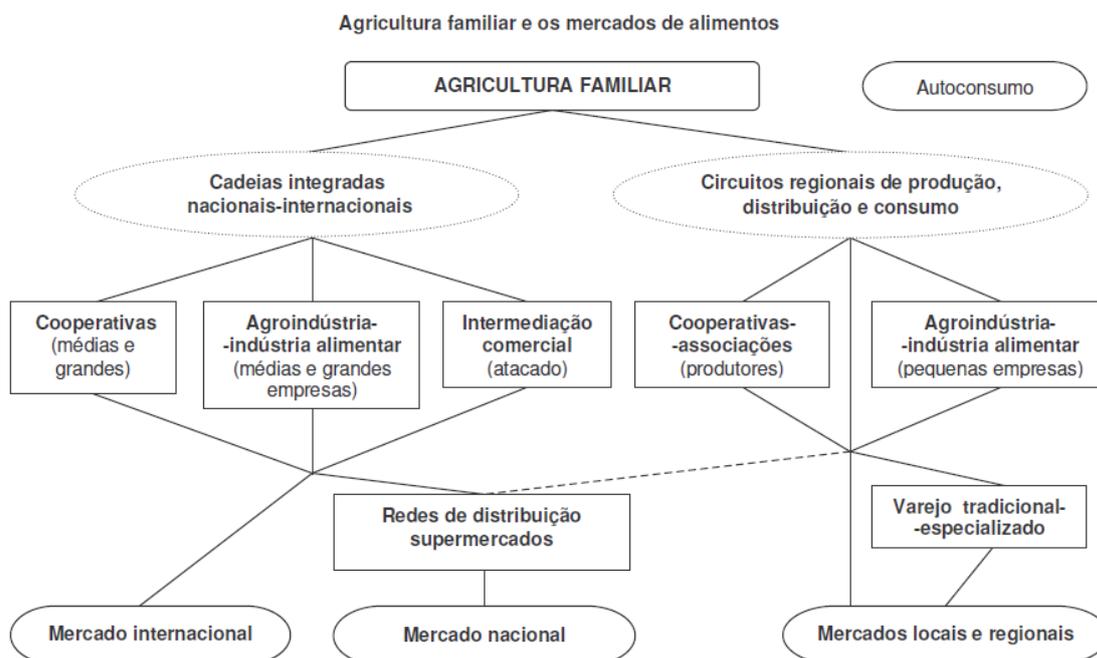
O agricultor familiar no Brasil, ao longo de sua trajetória, caracteriza-se como um ator social que convive com a dicotomia de produzir alimentos para o autoconsumo e a produção para atender ao mercado. Essa condição naturalmente gera conflitos entre diversificar a produção, para garantir quantidade e qualidade nos alimentos consumidos - autoconsumo, e se especializar para ingressar no competitivo mercado de *commodities* agrícolas. Para Funk, Borges e Salomoni (2006) e Troian, Klein e Dalcin (2011), o diferencial da agricultura familiar é a combinação entre a terra, o trabalho, o capital e a família, que configura uma produção de autoconsumo e de comercialização. No momento em que é detentor dos principais fatores de produção, também é capaz de se adaptar às transformações e mudanças exigidas pelo mercado.

Maluf (2004) apresenta a figura 4 para descrever a integração da produção agrícola de base familiar com o mercado, além da produção para o autoconsumo. Ele a divide em duas esferas, a primeira é a cadeia integrada

nacionalmente e internacionalmente, vinculada à produção em escala para atender um mercado mais concentrado, com médias e grandes cooperativas e agroindústrias alimentares mediando os elos da cadeia, e a intermediação comercial via atacados para atender a redes de distribuição de supermercados nacional ou internacional. Já a outra esfera abrange os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo, intermediados por cooperativas e associação de produtores e pequenas agroindústrias de alimentos, que abastecem supermercados e, principalmente, o varejo tradicional²² em mercados locais e regionais, em especial os mercados institucionais.

²² O setor varejista e em especial os supermercados facilitam a comercialização massificada de produtos alimentícios industrializados. No *ranking* da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS, 2016), os cinco maiores Supermercados concentram 51,1% do faturamento do setor, sendo Carrefour com 18,2%, GPA com 16,7%, Walmart Brasil Ltda com 10,9%, Cenconsud Comercial Ltda com 3,4%, e Irmãos Muffato & cia Ltda com 1,9%, o que representa a concentração das empresas que dominam o segmento de varejo de alimentos no Brasil, por exemplo. Já em 2017, o setor supermercadista brasileiro registrou faturamento de R\$ 353,2 bilhões, um crescimento nominal de 4,3% na comparação com 2016, e as posições das cinco maiores empresas supermercadistas se mantiveram no ano de 2017 (ABRAS, 2018).

FIGURA 4 - AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS DE ALIMENTOS



Fonte: MALUF (2004, p. 309).

A produção de alimentos pelo agricultor, em especial o agricultor familiar, que passou a produzir alimentos de forma especialização, com auxílio da mecanização e modernização das práticas agrícolas e pecuárias, concomitantemente reduziu a diversificação dos alimentos para o autoconsumo e passou a demandar alimentos que geralmente produzia. Ainda, considerando que o agricultor familiar está comercializando sua produção, logo dispõe de recursos para a aquisição de alimentos, mas isso não lhe garante a segurança alimentar e nutricional. O desconhecimento da origem dos alimentos que deixou de produzir e agora compra resulta em aumento do consumo de produtos industrializados, fazendo com que seu padrão de consumo e sua demanda se assemelhem com o perfil urbano. Isso torna o agricultor familiar suscetível aos preços voláteis dos alimentos e à insegurança alimentar e nutricional.

Até início dos anos 2000, a pesquisa e o desenvolvimento agrícola concentravam-se principalmente em mudanças tecnológicas da produção, visando a aumentos de produtividade e de rentabilidade das empresas do agronegócio. Nutrição e outros benefícios da agricultura nem sempre foram otimizados, enquanto os impactos negativos sobre a saúde, o bem-estar e o

meio ambiente foram frequentemente ignorados. Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional CONSEA (2006, p.15),

O modelo de produção e consumo de alimentos é fundamental para garantia de segurança alimentar e nutricional, pois, para além da fome, há insegurança alimentar e nutricional sempre que se produz alimentos sem respeito ao meio ambiente, com uso de agrotóxicos que afetam a saúde de trabalhadores/as e consumidores/as, sem respeito ao princípio da precaução, ou, ainda, quando há ações, incluindo publicidade, que conduzem ao consumo de alimentos que fazem mal a saúde ou que induzem ao distanciamento de hábitos tradicionais de alimentação.

Para Bianchini (2013, p. 78-9), a agricultura familiar é um setor estratégico para o desenvolvimento social e econômico, o que torna necessário o fortalecimento de políticas públicas voltadas para esse segmento, com vistas à maior produção de alimentos e à estabilidade econômica e social do país como um todo. Schneider e Gazolla (2011) também destacam a relevância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural, como atores sociais capazes de responder a três desafios essenciais: construção social de mercados; iniciativas técnico-produtivas através da construção de conhecimentos e inovações que lhes proporcionem a resolução de problemas vinculados à produção com o intuito de proporcionar a autonomia no uso de recursos; e desenvolvimento de alternativas produtivas, organizativas e institucionais. Os mercados deixam de ser uma estrutura externa e rígida e passam a ser reconhecidos como espaços sociais entre atores que se relacionam.

Portanto entende-se, neste trabalho, a agricultura familiar em um contexto de construção social que ultrapassa a visão restrita de mercantilização da produção, onde os atores (agricultores) são os protagonistas dos novos circuitos de comercialização e não apenas coadjuvantes dos mercados. Porém, não é possível afirmar que a agricultura familiar possui características homogêneas. A FAO-INCRA (2001), ao se restringir o tamanho da área e da renda obtida com a produção, estabelece uma tipologia para a agricultura familiar brasileira contendo quatro segmentos, sendo: capitalizado, em via de capitalização, em via de descapitalização e descapitalizados. Complementando estudo anterior, Marques (2003) destaca três categorias da agricultura familiar, segundo o grau de inserção no mercado agroalimentar, sendo elas consolidada, em transição e periféricas.

Consolidada (integrada ao mercado, possui acesso às políticas públicas e às inovações tecnológicas); em transição (parcialmente integrada ao mercado e aos circuitos tecnológicos, o que favorece sua eventual viabilidade econômica); e periférica (grupo mais numeroso cuja viabilidade econômica é negada, o que implica em dependência de atividades não agrícolas e de intervenções de reforma agrária) (MARQUES, 2003, p. 18).

Portanto, independentemente do grau de integração com o mercado, a importância da agricultura familiar justifica-se, pois está intrinsecamente vinculada à segurança alimentar e nutricional, além de contribuir para a preservação de alimentos tradicionais e de uma alimentação balanceada. E mais, espera-se que a agricultura familiar explore os recursos naturais de forma sustentável, ao mesmo tempo em que impulsiona as economias locais, promovendo a autonomia do agricultor, reafirmando sua identidade, a proteção social, o bem-estar das comunidades e o desenvolvimento rural, também sendo potencial para geração de postos de trabalho (HEBERLÊ et al., 2017).

Essa dicotomia tem sido mitigada por políticas públicas voltadas para a produção de alimentos da agricultura familiar para mercados institucionais. Essa relação mercantil tem se dado através volumes reduzidos de produção, atendendo demandas locais e regionais, respeitando os valores regionais e culturais da população. Ainda, cabe destacar que o acesso à alimentação também está relacionado a questões como a distribuição de renda desigual, e não somente à escassez de alimentos.

Em consequência dessas transformações, torna-se relevante estudar a cultura, os hábitos e as práticas alimentares para entender a preocupação com a insegurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares. Essas mudanças alimentares podem afetar o ambiente sociocultural dos indivíduos. Conforme salienta Garcia (2005, p. 284), “as práticas alimentares são apreendidas culturalmente e transmitidas de geração em geração, portanto, não são facilmente deslocadas e incorporadas”. Portanto, o dano sociocultural causado pelas mudanças dos hábitos alimentares pode ser irreversível, no momento em que a base da produção de alimento está enfraquecida.

5.3 AUTOCONSUMO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Autoconsumo pode ser definido como aquela produção - de origem animal, de lavouras permanentes e temporárias, da extração vegetal, da agroindústria doméstica/familiar - realizada com base na mão de obra familiar e destinada para o consumo próprio. Em outras palavras, a produção que é destinada para o ciclo interno da propriedade rural na condição de consumo final ou como coprodução para as atividades intermediárias (BRASIL, 2013). Segundo Chayanov (1974) e Wolf (1976), pioneiros nos estudos da produção para o autoconsumo, a alimentação representava o alicerce da organização familiar para a reprodução social no âmbito da organização econômica e a estrutura social da agricultura camponesa.

Para compreender a lógica do autoconsumo, Chayanov (1974) denomina como a microeconomia do comportamento camponês, expondo a estrutura econômica composta pela unidade de trabalho e pela unidade de consumo familiar. O objetivo principal era produzir para atender as necessidades de consumo de alimentos para o núcleo da família, o que ele chama de equilíbrio ótimo. Mais ainda, o sistema camponês influencia o sistema econômico nacional e é por ele influenciado, uma vez que é o mercado que direciona o que o camponês deve produzir, e automaticamente aloca a força de trabalho para atividades que remuneram melhor o seu trabalho.

Ao desenvolver-se a natureza produtora de mercadorias na unidade de exploração, a organização desta em um sistema monetário, totalmente estabelecido pelas necessidades de consumo da família começa a receber cada vez mais a influência da situação do mercado no que diz respeito à composição da unidade, e as necessidades de consumo somente continuaram pressionando para determinar o volume total da atividade (CHAYANOV, 1974, p.140).

A participação maior do mercado apresenta, como consequência, a modificação e a desestruturação no equilíbrio entre o consumo e o trabalho das famílias camponesas. Compartilhando da premissa de que a unidade camponesa é a combinação de consumo e de trabalho, Wolf (1976, p. 17) refere-se ao mínimo calórico como “[...] o consumo diário de calorias alimentares exigidos para compensar o desgaste de energia que o homem despende em seu rendimento diário de trabalho”. Explicando de outra maneira,

é a combinação da alimentação necessária para suportar o desgaste de energia ocasionado pelo trabalho. O camponês é, assim, um produtor de excedentes, que repassa uma fração de sua produção para grupos dominantes aos quais está subordinado.

Sendo assim, as unidades camponesas tomam decisões que transformam a organização familiar para atender suas necessidades e a de grupos de interesses, através do incremento de produção ou redução do consumo. Para entender essas mudanças, é preciso considerar cultura, hábitos e práticas alimentares como aspectos estruturais da segurança alimentar em termos da disponibilidade e acesso aos alimentos e sua qualidade, os quais devem estar também relacionados à produção voltada para o autoconsumo (BONNAL; MALUF; CAZZELA, 2009, p. 50).

Defendendo o que denominou de *sociologia dos meios de subsistência*, Cândido (1997) aborda a preocupação em garantir que as famílias caipiras paulistas tivessem alimentos suficientes para suprir suas necessidades, passando, então, a estudar as dimensões da vida social a partir da alimentação. Para o autor, a alimentação deve ser analisada em termos estatísticos (nível de vida), biológico (como qualidade nutritiva), econômico (recursos totais do grupo), e propriamente sociocultural (como fator de sociabilidade). De acordo com Norder (1998), a produção voltada para o consumo familiar é uma estratégia dos agricultores familiares para aumentar a qualidade de vida e a condição socioeconômica, estratégia que não está disponível para muitos outros segmentos sociais em situação de pobreza.

Segundo o Censo Agropecuário 2006, 72,7% dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares no Brasil, somando mais de 3,7 milhões de unidades, desenvolvem a produção de alimentos para o autoconsumo; Dentre eles, em 677 mil a produção para o autoconsumo chega a representar mais de 90% do total produzido. Entre os estabelecimentos familiares, 85,7% detém alguma produção para o autoconsumo, enquanto entre os não familiares esse percentual é de apenas 14,3% (BRASIL, 2013). O autoconsumo é, portanto, uma característica intrínseca da agricultura familiar, pois tende a ser diversificado, e seu objetivo fim é a alimentação do grupo familiar ou como coprodução entre famílias para a produção e troca de alimentos. Ainda, para Gazolla e Schneider (2007, p. 98), “o autoconsumo é a

esfera da unidade doméstica que vai dar a base e o lastro para que haja a diversificação das estratégias de vivência na agricultura familiar”.

Por sua vez, Grisa (2007, p. 31) aponta o autoconsumo na agricultura familiar como “uma forma de internalizar recursos e asseverar a segurança alimentar, diminuindo a exposição da reprodução social às relações do mercado”. No momento em que o agricultor familiar está produzindo para o autoconsumo, ele passa a conhecer a origem de sua alimentação e estabelece uma relação de identidade cultural com aquele alimento produzido, e preserva sua origem local. A comida é algo além do alimento para a construção do corpo, representando a construção de aspectos simbólicos, de crenças e de cultura, que ultrapassam o sentido restrito da matéria física. “Comida significa o que, o como, o quando, o com quem, onde e de que maneira os alimentos selecionados por um determinado grupo humano são ingeridos” (BARBOSA, 2007, p. 92). A comida é, assim, uma manifestação da cultura, das práticas e dos hábitos alimentares, o que sugere que, na agricultura familiar, a produção para o autoconsumo é um exemplo categórico da manifestação dessas características que passam de geração para geração. Como afirma Fischler (1995, p. 66), “nós nos tornamos o que nós comemos”.

Para Gazolla e Schneider (2007), a produção para autoconsumo na agricultura familiar é importante como via de transmissão dos conhecimentos entre gerações, além de ser um meio de socialização das famílias e comunidades rurais. Portanto, percebe-se uma maior autonomia dessas famílias e comunidades, frente ao contexto social e econômico que envolve as unidades de produção, proporcionando os meios necessários para a reprodução social e a preservação da cultura alimentar local dos membros do grupo doméstico. Nesses termos, o autoconsumo na agricultura familiar “propicia a diversificação dos meios de vida, ampliando o leque de estratégias sob o qual está assentada a continuidade do grupo familiar e, assim, minimiza a vulnerabilidade” (GRISA, 2007, p. 31).

Entretanto, esse processo de preservação do grupo familiar através de atividades produtivas, principalmente de alimentos, está cada vez mais vulnerável em função da redução do número de pessoas empregadas nas atividades para o autoconsumo. Isto devido à mecanização e à especialização das atividades agrícolas e pecuárias, ao envelhecimento dos agricultores

familiares e a não sucessão geracional. De acordo com Garcia Jr. (1983, p. 16), os camponeses organizam a unidade familiar visando fundamentalmente atender a sua subsistência, isto é, “[...] aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família”.

Outra característica do autoconsumo na agricultura familiar “é uma forma de economização²³ na medida em que otimiza a utilização dos fatores de produção (terra e força de trabalho) e dos recursos financeiros, restabelece a co-produção [sic] entre homem, natureza e trabalho, potencializando os recursos locais” (GRISA, 2007, p. 31). Para a agricultura familiar, o autoconsumo representa aquilo que a família desenvolve para o seu provimento, bem como o que é destinado aos animais, embora não esteja restrito somente à produção alimentar. Isto “compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir as suas necessidades” (GAZZOLA; SCHNEIDER, 2007, p. 2). A utilização do trabalho humano, da tecnologia, dos recursos naturais e recursos financeiros precisa estar em equilíbrio para manter o autoconsumo como uma estratégia da agricultura familiar para segurança alimentar e nutricional. No entanto, esse equilíbrio tem se tornado precário, resultando em um estado de insegurança alimentar para aqueles que mais produzem alimentos no Brasil.

O autoconsumo ainda é marcado pela solidariedade e pela busca em estabelecer uma relação social de reciprocidade, com troca de saberes, de produtos e de serviços entre agricultores familiares. Conforme salienta Grisa (2007, p. 31),

[...] possibilita atender a demanda alimentar e a realização de valores de troca em virtude da característica da alternatividade; alimenta relações de sociabilidade e reciprocidade contribuindo para a coesão da estrutura social ... fortalece a identidade social dos agricultores, conferindo legitimidade e reconhecimento perante os demais.

Diante disso, o sistema de autoconsumo é compreendido como um elemento de promoção da segurança alimentar e nutricional, de redução da

²³ “economização”, como denominou Lovisololo (1989, p.143), “não são as características do produto nem as quantidades produzidas que definem o produto como comercial ou de autoconsumo. Ele se classifica numa ou noutra situação a partir da lógica que orientou sua produção. É essa orientação das unidades em relação a cada produto que define seu sentido. Por isso, o produto vendido não é nem um resíduo nem um excedente da produção de autoconsumo, da mesma forma que este último não é uma subtração ao produto comercial”.

pobreza e de inclusão sócio produtiva no campo (BRASIL, 2013). Para Maluf, Menezes e Marques (2001, p. 16), a produção para autoconsumo representa um “importante instrumento de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil”. Porém, a redução da diversidade produtiva de alimentos para o autoconsumo e a intensificação da especialização da produção de alimentos, somadas ao deslocamento para a produção de *commodities* agrícolas, mudanças nos hábitos e práticas alimentares e, como consequência, um processo de monetização dos alimentos consumidos pelos agricultores familiares, tem minado as bases do autoconsumo. Segundo Friedmann (1999), essas mudanças ocorrem globalmente, através de uma dinâmica que absorve o agricultor como produtor de alimento. Como consumidor do alimento que produz, ao mesmo tempo em que o transforma em consumidor de alimentos, provoca uma desconexão de suas referências culturais, enquanto novos valores e saberes contidos são incorporados nos alimentos adquiridos no mercado.

Cabe destacar que o agricultor familiar é influenciado duplamente no atual regime alimentar. Por um lado, pela nova dinâmica de produção, a qual é especializada e focada para a comercialização, com insumos de produção externos adquiridos de grandes corporações que dominam o mercado para atender a uma padronização, fazendo da produção de alimento um sinônimo da troca comercial. Por outro lado, quando deixa de produzir alguns produtos para o autoconsumo, passa a ser um típico consumidor urbano. Ao deixar de plantar e criar para o autoconsumo, o agricultor depende de outro que desempenha a mesma função, necessitando, para isso, de desembolso financeiro, incorrendo em custo monetário que não tinha até então, quando produzir para suprir suas necessidades era algo primordial.

Leite (2004) destaca o autoconsumo familiar como estratégia para reprodução da unidade familiar, pois consegue ter maior flexibilidade de consumo em períodos em que os preços dos produtos agrícolas sofrem maior oscilação. Quando há excesso de chuva ou estiagem, o preço das hortaliças sofre variações significativas em supermercados e feiras. Todavia, o agricultor mantém o consumo de alface, por exemplo, sem ser afetado diretamente por aquela oscilação, pois continua produzindo para o autoconsumo, adequando-se às mudanças do clima. Logo, ao produzir seus próprios alimentos, o

agricultor familiar deixa de gastar o equivalente em recursos monetários com a compra de alimentos nos supermercados e/ou feiras.

Para Woortmann (1978), ao suprir uma parcela significativa de seu consumo com alimentos produzidos na propriedade, além dos ganhos alimentares, o agricultor se beneficia por gastar menos, podendo adquirir outros bens e serviços que contribuem para o seu melhor bem-estar. Portanto, mesmo que o fornecimento de alimentos seja uma característica marcante do agricultor familiar, sua importância está se modificando em situações que representam causa e consequência ao mesmo tempo.

Por um lado, a especialização das atividades agropecuárias força o agricultor familiar com área pouco expressiva a produzir o máximo possível por hectare, com tecnologias adaptadas a pequenas áreas para participar de um mercado altamente competitivo, e não tem escala suficiente para produzir *commodities* padronizadas nos mercados nacionais e principalmente internacionais. Porém, a diversificação, característica intrínseca da agricultura familiar, fica comprometida, pois já não é possível dividir as áreas de cultivo. Ao mesmo tempo, a mão de obra familiar, intensamente ocupada, está se tornando escassa e envelhecida, o que dificulta produzir alimentos que demandam mão de obra intensiva.

Mesmo assim, a oferta de alimentos pela agricultura familiar está engajada em contratos e parcerias de venda com cooperativas e empresas alimentícias, que determinam padrões de produção conforme exigências do mercado. Por sua vez, políticas públicas agrícolas coexistem nesse cenário, potencializando a produção para canais de comercialização já institucionalizados, enquanto outras incentivam o vínculo a mercados alternativos, a exemplo do PAA. Para Paula (2017, p. 34), “quanto mais visível o divórcio da agricultura em relação às demandas de segurança alimentar, maior a pressão sobre o Estado para adotar políticas sociais compensatórias para mitigar tanto os efeitos da escassez quanto do consumo excessivo e inadequado”. Verifica-se, também, o predomínio de políticas de crédito em relação a políticas de extensão rural, por exemplo, incentivando a aquisição de insumos agroquímicos ao invés dos orgânicos, compra de sementes híbridas ao invés de sementes crioulas, tornando o agricultor familiar um consumidor de insumos para a produção para autoconsumo e para o mercado.

Outra característica, intimamente ligada às anteriores, diz respeito à redução da diversidade de alimentos para o autoconsumo e a especialização da produção, levando o agricultor familiar a depender de renda para o consumo de alimentos. No entanto, um novo padrão de consumo emerge, no qual habitam produtos originários do meio rural, mas agora metamorfoseados pelo capital industrial, a exemplo do leite pasteurizado em caixa, do feijão empacotado, pão francês, chá de saquinho, carne a vácuo, em uma variedade de alimentos à sua disposição, dependendo de sua renda e preferências. A monetização do consumo corresponde, portanto, à contramão de um fluxo de abastecimento oriundo da indústria. Logo, o alimento perde sua identidade rural e passa a assumir o rótulo do capital agroindustrial e comercial. O agricultor familiar converte-se em consumidor potencial do que ele previamente plantava e do que seus pares plantam, disputando demanda em um mercado varejista tipicamente urbano. Essa mudança da relação do agricultor familiar com a produção de alimentos indica que ele está perdendo suas características socioculturais e econômicas, com repercussões diretas em suas condições de segurança alimentar e nutricional.

6 POLÍTICAS AGRÍCOLAS E A CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

De acordo Lamounier (1982), as políticas públicas contêm uma dupla face, como política (*politics*) e como ação do Estado sobre a sociedade (*polity*). Assim, toda política pública representa uma forma de intervenção do Estado nas relações sociais, e é condicionada por interesses ou expectativas sociais. Os conceitos mais utilizados para definir Políticas Públicas foram formulados por Mead (1995), como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas; por Lynn (1980), que as trata como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos; por Peters (1986), para quem aquelas são a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos; e por Dye (1984), que define política pública como aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer.

Apesar dessa diversidade de interpretações, de acordo com Souza, (2006, p. 4), “a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, segundo a qual ‘decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz’”. Portanto, é importante entender o sentido das políticas e sua aplicação, neste trabalho, às políticas agrícolas voltadas para segurança alimentar e nutricional. Para Delgado (2001, p. 23), a política agrícola visa

tanto o comportamento conjuntural (de curto prazo) dos agricultores e dos mercados agropecuários, como os fatores estruturais (tecnologia, uso da terra, infraestrutura econômica e social, carga fiscal, etc.) que determinam seu comportamento de longo prazo. Nessa visão, a política agrícola engloba tanto políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), como políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infraestrutura, e de recursos naturais e meio ambiente).

Sendo assim, nas políticas agrícolas, a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional são consideradas de interesse do Estado, para acesso de alimentos com a qualidade nutricional necessária e quantidade suficiente. Com base nisso, as subseções seguintes contêm uma análise das principais características das três políticas públicas para a agricultura, relacionadas diretamente à garantia de segurança alimentar e nutricional, tanto dos agricultores familiares quanto da população como um todo.

De acordo com Bianchini (2015), o Brasil se destacou pela implementação de um conjunto de políticas públicas que objetivam o desenvolvimento rural através da redução das desigualdades, inclusão socioeconômica dos agricultores familiares, e que promove a segurança alimentar e nutricional da população. Nesse contexto, o relatório da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH, 2013) destaca a agricultura familiar em uma posição desfavorável em relação aos grandes produtores, no acesso aos canais de comercialização, que exigem escalas de produção, e ao crescente custo unitário de produção devido à compra de insumos em menor escala. Com isso, torna-se estratégico implementar políticas específicas para esse segmento social, para contribuir com a sustentabilidade das propriedades familiares.

As políticas agrícolas que fortalecem a agricultura e, em especial, a agricultura familiar é um dos objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), para que a segurança alimentar e nutricional seja promovida, bem como para garantir a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA). Assim, para Anjos e Burlandy (2010, p. 20), as políticas agrícolas estão inseridas na

perspectiva de compreender de forma integrada as questões referentes às múltiplas dimensões do sistema agroalimentar (produção, abastecimento, comercialização e consumo) e analisá-las com base nos princípios que pautam o conceito, quais sejam: direito humano à alimentação adequada; soberania alimentar; intersetorialidade; equidade; participação social

Para tanto, o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN, 2016-2019) possui, como diretriz, “Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional”. O Plano destaca os inúmeros avanços²⁴

²⁴ Em 2014, estudo divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO/ONU revelou que o Brasil saiu do mapa mundial da fome: caiu para menos de 5% o indicador de população em subalimentação, limite abaixo do qual se considera que a fome já não é um problema estrutural para o país. A meta 2 do primeiro objetivo do milênio da ONU – “Redução da fome à metade do nível de 1990, até 2015” - também foi alcançada pelo Brasil entre 1989 e 2006, quando a prevalência de desnutrição infantil aguda, principal indicador desta meta, foi reduzida a um quarto do valor inicial (de 7,1% para 1,8%) [...] O índice de extrema pobreza no Brasil reduziu de 7,6% em 2004 para 2,8% em 2014 e o de pobreza de 22,3% para 7,3% em 2014, no mesmo período. O índice de insegurança alimentar grave, medido pelo IBGE nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) em 2004,

alcançados na última década em relação à diminuição significativa da extrema pobreza - saída do Brasil do Mapa da Fome das Nações Unidas-, e à erradicação da fome. Porém, grandes desafios devem ser vencidos para a formação de um ambiente de segurança alimentar e nutricional no Brasil, tais como a importância de ampliar e fortalecer sistemas de produção de alimentos de bases mais sustentáveis, reforçando a importância da agricultura familiar.

Porém, o crescente aumento do sobrepeso, da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis expõe o agravamento da insegurança alimentar e nutricional de populações tradicionais, inclusive aquelas envolvidas na produção de alimentos. Por isso, o fortalecimento da agricultura familiar converteu-se em importante mecanismo para reverter essa tendência, como previsto no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), através da gestão, financiamento, monitoramento e avaliação dos programas tais como PRONAF, PAA e PNAE, além do PNATER, e garantia de preços mínimos. Esses programas movimentaram, na safra 2014/15, aproximadamente R\$ 25,5 bilhões - o PRONAF mais de 1,9 milhões de contratos, somando R\$ 24 bilhões, enquanto a ATER beneficiou aproximadamente 800 mil famílias, e o PAA e PNAE somaram mais de R\$ 1,5 bilhão, atendendo 41,5 milhões de alunos.

Na V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2015, as compras públicas de alimentos da agricultura familiar através do PAA e PNAE destacaram-se como mecanismos capazes de promover alimentação adequada e saudável. Com isso, o PLANSAN (2017, p. 18) é uma instância de política pública que, ao fomentar a agricultura familiar “garante a diminuição da pobreza e da desigualdade no meio rural, uma maior diversificação na produção de alimentos, o fortalecimento do abastecimento alimentar em localidades distantes e a conseqüente dinamização das economias locais”.

Bolfe e Silva (2018), em pesquisa realizada pela EMBRAPA, constataram que estão ocorrendo mudanças nos hábitos alimentares dos consumidores.

Estudos comportamentais indicam que as pessoas valorizam cada vez mais características que vão além dos preços dos alimentos. Dentre as novas expectativas, 34% indicam a conveniência e

2009 e 2013 apontou uma diminuição significativa entre 2004 e 2009, cuja média nacional reduziu de 6,9% em 2004 para 3,2% em 2013 (PLANSAN, 2017, p. 17).

praticidade como fundamentais na hora de suas refeições. A confiabilidade e a qualidade, garantidas por selos ou certificações de origem, determinam escolhas e fidelização de 23% dos consumidores. Sensorialidade e prazer são características determinantes para 22%, e cresce a valorização de produtos gourmet, o terroir ou regionalidades. Já a conjunção de saudabilidade, bem-estar, sustentabilidade e ética na produção é fundamental para 21% dos consumidores (BOLFE; SILVA, 2018, p. 1).

Sendo assim, essas mudanças comportamentais contribuem para o fortalecimento da produção de alimentos na agricultura familiar, oportunizando novos nichos de mercado.

6.1 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) objetiva estimular a geração de renda das famílias e melhorar seu sistema produtivo através do financiamento de atividades e serviços rurais agrícolas e/ou pecuários e/ou não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou nas áreas comunitárias próximas (BANCO CENTRAL, 2017). Criado em 1996 por meio do Decreto 1.946 e da Lei 11.326, o PRONAF é considerado a principal ação pública com foco no agricultor familiar no Brasil (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Complementando, para Schneider et al. (2004, p. 21), o PRONAF representa “o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda, ou agricultura de subsistência”.

Ainda conforme destacam Bonal e Maluf, (2007), o PRONAF tornou-se a política pública setorial mais importante e direcionada à agricultura familiar no Brasil, que estimula a valorização do homem no campo, a produção de alimentos, a redução da pobreza rural e a segurança alimentar e nutricional, amparada na participação social através de conselhos em todas as esferas de governo. Dessa forma, o PRONAF busca adaptar as políticas públicas à realidade da agricultura familiar e melhorar o desempenho produtivo através da construção de infraestrutura rural adequada às necessidades produtivas. Também busca melhorar a qualidade de vida da população do campo com a

redução da penosidade do trabalho braçal, acesso à assistência técnica e extensão rural e a novos padrões tecnológicos e gerenciais, visando maior competitividade e acesso aos mercados com base em uma dinâmica inclusiva da produção (MATTEI, 2012).

Os benefícios do PRONAF são concedidos aos agricultores familiares que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)²⁵ ativa, em Grupos e Linhas de Crédito PRONAF, conforme o Quadro Resumo PRONAF (Plano Safra 2019/2020) em Anexo 01, que apresenta as 14 linhas de crédito do programa, Pronaf Grupo A, Pronaf Grupo A/C, Pronaf Grupo B, Pronaf Mulher, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria, Pronaf Jovem, Pronaf Industrialização para Agroindústria Familiar, Pronaf Semiárido, Pronaf Custeio, Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf ECO, Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A, e, Pronaf Produtivo Orientado.

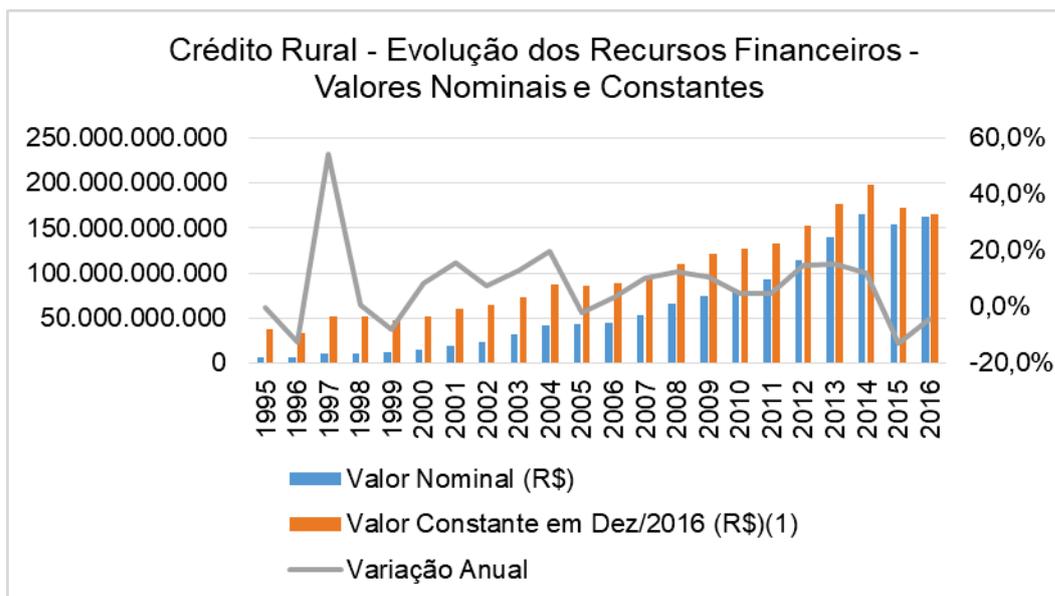
Esses grupos atendem à diversidade e à complexidade da agricultura familiar no Brasil, ofertando crédito com taxas de juros e prazos diferenciados para compra de insumos, investimento em maquinários, veículos agrícolas e assistência técnica, de acordo com o zoneamento de produção para cada região, o que garante o seguro agrícola da produção. Considerando o amplo contingente de beneficiados de acordo com os cinco grupos, os créditos podem ser destinados a quatro modalidades. São elas: custeio, investimento, integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção e industrialização. O crédito para Custeio é destinado ao financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias mediante projeto específico ou proposta de financiamento. O crédito para Investimento proporciona financiamento para implementação, ampliação e/ou modernização da estrutura produtiva, bem como o beneficiamento, a industrialização em estabelecimentos rurais familiares ou áreas comunitárias próximas. Já o crédito para Integralização de Cotas-Parte pelos beneficiários nas cooperativas de

²⁵ A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa, nos termos estabelecidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), deve ser emitida por agentes credenciados pelo SEAD, observado, ainda, que: A) é exigida para a concessão de financiamento no âmbito do Pronaf; B) deve ser elaborada para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que compõem o estabelecimento rural e explorem as mesmas áreas de terra; e, C) pode ser diferenciada para atender a características específicas dos beneficiários do Pronaf.

produção é disponibilizado para financiar a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias formadas por beneficiários do Pronaf. Por último, o crédito para a Industrialização objetiva financiar as atividades agropecuárias, da produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento (BANCO CENTRAL, 2017). O crédito para Custeio e Investimento são as duas modalidades utilizadas pelo público-alvo da pesquisa, conforme apresentado no próximo capítulo.

Bianchini (2015) constatou, ao estudar os vinte anos do PRONAF, no período de 1995 a 2015, que a política disseminou-se em todas as regiões do Brasil, estando presente em todos os municípios. Está presente com uma política de crédito abrangendo mais de dois milhões de contratos e um montante de R\$56 bilhões aplicados, destacando-se como política agrícola de ampla capilaridade e movimentação financeira entre os agricultores familiares. Apesar da importância da política, de acordo com o Ministério da Economia (2019), foram disponibilizados para a Safra 2018/2019 cerca de R\$ 216,4 bilhões, sendo direcionados R\$ 189,6 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 26,8 bilhões para a agricultura familiar. Portanto, verifica-se que, do montante de recursos destinado à agricultura brasileira, total de 216,4 bilhões, apenas 12% é destinado para o PRONAF, conforme gráfico 4.

GRÁFICO 4 - CRÉDITO RURAL - EVOLUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS - VALORES NOMINAIS E CONSTANTES



Fonte: Banco Central (2018).

O PRONAF não é apenas uma política pública setorial, mas contempla uma complexidade de interesses, de acordo com a composição das cadeias produtivas. Além disso, trata-se de um mecanismo de fomento à produção competitiva da agricultura familiar em sua inserção no mercado integrado de *commodities*, também em mercados de circuito curto, em vista da necessidade de aumento de renda e poder de compra dos agricultores familiares.

O PRONAF afirma não apenas as necessidades sociais, mas, e ao mesmo tempo, a viabilidade econômica de unidades produtivas cujo tamanho esteja ao alcance da capacidade de trabalho de uma família. Para um país de tradição latifundiária e escravista, formado por radicais formas de dissociação entre trabalho e propriedade, e trabalho e conhecimento, afirmar a consistência econômica da unidade entre esses termos que a História separou não é trivial. A novidade do Pronaf estava em sua intenção explícita de propiciar aumento da geração de renda dos agricultores por meio de seu acesso ao crédito bancário (ABRAMOVAY; PIKETTI, 2005, p. 58).

Portanto, apesar de o PRONAF, em seus objetivos e linhas de financiamento, tentar atender um número expressivo de agricultores familiares, muitas atividades produtivas com baixa dependência de insumos externos não são atendidas pelo programa. As culturas que necessitam de insumos externos, como a soja, o milho ou a pecuária leiteira e suinocultura, que são integrados aos mercados, são mais beneficiadas pelas regras do programas, quando comparadas a cultivos de alimentos para o consumo familiar e/ou alimentos produzidos sem o uso de agroquímicos e a compra de sementes.

As políticas públicas, em especial o crédito rural do PRONAF, configuram-se em mais um fator a influenciar as mudanças produtivas na agricultura familiar, através do suporte para custeio e investimento. Ao acessar o Pronaf custeio agrícola, por exemplo, o agricultor está limitado a financiar atividades produtivas que estão contempladas no zoneamento agrícola. Logo, vai produzir segundo as necessidades mercantis às quais está vinculada a liquidação dos empréstimos contratados. Já o PRONAF Investimento é utilizado para a modernização, mecanização ou implementação de uma atividade conectada com o mercado, pois, assim como no custeio, irá pagar posteriormente o financiamento recebido. Ainda sobre o PRONAF, segundo Bazotti e Coelho (2017, p. 3),

chama a atenção o crescente financiamento para a produção de *commodities*, incentivando esse segmento social a adotar modelos produtivos baseados na monocultura, com baixa capacidade de absorção de mão de obra e que exigem um alto grau de especialização e integração com os mercados globais.

Diferentemente de outras políticas, como o PAA e o PNAE, que promovem a diversificação da produção de alimentos, conforme discutido nas próximas subseções, no caso do PRONAF há um estímulo implícito que fortalece atividades produtivas não necessariamente alinhadas com as necessidades da agricultura familiar, do ponto de vista da diversidade produtiva e da segurança alimentar.

6.2 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)²⁶ foi criado com as finalidades de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, contemplando a compra de alimentos dos agricultores familiares para que pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional de programas sócio assistenciais da rede pública e filantrópica e escolas públicas possam ser atendidas. O objetivo central do PAA é “[...] garantir o acesso aos alimentos em

²⁶ O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentada por diversos decretos. O que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2010).

Para o grupo gestor do PAA, segundo o Balanço de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos (2010), a aquisição de alimentos da agricultura familiar visa:

- a) o suporte da rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e da rede de instituições socioassistenciais; b) a estruturação de circuitos locais de abastecimento; c) a formação de estoques para prestar assistência alimentar a populações específicas, populações atingidas por catástrofes e populações escolares em situação de insegurança alimentar.

Ainda, os beneficiários do PAA são, de um lado, os consumidores de alimentos e, de outro, agricultores familiares, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, comunidades quilombolas e agricultores assentados e acampados. Já os consumidores são aqueles em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, atendidos por programas e entidades sociais da rede de proteção e promoção social. Ainda, de acordo com o MDS (2017) o programa, além de promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização, valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. Para Gazolla (2004, p. 65), a “pobreza e a situação de insegurança alimentar na zona rural surgem com a especialização produtiva, onde os agricultores familiares se destinam aos monocultivos, visando renda, obtendo pouca produção para autoconsumo e adquirindo alimentos em mercados locais”.

O PAA tem se tornado uma Política que representa a alteração da matriz produtiva na agricultura familiar, através da diversificação da produção, em 72% dos casos, de acordo com estudo de Sambuichi et al. (2014), que avaliaram vinte e nove pesquisas realizadas sobre o PAA. Além disso, os autores constataram: a) melhorias na qualidade dos alimentos produzidos,; b) fortalecimento das organizações coletivas; e c) aumento da renda familiar em 52% dos estudos. PAA fomenta a formação de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e a formação de estoques pelas

organizações da agricultura familiar, promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, incentiva e fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização, valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentiva hábitos alimentares saudáveis, e estimula o cooperativismo e o associativismo entre os produtores de alimentos.

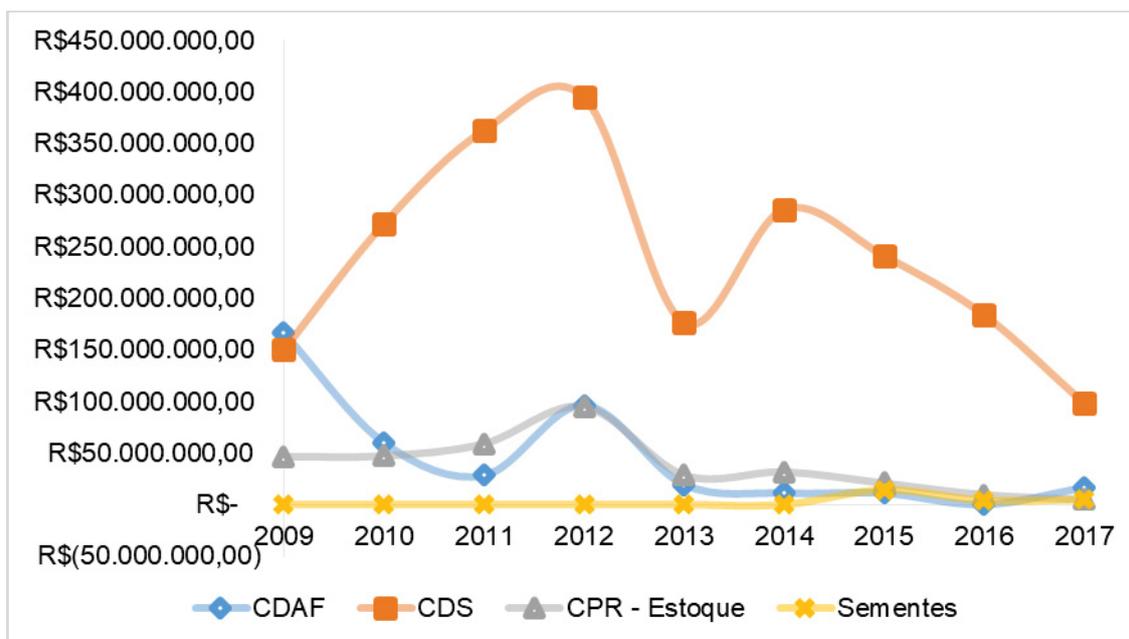
Para Campos e Bianchini (2014, p. 17), o PAA inovou “quando definiu como seus objetivos centrais fortalecer a agricultura familiar, de um lado, e promover a segurança alimentar e o combate à fome, de outro”. Portanto, o PAA integra o Sisan, quando se alia à diretriz da promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais. “Essa diretriz alinha-se, primordialmente, à garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável” (CONAB, 2017, p. 8).

A execução do programa é feita em seis modalidades²⁷. Através de orçamento, é de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e vem sendo executado por estados e municípios e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Os recursos das modalidades do PAA,

²⁷ **Compra com Doação Simultânea:** Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar de escolas, albergues, asilos, hospitais públicos, entre outros, bem como dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Esta modalidade é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais; ou por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), quando operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. O limite anual comercializado por agricultor nessa modalidade é de R\$ 4.500,00. **Compra Direta:** Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar de escolas, albergues, asilos, hospitais públicos, entre outros, bem como dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Esta modalidade é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais; ou por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), quando operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. O limite anual comercializado por agricultor nessa modalidade é de R\$ 4.500,00. **Apoio à Formação de Estoque:** Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, através da compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela Conab com recursos do MDS e do MDA. O valor anual comercializado por agricultor está estipulado no limite de R\$ 8.000,00. **Incentivo à Produção e à comercialização do Leite:** Objetiva incentivar a produção familiar de leite e estimular seu consumo por famílias/pessoas em situação de risco alimentar. É operada pelos estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios estados. O valor anual limite comercializado por agricultor é de R\$ 4.000,00. **Compra institucional:** Visa a adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para a formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela Conab com recursos do MDA e do MDS. O valor anual comercializado por agricultor está limitado a R\$ 8.000,00.

no período de 2009 a 2017, estão descritos no Gráfico 05, onde se verifica uma queda acentuada dos recursos ao Compra com Doação Simultânea (CDS) e Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDAF), ao longo do tempo.

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DAS MODALIDADES DO PAA DE 2009 A 2017 (VALOR EM REAIS)



Fonte: CONAB (2018).

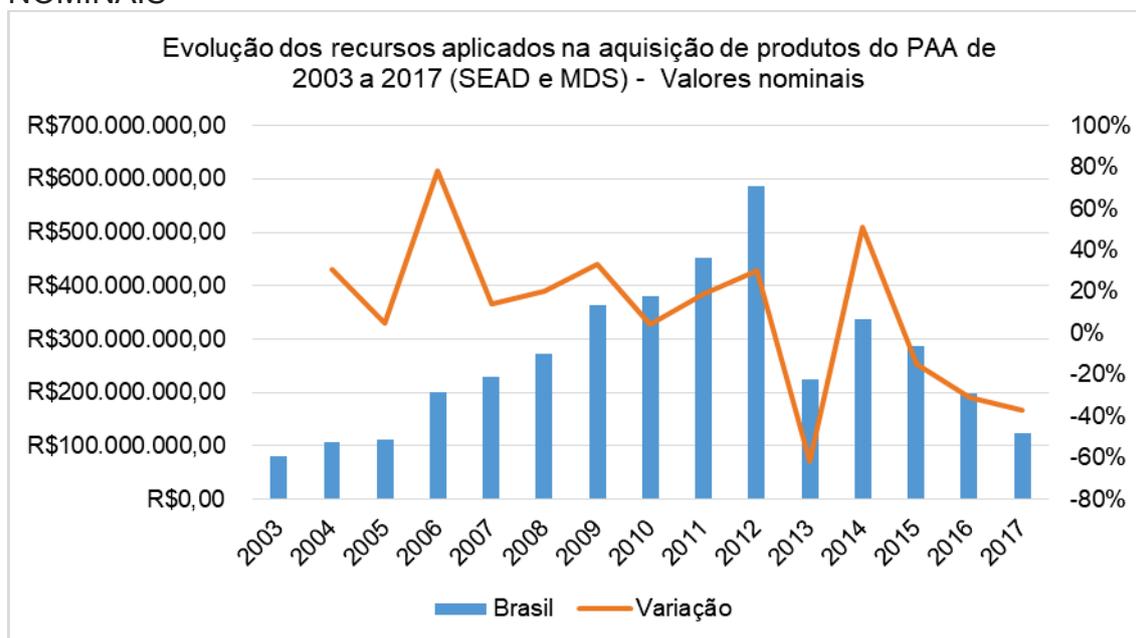
Através dessas quatro modalidades, o PAA fomenta a formação de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares, e a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar; promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; incentiva e fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis; e estimula o cooperativismo e o associativismo entre os produtores de alimentos.

A alocação dos recursos provenientes da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no período de 2003 a 2017, através do PAA, em dados percentuais, no ano de 2017, mostra que a região que se destaca com maior volume de recursos do PAA é o Nordeste, com 39%; seguido pela região Sul, com 21%; e regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste com 17%, 16%

e 7%, respectivamente. Nestas regiões, o número de estabelecimentos de agricultura familiar predomina.

Conforme o Gráfico 06, o PAA movimentou o maior volume de recursos financeiros no ano de 2012, com R\$ 586.567.131, tendo sido reduzido, em 2017, para R\$ 124.708.502, valores próximos aos três primeiros anos do programa, o que demonstra instabilidade da política ao longo do tempo.

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DO PAA DE 2003 A 2017 (SEAD E MDS) - VALORES NOMINAIS



Fonte: Adaptado CONAB (2017).

Essa instabilidade no valor dos recursos destinados ao PAA é um fator que dificulta a produção destinada para esse mercado, tornando-o pouco atrativo devido à incerteza da compra da produção.

6.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Considerado pioneiro para a segurança alimentar e nutricional, este programa tem, como diretrizes, a alimentação saudável e adequada, a educação alimentar e nutricional no processo de aprendizagem dos estudantes da educação básica pública, estimulando-os a desenvolver uma concepção e práticas de respeito e preservação dos hábitos regionais e tradições culturais,

essenciais ao desenvolvimento sustentável. Portanto, são cinco os princípios fundamentais do programa, conforme quadro 2.

QUADRO 2 - PRINCÍPIOS DO PNAE

Princípios	Descrição
1. A universalidade do atendimento	Alimentação escolar gratuita, que consiste na atenção aos alunos da educação infantil e ensino fundamental da rede pública de ensino.
2. O respeito aos hábitos alimentares	Considerados como tais as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudáveis.
3. A equidade	O direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em situação de insegurança alimentar.
4. A descentralização das ações	Compartilhamento da responsabilidade pela oferta da alimentação escolar entre os entes federados, conforme disposto no art. 208 da Constituição Federal.
5. A participação social	Controle e acompanhamento das ações realizadas pelos estados, Distrito Federal e municípios, para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada.

Fonte: FNDE (2018).

O programa fornece, em todas as etapas da Educação Básica pública ao estudante, alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional durante ano letivo (BRASIL, 2011). A Lei nº 11.947/2009, em seu Art. 3º, afirma que a alimentação escolar é direito dos alunos da Educação Básica pública e dever do Estado, a ser promovida com vistas ao atendimento das diretrizes estabelecidas nessa lei. O PNAE contempla a avaliação do estado nutricional dos estudantes atendidos e, em consequência, a identificação daqueles com carências nutricionais específicas; a realização de ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, articuladas com a coordenação pedagógica da escola; o planejamento e a coordenação da aplicação do teste de aceitabilidade; a elaboração e implantação do Manual de Boas Práticas, de acordo com a realidade de cada unidade escolar; a interação com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, de forma a conhecer a produção local, inserindo estes produtos na alimentação escolar; o planejamento e acompanhamento dos cardápios da alimentação escolar, entre outras.

Os hábitos alimentares aprendidos durante a infância determinam os comportamentos alimentares na idade adulta. Os pais, a família e os educadores em geral desempenham um papel muito importante na aprendizagem do “saber comer” porque, à semelhança do que

acontece noutras áreas do saber, as crianças não estão dotadas de conhecimentos para escolher os alimentos em função do seu benefício e valor nutricional. As crianças apreendem os hábitos alimentares através da observação dos adultos, vivenciando a escolha, preparação e confecção dos alimentos (BRASIL, 2012, p. 06).

O Programa é acompanhado, fiscalizado e monitorado diretamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. Desde 2009 é reconhecida a importância da produção oriunda da agricultura familiar para o PNAE, conforme Art. 14. Segundo o referido artigo,

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

A agricultura familiar²⁸ é considerada fonte essencial de alimentos produzidos de forma saudável, com diversidade, respeitando os hábitos alimentares, a cultura e a tradição, além de produzir para os mercados locais. Essa integração entre a agricultura familiar e alimentação escolar está promovendo transformações alimentares significativas nas escolas, ao integrar produtos locais, característicos de cada região e em *in natura*.

No tocante à comercialização, o PAA e o PNAE proporcionaram oportunidades aos agricultores familiares e estabeleceram redes de instituições locais, promovendo “a vinculação da compra do segmento mais desprotegido da agropecuária e agroindústria com a demanda de alimentos pela merenda escolar e pessoas em risco de insegurança alimentar” (TURPIN, 2009, p. 40).

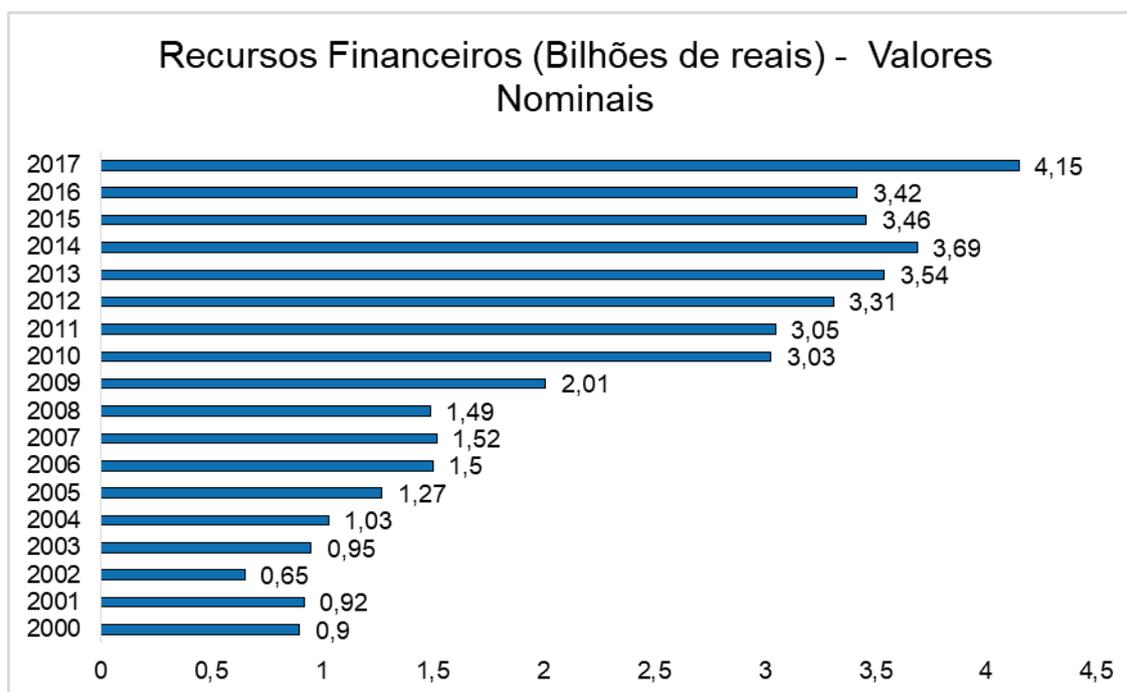
A Cartilha elaborada pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e pela União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) destacam o PAA e ao PNAE como “uma das possibilidades mais significativas de acesso a mercados pela agricultura familiar” (FBB; UNICAFES,

²⁸ A aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar está regulamentada pela [Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013](#), (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica no âmbito do PNAE.

2013, p. 37). Isto porque, com a abertura de canais locais e regionais de comercialização, foi possível reduzir o número de atravessadores comerciais que reduziam as margens de lucro dos agricultores. Assim, foi possível estabelecer “outra dinâmica de distribuição dos recursos na medida em que eles não se inserem na lógica bancária, mas se valem do poder das compras governamentais na condução do desenvolvimento de um dado segmento produtivo” (CARDOSO; MUNIZ; NASCIMENTO, 2012, p. 10). Portanto, verifica-se a importância dos dois programas no fortalecimento da agricultura familiar.

Apesar da importância acima mencionada, o PNAE, assim como o PAA apresentam instabilidade no valor dos recursos, conforme o Gráfico 7. Isto representa incerteza aos agricultores no momento de investir nas atividades produtivas, pois a demanda do mercado institucional depende da vinculação de receita e efetivação liberação dos recursos financeiros.

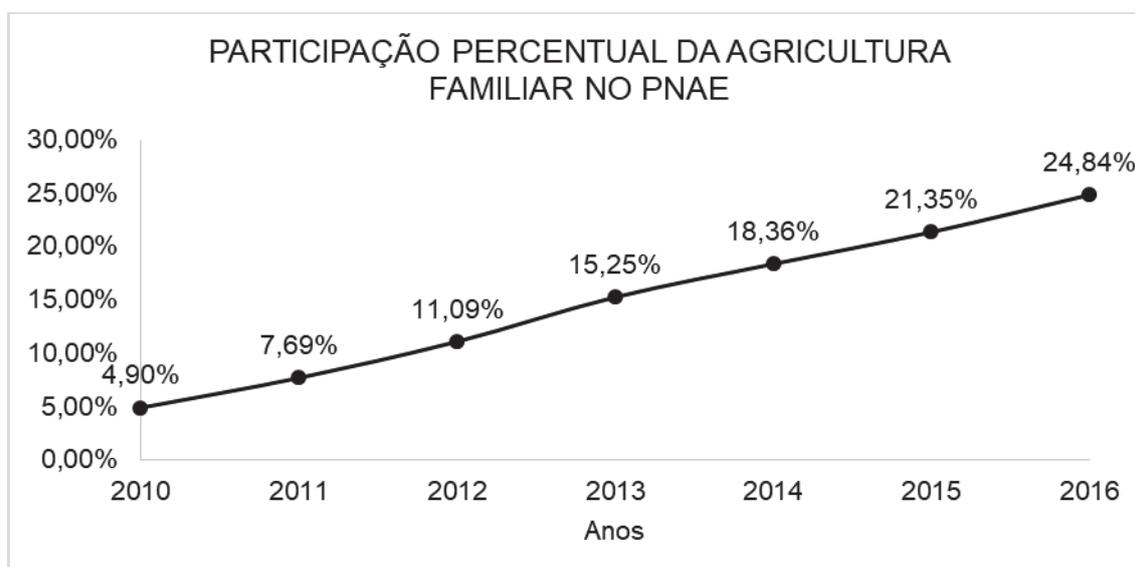
GRÁFICO 7 - RECURSOS FINANCEIROS DO PNAE



Fonte: FNDE (2019).

A Participação percentual da agricultura familiar no PNAE é positiva, conforme o Gráfico 8, passando de 4,9% para 24,84%, de 2010 para 2016, representando um aumento positivo e contínuo.

GRÁFICO 8 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE



Fonte: FNDE (2018).

Portanto, a agricultura familiar está buscando mercados institucionais como alternativas ao mercado convencional para comercializar sua produção. Isso pode ser resultado do desejo do agricultor familiar em acessar a política pública, ou até mesmo uma necessidade devido à exclusão ou a dificuldade de se manter em outros mercados de comercialização.

7 PADRÃO ALIMENTAR DOS AGRICULTORES PESQUISADOS

Neste capítulo estão apresentadas as evidências das mudanças no consumo alimentar detectadas em pesquisa de campo, tendo como referência a problemática identificada nos processos em curso no terceiro regime alimentar e suas implicações nas práticas alimentares de produtores de alimentos, mas, ainda assim, sujeitos a ameaças de insegurança alimentar. O levantamento dos dados foi realizado através de entrevista semiestruturada com dez famílias de agricultores familiares, que residem no mesmo local há mais de cinquenta anos, vivenciando as transformações na estrutura produtiva agrícola e pecuária das propriedades e no ambiente social e cultural da agricultura familiar, com repercussões no padrão alimentar das famílias.

Para discutir o padrão alimentar dos agricultores pesquisados, foram definidos cinco fatores determinantes. Os dois primeiros apresentam as transformações da base produtiva, e os três últimos, as implicações no consumo. São eles:

1. Mercantilização da produção agropecuária: o agricultor familiar produzindo como agricultor patronal, especializado e voltado para o mercado, conforme discutido no capítulo 5;
2. Escolha das políticas agrícolas: entre as três principais políticas agrícolas para a agricultura familiar, Pronaf, PAA e PNAE, apresentadas no capítulo 6;
3. Os hábitos, as práticas e a cultura alimentar: constituem a identidade dos agricultores familiares, formados historicamente, ainda que sujeitos a mudanças resultantes de seus contatos com o mundo externo, destacados no capítulo 3;
4. O autoconsumo: entendido como um traço intrínseco a essa categoria social no campo, indicando que sua base alimentar é dada autonomamente, desvinculada, portanto, dos agentes do mercado, diferenciando-se dos demais segmentos sociais da agricultura, também discutido no capítulo 5;
5. Consumo alimentar urbanizado: um reflexo do consumo globalizado, característico do atual regime agroalimentar apresentado no capítulo 1 e

as implicações desse consumo em relação à segurança alimentar e nutricional, levantadas no capítulo 4.

7.1 MERCANTILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A mercantilização da produção agropecuária na agricultura familiar é, aqui, considerada consequência de um processo de integração produtiva com a agroindústria, simultâneo à falta de mão de obra no campo, ao envelhecimento da população rural, à expansão da assistência técnica e extensão rural, ao fortalecimento das cooperativas, e à especialização das atividades.

Considerando que os preços pagos aos produtos agrícolas e pecuários não são pré-fixados e o agricultor familiar nem sempre possui conhecimento da dinâmica do mercado, a instabilidade do mercado no momento de comercialização é o grande gargalo, dificultando um planejamento financeiro das atividades com fins de comercialização. A oscilação de rendimentos depende de fatores climáticos, demanda e oferta, relações comerciais, embargos sanitários, entre outros. Com isso, o agricultor busca integrar a sua produção aos sistemas produtivos agroindustriais, os quais orientam as decisões sobre o manejo da produção e a quantidade produzida, e garantem a comercialização de toda a produção, mesmo sem garantia de preços.

O agricultor deixa de ser detentor dos insumos de produção para ser apenas um fornecedor de mão de obra, instalações físicas e recursos naturais (como terra e água), sendo responsável pelos danos ambientais eventuais das atividades agropecuárias desenvolvidas. A agroindústria *emprega* o agricultor e lhe remunera de acordo com a sua produtividade, como é o caso da criação de suínos e aves.

Segundo relato das famílias pesquisadas, a instabilidade do mercado agrícola e pecuário fez com que os agricultores buscassem a integração ao mercado. Não ter garantia de comercialização da produção sempre foi uma preocupação deles, além da oscilação do preço no momento da venda. Produzir com os padrões exigidos pelas empresas e pelas cooperativas integradoras representou dois efeitos nas atividades produtivas das propriedades visitadas: i) especialização das atividades, com aumento da

produção e adequações constantes às normas ambientais, sanitárias e de produção; e ii) exclusão da atividade, pois em muitos casos, os pesquisados relataram que optaram em deixar de exercer a atividade devido aos altos custos financeiros para se adequarem à atividade produtiva. Em todas as propriedades, uma atividade é predominante, e as demais complementam a renda. Em destaque está a produção de leite²⁹, seguida pela produção de grãos (milho e soja), suínos, gado de corte, aves e demais culturas, conforme Tabela 6.

TABELA 6 - TRÊS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES PESQUISADAS

Agricultores	Suínos	Leite	Aves	Gado de Corte	Grãos	Outras
AF 01	1°	3°			2°	
AF 02		2°	1°		3°	
AF 03	3°	2°		1°		
AF 04	2°	1°		3°		
AF 05				2°	1°	3°
AF 06	2°	1°			3°	
AF 07		1°			2°	3°
AF 08	3°	1°			2°	
AF 09	1°	2°			3°	
AF 10	1°	2°			3°	

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Conforme dados da Tabela 6, verifica-se que as principais atividades produtivas destinadas à comercialização são integradas com o mercado, ou seja, especializadas e com a ajuda de equipamentos que auxiliam a produção. No caso da pecuária leiteira, 100% da produção ocorre através da ordenha mecanizada; na produção de suínos, a alimentação é automatizada em todos os casos; assim como na avicultura, em que o sistema é todo mecanizado para controlar alimentação, água e temperatura do ambiente na produção. Para o gado de corte, a alimentação também é automática em todos os casos e, por fim, na produção de soja e milho, a produção (máquinas de plantio) e a colheita (colheitadeiras) são totalmente terceirizadas a empresas locais que prestam o serviço. Essa busca por tecnologia é destacada pelos agricultores também pela falta de mão de obra.

²⁹ A região Sul (PR, SC, RS) é responsável pela produção de 12,3 bilhões de litros/ano, concentrando 35,2% do total dos 34,7 bilhões de litros de leite produzidos no Brasil. A agricultura familiar tem relevante importância, sendo responsável por 58% da produção em nível nacional e 80% na região Sul (IBGE, 2013).

O segundo fator é a falta de mão de obra, tendo em vista a tendência de sua escassez na agricultura familiar. Para o desenvolvimento das atividades apresentadas na tabela 06, a mão de obra disponível está sintetizada na tabela 7.

TABELA 7 – MÃO DE OBRA NAS PROPRIEDADES PESQUISADAS

Propriedades	Mão de obra Familiar	Mão de obra não familiar
AF 01	3	0
AF 02	4	0
AF 03	3	0
AF 04	2	0
AF 05	2	0
AF 06	2	0
AF 07	2	0
AF 08	3	2
AF 09	2	4
AF 10	3	4
Total	26	10

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os dados apontam que apenas em três propriedades existe mão de obra não familiar realizando trabalho contínuo nas atividades produtivas, ou seja, 70% dos estabelecimentos contratam apenas serviços específicos de plantio, colheita, ou esporadicamente mão de obra não familiar. A limitação na contratação de mão de obra descaracteriza a agricultura familiar, restringindo o acesso ao crédito rural através do PRONAF, o que faz com que o agricultor busque atividades agropecuárias com menor penosidade do trabalho e mais propensas à utilização de equipamentos produtivos. Um dado, porém, merece destaque: 22 das 26 pessoas da mão de obra familiar já estão aposentadas e permanecem exercendo atividades produtivas.

Atualmente, o/a filho/filha não está dando continuidade às atividades agropecuárias desenvolvidas pelos seus pais, como se observa pela migração dos jovens do meio rural em busca de ensino formal, principalmente o ensino universitário. Com isso, esses jovens passam a participar do mercado de trabalho em atividades laborais relacionadas à sua formação. Auxiliar os pais nas atividades agropecuárias passou a ser algo esporádico, de acordo com disponibilidade de tempo livre. Para os agricultores pesquisados, a busca pelo Ensino Superior, independentemente da área de conhecimento, não incentiva a permanência ou o retorno dos formados para as propriedades. Em nenhum

caso pesquisado, o filho ou a filha retornou à propriedade após a conclusão do Ensino Superior ou Técnico, inclusive os que cursaram Agronomia ou Técnico Agrícola. Na tabela 8 verifica-se o número de descendentes que deixaram a propriedade rural.

TABELA 8 - NÚMERO DE FILHO OU FILHA QUE DEIXOU A PROPRIEDADE PARA ESTUDAR E NÃO RETORNOU

Propriedades	Número de filho ou Filha que deixou a propriedade para estudar e não retornou
AF 01	2
AF 02	0
AF 03	2
AF 04	2
AF 05	2
AF 06	3
AF 07	1
AF 08	2
AF 09	2
AF 10	1
Total	18

Fonte: dados da pesquisa (2019).

No tocante à assistência técnica e extensão rural privada, observa-se um sucateamento dos serviços prestados por instituições públicas, concomitantemente à proliferação de atores privados, fazendo com que os agricultores percam o controle sobre as informações relativas ao manejo e produção agropecuárias. Por exemplo, o agrônomo ou profissional da empresa que vende insumos e semente de soja visita a propriedade para orientação apenas para a produção de soja, desconhecendo a dinâmica da propriedade, os anseios dos agricultores e os problemas do conjunto da unidade, o que compromete a dinâmica das propriedades familiares, devido à especialização. A produção de alimentos para o autoconsumo geralmente fica desassistida pela assistência técnica e extensão rural, pois ela não possui valor de comercialização, atraindo menor interesse das empresas privadas.

Segundo os pesquisados, a EPAGRI atua conforme demanda dos agricultores para encaminhamento de crédito agrícola, guias para encaminhamento de licença ambiental, e deixou de prestar assistência técnica às atividades produtivas. As agricultoras relataram que não ocorrem mais cursos de processamento de alimentos, como confecção de bolachas,

salgados, conservas, geleias, entre outros produtos. Isso, segundo elas, tem desmotivado a transformação de produtos em derivados, pois não existe mais o incentivo para a produção de pepino para elaborar a conserva, por exemplo; a produção de frutas, como o figo, para a produção de geleia para o consumo das famílias. Em consequência, esses produtos são adquiridos comercialmente para o consumo.

A produção agrícola desenvolvida pelos agricultores familiares pesquisados segue o perfil de produção da agricultura convencional, e o que os difere da agricultura patronal é o minifúndio em relação ao latifúndio. Os cultivos predominantes são o milho e a soja. No caso do milho, por exemplo, as sementes híbridas e/ou transgênicas são adquiridas juntamente com os insumos de produção (herbicidas, inseticidas, adubação química, entre outros), aos quais são somados os insumos orgânicos oriundos da criação animal nas propriedades. Plantio e colheita são realizados com equipamentos próprios e/ou terceirizados (devido ao custo elevado dos equipamentos não ser compatível com as áreas cultivadas pelos agricultores familiares). A comercialização da produção é através da cooperativa local, que compra a produção. Porém, nem toda essa produção destina-se para venda. Na agricultura familiar, parte da produção, sobretudo o milho, é utilizada como insumo de atividades pecuárias, para alimentação dos suínos, aves, gado leiteiro e de corte, entre outros, além do consumo da família.

A soja é outra cultura que está ocupando espaço significativo em terras da agricultura familiar, com características similares às do milho, com relação à compra de insumos e aos processos de plantio, de colheita, embora se diferenciando apenas na venda. Toda a produção de soja é vendida in natura, pois os insumos utilizados para o consumo dos animais são processados. Logo, vende-se matéria-prima e compra-se os derivados da soja, como o farelo.

Nas entrevistas realizadas foi possível constatar que os cultivos da soja e do milho são as duas principais culturas temporárias, intercaladas entre as safras. Questionados sobre possível redução da área plantada com essas duas culturas, nenhum dos agricultores manifestou interesse, alegando a falta de

mão de obra familiar, a não sucessão geracional³⁰, a disponibilidade de linhas de créditos com taxa de juros reduzidas, seguro agrícola, garantia da comercialização e retorno financeiro satisfatório proporcionado por aquelas culturas.

Já a pecuária especializou-se e se integrou intensamente ao mercado. Leite, suínos, avicultura de corte e poedeira, e a bovinocultura, que se destinavam ao auto sustento do grupo familiar passaram a ser, na maior parte dos casos, especializadas, uma vez que nenhum entrevistado desenvolve mais de duas atividades pecuárias. Além da redução da diversidade de produção pecuária, os derivados que eram produzidos e consumidos pelos agricultores, como queijo, salame, nata, torresmo, ovos, entre outros alimentos destacados, hoje são adquiridos em supermercados ou de outros agricultores.

A especialização das atividades é, também, um fator estrutural das mudanças produtivas. Se a produção com a venda garantida é algo benéfico para o agricultor, do ponto de vista monetário, se a mão de obra familiar é escassa, se a população rural está envelhecendo, se assistência técnica e extensão rural estão voltadas a atividades com fins de comercialização, então a especialização ganha prioridade. O agricultor deixa de fazer consórcios de culturas, como feijão e milho, para se especializar somente no milho, deixando de diversificar a produção, pois para cada produto está vinculado a um mercado consumidor específico³¹.

A mecanização e a modernização da agricultura são mais intensas na produção em escala, impulsionada pela especialização, reduzindo mão de obra e penosidade do trabalho; portanto, indo ao encontro das necessidades materiais das famílias. Por sua vez, as cooperativas têm contribuído decisivamente para as mudanças produtivas, pois, paralelamente ao papel de

³⁰ Com terras herdadas de seus pais, as famílias convivem, hoje, com o dilema da não sucessão geracional no campo, uma vez que somente em duas propriedades os filhos permanecem para desenvolver as atividades com a família. Esse processo é simultâneo a um esvaziamento demográfico do meio rural, como indicado pelo fato de que todos os entrevistados possuem mais de seis irmãos/as e menos de três filhos, em uma queda de 50% da taxa de natalidade da população. Paralelamente, dado o envelhecimento da população, os agricultores que permaneceram no campo estão, em grande número, recebendo benefício social da aposentadoria, o que limita a dedicação a algumas atividades laborais.

³¹ Os agricultores concentravam cada vez mais suas energias na produção de um número cada vez menor de produtos agrícolas para venda rentável. Eles se tornaram, em suma, especialistas em produção, até ao ponto de virtualmente nada produzirem para seu próprio consumo pessoal e direto (WORSTER 2003, p. 35).

ligação entre o agricultor e o mercado, também ofertam insumos produtivos, assistência técnica e extensão rural para seus cooperados em atividades que possam ser comercializadas posteriormente. O agricultor cooperado é incentivado a produzir e comercializar a sua produção e, com isso, aumentar a renda e sua cota capital.

7.2 ACESSO ÀS POLÍTICAS AGRÍCOLAS

Entre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, a produção de alimentos e a segurança alimentar e nutricional, conforme apresentado no capítulo 6, destacam-se três: o PRONAF, o PAA e o PNAE. Cabe destacar que, entre os agricultores pesquisados, nenhum acessou o PAA e o PNAE. Isto salienta a instabilidade dos programas quanto ao fluxo contínuo, o valor das financeiro das transações ser limitado, a falta de assistência técnica das instituições de assistência técnica e extensão rural públicas para as técnicas de cultivos e a falta de mão de obra. Já em relação ao Pronaf, todos já acessaram a mais de uma modalidade, conforme dados da tabela 9.

TABELA 9 - UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO AGRÍCOLA - PRONAF

Propriedades	Mais				Produtivo		
	Custeio	Alimento	Grupo B	ECO	Orientado	Jovem	Mulher
AF 01	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
AF 02	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
AF 03	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
AF 04	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
AF 05	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
AF 06	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
AF 07	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
AF 08	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
AF 09	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
AF 10	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Pronaf Custeio é o mais acessado e com maior frequência de repetição entre os pesquisados, pois contempla o custeio de atividades agrícolas e pecuárias, inclusive aquisição de animais para recria e engorda, e envolve o maior recurso financeiro, que pode chegar a até R\$ 250.000,00 por agricultor. O custeio agrícola é utilizado pelos pesquisados para compra dos insumos agrícolas para a produção de milho e de soja. Segundo eles, a utilização do

crédito é importante para viabilizar a produção, além da garantia do seguro da produção em relação a fatores climáticos, como tempestades e estiagens, e esse recurso é captado a cada ciclo da cultura. Já o custeio agropecuário é utilizado somente pelas famílias que possuem gado leiteiro ou de corte, pois são os detentores dos fatores de produção (animais), diferente do que ocorre na produção de aves e suínos, em que os animais pertencem à empresa integradora.

O segundo mais acessado é o Pronaf Mais Alimentos, investimento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural. Os agricultores pesquisados adquiriram tratores, veículos para transporte da produção, equipamentos para ordenha de gado leiteiro e infraestrutura para produção de suínos. Os pesquisados utilizaram o Pronaf Mais Alimentos para melhorar e adequar a infraestrutura da propriedade, com a compra de resfriadores de leite, ordenhadeiras, silos, tratadores automáticos, tratores e veículos que se enquadram no programa. Segundo os pesquisados, essa linha de crédito viabilizou a produção, pois o prazo para pagamento e a taxa de juros são atrativas. O prazo para pagar o investimento e a taxa de juros abaixo do preço do mercado estimularam o aumento de produção, pois segundo os pesquisados, como existe instabilidade dos preços agrícolas, o prazo para pagamento do crédito é fundamental.

Já o terceiro mais acessado foi o Pronaf Grupo B, que contempla investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias, utilizados principalmente porque está vinculado ao seguro agrícola nas atividades de milho e soja. Essa linha de financiamento era mais utilizada antes da Criação do Pronaf Mais Alimentos, atualmente continua sendo utilizada, mas os valores captados são menos expressivos.

Com menor adesão, os pesquisados acessam ao Pronaf ECO, que contempla os agricultores que se enquadram no B e Grupo V (Renda Variável), utilizaram o recurso para investimento para o financiamento de pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, como biodigestores e energia solar. Atualmente, em três propriedades pesquisadas existe energia solar para atender a demanda da produção leiteira, e em três propriedades o biodigestor está vinculado à produção de suínos. Os agricultores consideram um

investimento rentável, apesar de não terem realizado nenhum estudo de viabilidade.

Os pesquisados já acessaram, também, ao Pronaf Produtivo Orientado, pois se enquadram no Grupo B e Grupo V (Renda Variável), e o recurso foi obtido com a finalidade de investimento em inovação tecnológica; implantação de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água. Devido à criação intensiva de suínos, aves, produção de leite e gado de corte, os agricultores necessitam de água externa à propriedade. Ainda, o recurso também foi utilizado para recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal, e recuperação de áreas degradadas. Para realizar as atividades produtivas integradas com as empresas e cooperativas, a propriedade necessita de licença ambiental. Novamente, verifica-se a utilização do recurso financeiro para potencializar a especialização produtiva.

Atendendo a proposta de incentivo à sucessão geracional no campo, o Pronaf Jovem é destinado a Jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável), e também já foi acessado pelas famílias pesquisadas. O financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural são de interesse do jovem agricultor. Outra linha de crédito é o Pronaf Mulher, criado para incentivar o empoderamento feminino nas atividades da propriedade e evitar sua evasão. Pesquisas apontam para o predomínio de homem no meio rural, e os recursos podem ser utilizados para investimento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural que sejam de interesse da mulher agricultora. Entre as pesquisadas, elas ressaltaram, todas, já terem utilizado essa linha de crédito. Contudo, a utilização foi para fomentar as atividades já desenvolvidas na propriedade.

Os pesquisados nunca utilizaram o Pronaf Agroecologia (Investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos); Pronaf Floresta (Investimento em sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável; entre outros); Pronaf Industrialização para Agroindústria Familiar (Financiamento, custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ ou de terceiros); e Pronaf Agroindústria

(Financiamento para a implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias).

Esse perfil de acesso ao Pronaf, pelos pesquisados, reforça a constatação do embasamento teórico, de que o Pronaf se destina basicamente à produção de commodities agrícolas. Em outras palavras, é direcionado para atividades especializadas e para contribuir com o aumento da renda familiar e não a diversificação das atividades, resultando, por fim, em menor produção de alimentos para o autoconsumo.

Todos os pesquisados destacaram que o aumento da renda, após a especialização das atividades, elevou o consumo de alimentos de fora da propriedade e a redução do cultivo de alimentos para o autoconsumo. Portanto, o Pronaf é utilizado como um recurso de aumento de produção cujo objetivo final é o mercado. Essa política contribui para alterar o padrão alimentar entre os entrevistados, seguindo relato deles mesmos.

7.3 OS HÁBITOS, AS PRÁTICAS E A CULTURA ALIMENTAR

A importância de sentar-se à mesa para as refeições é um fator destacado na literatura e verificado pelas famílias pesquisadas. Alimentar-se, para eles, transcende o consumo de alimento, sendo o momento de reunir a família e saborear a culinária que, em sua maioria, é de origem italiana, e conversar. Assim, as mudanças nos hábitos alimentares são consequências da industrialização e da globalização do consumo. Um exemplo é a banha suína, que passou a ser substituída pelo óleo de soja, cuja propagação atingiu até mesmo os agricultores cuja culinária ainda preserva práticas tradicionais. Anteriormente aos anos de 1970, a carcaça de suínos abatidos continha uma espessa cobertura de banha, em uma proporção de mais de 70%, o que limitava a produção de carne suína. A partir de então, uma transformação genética inverteu a dotação de carne na suinocultura, difundindo a criação dos suínos *tipo carne* em substituição ao *tipo banha*, aumentando a dotação de carne por animal.

Essa transição nutricional ocorreu simultaneamente à expansão da rede elétrica no campo. Até então, o abate de animais era para o consumo momentâneo, para a troca de carne entre vizinhos, e a conservação de carnes

imersas em banha. Sem energia elétrica não era possível conservar leite e derivados e, portanto, a produção era apenas para o autoconsumo. Com a energia elétrica, as pessoas começam a armazenar alimentos para períodos seguintes, manipulando e transformando alimentos para consumir no período seguinte. Conseqüentemente, os agricultores passaram a adquirir os eletrodomésticos a serem utilizados na preparação e conservação de alimentos, com repercussão direta nos hábitos domésticos e na própria dinâmica da cozinha, aproximando-se aos prevalecentes no meio urbano.

Sobre o consumo de banha de porco e/ou óleo de soja, os pesquisados destacaram que, atualmente, consomem os dois. Em todos os casos, destacaram que, inicialmente, criavam suínos para a produção da banha. Porém, com o sistema de integração da produção de suínos, os agricultores entrevistados passaram a comprar banha de outras propriedades rurais, ao mesmo tempo em que se tornou mais difícil encontrar banha de porco. Existe bastante procura e pouca oferta, ocorrendo, assim, a demanda de banha industrializada, comercializada em supermercados. O óleo de soja é utilizado sempre que falta banha de porco, o que ocorre com bastante frequência.

Segundo os agricultores pesquisados, após o Plano Real, a dinâmica de consumo modificou-se bastante, facilitou a compra de produtos alimentícios que eram consumidos apenas em datas comemorativas, como chocolate, refrigerante, enlatados, embutidos, entre outros. Em contrapartida, reduziu a confecção de bolachas, doces caseiros, o consumo de suco natural, conservas de frutas oriundas da propriedade, assim como o vinho e seus derivados.

Alimentar-se fora de casa e comer lanches passou a ser corriqueiro nos últimos anos, atrelado ao fato do custo reduzido da alimentação e considerado, também, um momento de descontração e lazer com a família. As agricultoras principalmente relataram que realizar refeição fora de casa torna-se prazeroso, pois, naquele dia, elas não precisam preparar a refeição, sendo considerado, por elas, como uma *folga*. Geralmente, a refeição fora de casa das famílias é o almoço aos domingos, e normalmente em comunidades rurais onde ocorrem festas promovidas pela igreja. Cabe destacar que, em todos os casos, as refeições são de responsabilidade das mulheres, diariamente, e em poucos casos os homens prestam algum tipo de auxílio, como cozinhar esporadicamente ou lavar a louça. Portanto, “existem ligações entre a comida

e a auto identificação com gênero, sendo a mulher vista como provedora dos alimentos para a família” (LIMA et al., 2016, p. 790).

Esse comportamento alimentar das famílias representa um comprometimento maior da renda para gastos com alimentação, além da mudança de hábitos alimentares. Se a alimentação fora de casa gera custos adicionais, logo, existe a necessidade de gerar essa renda adicional, que geralmente é proveniente do aumento da produção em escala das atividades agropecuárias, e as mudanças de hábitos representam uma descaracterização da identidade cultural da dieta alimentar das famílias. Em nenhum caso, o comprometimento de renda com o consumo fora de casa foi apontado como algo significativo, pois é considerado uma atividade de lazer para o grupo familiar.

A mudança da forma de processar os alimentos foi apresentada como um diferencial ao longo do tempo. A batata frita sempre fez parte do consumo alimentar das famílias pesquisadas, a mudança foi a forma de consumo e a relação comercial para com ela. Inicialmente, a batata era plantada com a semente da safra anterior, descascada e frita na banha. Atualmente, a batata é comprada pré-frita, com gordura hidrogenada e congelada, e frita com óleo de soja. A praticidade no preparo, o fácil armazenamento, o sabor e a textura da batata frita foram os exemplos citados para essa mudança de hábitos, além de considerarem um bom custo benefício.

O número de pessoas no grupo familiar também contribuiu para as mudanças nas práticas alimentares. Segundo os pesquisados, quando o grupo familiar era maior (filhos, pais, irmãos), residindo na mesma casa, a variedade e a quantidade de alimentos eram mais expressivas. Isto porque, além de mais pessoas para alimentar, as atividades produtivas exigiam força física; logo, o consumo calórico era maior. Na tabela 10 seguem os principais itens alimentícios consumidos pelos pesquisados no café da manhã, atualmente.

TABELA 10 - PRINCIPAIS ITENS ALIMENTÍCIOS CONSUMIDOS PELOS PESQUISADOS NO CAFÉ DA MANHÃ

Propriedades	Chimarrão	Café	Leite	Derivados do Leite (queijo, manteiga, nata)	Polenta	Pão	Embutidos (presunto, salame)
AF 01	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
AF 02	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
AF 03	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
AF 04	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
AF 05	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
AF 06	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
AF 07	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
AF 08	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
AF 09	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
AF 10	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Para os pesquisados, o café da manhã representa um momento de planejar as atividades produtivas. O chimarrão é uma das principais bebidas consumidas pelos agricultores. A polenta está presente em todas as residências, acompanhada dos embutidos e dos derivados do leite. Em todos os casos, a tradição herdada dos antepassados faz com que esses alimentos permaneçam na mesa do café da manhã. Em relação ao passado, os agricultores destacam que mudou basicamente a quantidade consumida, não os produtos e a origem dos alimentos consumidos. Por exemplo, o milho para moagem do fubá era produzido; atualmente, o fubá é comprado no supermercado. O queijo, a nata, a manteiga e o salame também eram produzidos ou trocados entre os vizinhos; atualmente também são adquiridos em supermercados.

Questionados sobre o lanche entre o café da manhã e o almoço, todos os agricultores relataram não possuir o hábito de realizá-lo, apenas em casos esporádicos o consumo de frutas disponíveis na propriedade. Sobre o almoço, as agricultoras destacaram a variedade de alimentos preparados diariamente e que dificilmente repetem o cardápio em dias consecutivos. Geralmente está presente, na mesa das famílias, diariamente, entre dois e três carboidratos, entre eles destacam-se, em ordem de maior frequência: mandioca, arroz, macarrão, batata inglesa e/ou batata-doce. Todos informaram consumir carne diariamente, com predomínio de carne de frango, suíno, bovino e peixe.

Legumes não são consumidos em todas as residências e em todos os dias, mas são consumidos conforme a disponibilidade, variando entre cenoura, beterraba, abobrinha, couve-flor, brócolis, entre outros. Já a salada é consumida diariamente por todas as famílias, predominando a alface, repolho, tomate, entre outros. O consumo de suco durante a refeição acontece durante a semana e, em vários casos, o de suco artificial, e refrigerantes nos finais de semana. Já no jantar, as famílias repetem os itens de consumo adotados no café da manhã ou consomem o que sobrou do almoço. Cabe destacar que parte dos itens consumidos geralmente pelos agricultores não são produzidos por eles, conforme é destacado na próxima subseção.

Ainda, o aumento da renda das famílias através da especialização das atividades, somado com os benefícios da previdência social, impactaram significativamente nos hábitos dos agricultores. Conforme relato deles mesmos, esses impactos representaram principalmente a substituição de alimentos de autoconsumo, que deixaram de ser produzidos, criados ou cultivados, por alimentos processados.

Em vários momentos, os entrevistados faziam a relação da venda da produção para a aquisição de produtos alimentícios como, por exemplo, venda de sete litros de leite *in natura* para a aquisição de dois litros de refrigerante, venda de uma dúzia de ovos para comprar um quilo de macarrão, venda de cinco quilos de carne suína para compra de um quilo do derivado salame. Essas comparações demonstravam frustrações sobre as trocas de produtos por moeda e depois moeda por produtos, sem observar que eles só consideravam o valor da receita sobre a venda dos produtos, desprezando os custos de produção.

Muitos agricultores voltaram a consumir alimentos produzidos por eles, por considerar que os produtos industrializados não estavam satisfazendo suas necessidades em relação ao sabor, textura, consistência e preferência, como é o caso do macarrão com ovos, por exemplo, que mesmo sendo mais caro preparar em casa, optaram por deixar de comprar. O pão também é outro exemplo. Inicialmente, a produção de pão era realizada em forno à lenha pelas agricultoras; depois, com a facilidade de acesso e renda, passaram a consumir pão da panificadora, mas não se adaptaram ao produto, e as famílias voltaram a produzir o pão caseiro.

Esses relatos apontam experiências que os agricultores estão passando quando mercantilizam o seu consumo, demonstrando uma integração maior com o mercado de alimentos processados e a permanência ou não no consumo. Porém, a constatação é notória, em relação às mudanças nas práticas alimentares.

7.4 AUTOCONSUMO DE ALIMENTOS

De outra forma, evidências da redução da diversidade de alimentos produzidos para o autoconsumo são indicadores de que parte da sua história está sendo esquecida. O ovo deixou de ser caipira, a galinha alimentada com soja transgênica, a produção de leite por rebanho confinado, o salame perdeu espaço para o presunto, a ervilha é enlatada, a batata-doce substituída pela batata inglesa comprada, a farinha de trigo já é processada, o plantio de feijão deixou de ser o principal alimento cultivado, etc. Há, portanto, sinais de que alimentos produzidos para autoconsumo estão perdendo espaço na mesa dos agricultores familiares para produtos adquiridos no mercado. Oriundas de ambientes distintos, essas são algumas das mudanças da produção para o autoconsumo das famílias pesquisadas.

O feijão, alimento básico na mesa dos agricultores pesquisados, está deixando de ser uma atividade desenvolvida na agricultura familiar após o desenvolvimento genético da semente e da mecanização, que viabilizou sua produção em escala. Produção que era intensiva em mão de obra, sensível a fatores climáticos, com instabilidade de preço e sem mercado de comercialização garantido, deixou de ser a principal cultura na agricultura familiar. Assim, deixar de cultivar feijão representa reduzir um cultivo essencial para autoconsumo, cuja colheita permitia manter semente para a safra seguinte. Ao se vincular mais intensamente ao mercado, o agricultor passa a demandar feijão de fontes externas, como um consumidor urbano, o que leva a uma perda das variedades produzidas com sementes crioulas, herdadas dos antepassados. Plantavam-se variedades como feijão preto, carioquinha, vermelho e o branco, para diversificar o preparo, pois era consumido diariamente. Atualmente, o consumo ocorre no máximo três vezes na semana, e somente o feijão preto.

Questionados sobre essa redução do consumo e a restrição ao feijão preto, os entrevistados lamentaram a perda da diversidade e destacaram que a restrição no consumo é em função das mudanças das atividades, que hoje são menos braçais, exigindo menos energia física, além da incorporação de outros alimentos na dieta da família. Todos os entrevistados descreveram o feijão preparado pelas suas mães como uma memória gastronômica afetiva. Falaram da forma do preparo, dos temperos utilizados, do fogão à lenha, do sabor da banha de porco no feijão, da consistência, do feijão em no mínimo duas refeições diárias, revelando, assim, nítidas alterações na cultura alimentar. Portanto, “comer é mais que ingerir um alimento, significa também as relações pessoais, sociais e culturais que estão envolvidas naquele ato. A cultura alimentar está diretamente ligada com a manifestação desta pessoa na sociedade” (LEONARDO, 2009, p. 2). O mesmo ocorre com batata inglesa, cebola, arroz, trigo, entre outros produtos agrícolas que todos os entrevistados deixaram de cultivar nos últimos anos, sem, todavia, deixar de consumi-los. Isso implica adquiri-los em supermercados da cidade ou em outras propriedades.

A batata-doce, o tomate, o amendoim, a abóbora e as hortaliças são cultivados parcialmente (somente no período tradicional) e, nos demais períodos do ano, são adquiridas também fora da propriedade. Outros alimentos, como mandioca e frutas (banana, laranja, bergamota, pêssego) são cultivados até hoje, tendo ocorrido apenas mudança em relação à origem dos produtos, que eram nativos e atualmente são enxertados.

Além da produção para o autoconsumo, o agricultor familiar estabelece relações comerciais de compra e venda de alimentos e insumos, as quais determinam a ordem social moderna segundo os princípios de competição. Todos os agricultores pesquisados apresentam relação mercantilizada com agroindústrias como principal atividade desenvolvida nas propriedades pesquisadas.

Os entrevistados relataram, por exemplo, que alimentar os bezerros com leite em pó industrializado reduz o custo de produção, além de liberar a produção de leite *in natura* para o mercado. Assim, o leite da mãe do bezerro, agora, é destinado à comercialização e, com parte da sua remuneração, é

adquirido leite em pó. A lógica é custo por litro de leite, e não necessariamente os valores nutricionais contidos nesta troca.

A escolha genética e o planejamento de partos do gado leiteiro ocorrem em função de manter uma oferta constante da produção de leite, e focá-la para períodos de maior demanda de mercado. A escolha da semente de milho transgênica é feita para o aumento da produtividade, e não necessariamente pela preocupação com sua qualidade nutricional. Esses relatos demonstram que produzir alimentos tem se tornado uma atividade mercantilizada na agricultura familiar, causando uma alteração na cultura social, produtiva e alimentar dessas pessoas. Perdem-se valores culturais, sabores, história, e a população rural pesquisada torna-se mais um grupo que é atraído para o consumo alimentar globalizado.

De acordo com as normas das empresas e cooperativas que adquirem a produção pecuária, elas estabelecem critérios que contribuem para as mudanças no hábito alimentar das famílias, a exemplo do que ocorre com a suinocultura. Os que criam suínos não podem consumi-los; logo, necessitam de renda para adquirir os derivados, como banha, salame, cortes de carne e torresmo. Já os que possuem aviário para frango não podem criar galinhas para produção e ovos e consumo de carne de frango para a família, fazendo com que as famílias dependam do supermercado ou de vizinhos. Portanto, mesmo estando igualmente inseridos nas relações de mercado, produção e consumo não se conectam entre si, na medida em que prevalece apenas um circuito mercantil.

Ao deixar de plantar alimentos e/ou criar animais, o agricultor passa automaticamente a depender do suprimento externo que, devido à necessidade do desembolso financeiro, pode inibir o consumo, como os casos citados anteriormente. Essa alteração na forma de obtenção de alimentos é consequência do conhecimento do custo de produção dos alimentos no supermercado, pois, como os agricultores cultivavam alimentos e criavam animais, conhecem o custo de produção e se recusam a pagar o valor do produto final após a agregação de valor em cada esfera percorrida.

Atividades produtivas que exigem força física, flexibilidade, intensidade e frequência de movimentos estão sendo abandonadas ou mecanizadas. Assim, culturas para o autoconsumo ficam prejudicadas, pois geralmente são

diversificadas, com uso intensivo de mão de obra, o que leva à utilização de agroquímicos, em detrimento da qualidade dos alimentos produzidos e consumidos.

7.5 CONSUMO ALIMENTAR URBANIZADO

Influenciadas pela propaganda no rádio, na TV, no jornal impresso, no encarte, na internet, no varejo local, na indicação pelo filho/a, entre outros, as famílias dos entrevistados passam a consumir produtos tipicamente urbanos, indicando uma mudança profunda nos hábitos alimentares. A substituição de banha de porco por óleo de soja e azeite de oliva, a nata pelo creme de leite processado, o leite *in natura* pelo leite longa vida, o presunto e o salame colonial por embutidos industrializados, entre outros, são exemplos.

Todos os entrevistados ressaltaram que o padrão alimentar dos seus netos representa uma mudança substancial em relação àquele que prevalecia no meio rural em tempos pretéritos. Maior consumo de refrigerantes, doces e outros produtos industrializados, em detrimento a frutas, verduras e alimentos produzidos e processados no meio familiar.

Sobre o consumo urbanizado, os agricultores apresentaram pontos positivos e negativos. Pontos positivos: pertencer a um grupo social que também demanda produtos processados, de fácil preparo, com divulgação constante, consumir alimentos diversificados, a durabilidade dos produtos e a praticidade, além consideraram a compra de produtos alimentícios prontos como uma bonificação pelo trabalho realizado que gerou renda. Como exemplo, a família trabalhou arduamente durante a semana em uma atividade produtiva e, com isso, gerou renda excedente; logo, no final de semana compram-se mais produtos alimentícios industrializados do que o convencional para gratificar o esforço adicional. Já os pontos negativos apontados pelos agricultores sobre o consumo urbanizado são, segundo eles, principalmente o desconhecimento de como é preparado o alimento e quais ingredientes são utilizados; o sabor diferente, sempre relacionado a uma memória afetiva - o pão não tem o sabor do forno à lenha como a mãe, ou a sogra ou a esposa fazia-, e por saber o valor da venda dos produtos que são ingredientes para os produtos industrializados, ter a consciência que poderiam fazê-los com um

custo menor como, por exemplo, um bolo de fubá, a bolacha, o pão, o suco de laranja. O consumo urbanizado, portanto, é facilmente identificado entre os agricultores pesquisados, conforme relatos acima. Cabe a destacar que, entre os dez casos levantados, todos relataram o aumento gradativo, nos últimos anos, de alimentos típicos urbanos, e mais, a não perspectiva do aumento de diversidade de produtos para o autoconsumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O embasamento teórico deste trabalho é amparado pela noção de regime alimentar em seu estágio atual, em particular nos aspectos relativos ao consumo de alimentos e ao domínio das corporações em todos os segmentos do sistema agroalimentar, desde a indústria de insumos agrícolas até o processamento e mercado varejista de alimentos. Na esteira de cadeias globais, forma-se uma tendência de padronização do consumo, através da disseminação de hábitos, práticas, e de uma cultura alimentar com implicações negativas na soberania e segurança alimentar e nutricional. Paralelamente, a análise aqui desenvolvida ressalta evidências de que as mudanças no padrão de consumo alimentar pelos agricultores familiares são parte de um processo histórico de conflito entre as tradições acumuladas e sua adaptação a novos contextos sociais, econômicos e culturais, nos quais emergem novos estilos de vida e relações humanas. Nesses termos, destaque deve ser dado às mudanças no papel da mulher e sua inserção no mercado de trabalho, engajando-se em atividades remuneradas fora de casa. Além de assumir uma dupla jornada de trabalho, a mulher passa a se comportar como consumidora de alimentos, valorizando rapidez e praticidade nas refeições, cada vez mais sujeita às informações culinárias difundidas pelas corporações e pela indústria alimentar como um todo, para as quais o poder da mídia é essencial.

No contexto do regime alimentar corporativo, o alimento tornou-se mais enfaticamente mercadoria, cujo mercado absorveu não apenas consumidores urbanos, também agricultores, tanto como ofertantes como demandantes. Se por um lado a globalização do consumo flexibiliza o padrão de consumo alimentar, por outro, exclui pessoas do mercado. O dilema entre o consumo de alimentos e quantidade e qualidade continua sendo uma preocupação no atual regime, pois garantir a soberania e a segurança alimentar transcende o simples fato de ter acesso à alimentação. Existe uma mudança na forma de produzir os alimentos, que requer especialização, e em consequência, uma redução da diversificação produtiva, característica intrínseca da agricultura familiar.

Com isso, o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequada está condicionado a um fluxo monetário de acordo com a renda obtida nas

relações mercantis, enquanto o autoconsumo tende a reduzir. Evidências teóricas e empíricas reforçam a necessidade de repensar o impacto dessa dinâmica nos hábitos alimentares e, particularmente, na agricultura familiar, na medida em que passa adotar um modelo de produção especializado em detrimento da diversidade produtiva de alimentos para o autoconsumo. Complementando, destaca Fontoura (2012, p. 139):

A produção para o autoconsumo também assume outros papéis que vão além da economia de recursos. Contribui para a autonomia das famílias, colabora com a segurança alimentar e nutricional, estreita os laços de amizade através da reciprocidade, pode colaborar para a diminuição da pobreza rural, entre outros.

As mudanças no sistema produtivo da agricultura familiar, reduzindo o autoconsumo, têm sido acompanhadas pelo maior consumo de alimentos industrializados, refletindo mudanças na cultura e nas práticas alimentares, influenciadas por transformações sociais, políticas e econômicas. Essas tendências, entretanto, são simultâneas à formação de um ambiente no qual o acesso à alimentação em quantidade e qualidade, condição fundamental para a segurança alimentar, tem ocorrido de forma precária para parcelas crescentes da população, incluindo os próprios produtores de alimentos. Assim é que insegurança alimentar e nutricional tem sido observada entre agricultores familiares. Sendo assim, a tradição alimentar dos agricultores familiares representa uma transformação produtiva e de mudanças nos hábitos, práticas e cultura alimentar no atual regime corporativo.

Outro aspecto central nesta análise diz respeito ao papel do Estado, através de políticas públicas que amenizem essa metamorfose da agricultura familiar, como o PRONAF, PAA e PNAE, com foco na produção de alimentos. Entretanto, elas não têm proporcionado uma rede de proteção necessária para conter a deterioração do padrão de consumo alimentar dos agricultores familiares. Nesse sentido, o PRONAF potencializa a comercialização de *commodities* agrícolas, contribuindo para a redução da diversificação das atividades produtivas e tornando o agricultor um consumidor de alimentos externo à sua propriedade. Já o PAA e o PNAE estão mais presentes entre os agricultores familiares de forma geral, indiretamente fomentando a diversificação produtiva, mas sem garantir quantidade e valores sustentáveis.

Essas políticas, todavia, não têm atingido a agricultura familiar de forma a moldar sua inserção no mercado sem agravar seu estado de insegurança alimentar.

Por fim, verificou-se que as evidências empíricas detectadas em campo convergem com as caracterizações do atual regime alimentar, onde a tradição alimentar da agricultura familiar tem sido diluída pelo poder das corporações sobre o consumo de alimentos, e inclusive sobre as práticas produtivas, que diminuem o autoconsumo. A mercantilização do alimento torna o agricultor familiar mais dependente de alimentos produzidos por outros agricultores e pela indústria de alimentos, aumentando, assim, as ameaças à sua soberania e a segurança alimentar. Portanto, torna-se relevante repensar a relação e o valor atribuído ao alimento consumido, seu sabor, sua origem, sua cultura e suas práticas. O alimento, antes de ser uma mercadoria é, acima de tudo, um direito, que garante soberania e segurança alimentar, se o mesmo for acessado em quantidade e qualidade adequada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R; PIKETTI, M. Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. vol. 22, nº 1, Brasília, 2005, pp. 53-66.

ABRAMOVAY, R; VEIGA, J Eli da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, abril, 1999. Texto para discussão 641. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3949. Acesso em 10. Fev. 2017.

ABRAS. **Ranking Abras** 2016. Disponível em: http://static.abras.com.br/pdf/coletiva_rank.pdf. Acesso em 05. Fev.2019

ABRAS. **Ranking Abras** 2018. Disponível em: <http://www.abrasnet.com.br/clipping.php?area=20&clipping=63952>. Acesso em 05. Fev. 2019.

ABREU, C. **Desenvolvimento da sustentabilidade e a Agricultura moderna**. São Paulo: Embrapa, 2008.

ANDRADE, ÁLVARO A.; CARNEIRO, P.; SOUZA, W.; CUNHA, D. A. DA; SOUZA, B.; RIBEIRO, A. E.; TEIXEIRA, R. Políticas públicas e agricultura familiar: um estudo de caso no território rural São Mateus em Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 46, p. 143-162, 28 fev. 2019.

ARNAIZ, M. G. Aplicações da antropologia à alimentação: algumas propostas. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). **Antropologia e nutrição: um possível diálogo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005

BALEM. T. A; SILVEIRA. P.R. **A erosão cultural alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar**. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/artigo%20erosao%20alimentar.pdf>. Acesso em 10. Dez.2019

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. **Cultura, consumo e identidade**. São Paulo: Editora FGV. 2006.

BAUDRILLARD, J. **Sociedade de consumo**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional. **Saúde e Sociedade**, v. 12, 2003

BERNSTEIN, H. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 52–81, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a04v13n27.pdf>. Acesso em 10.set.2017

BERNSTEIN, H.. ***Class dynamics of agrarian change***. Halifax NS: Fernwood, 2010. Disponível em: <https://www.keesjansen.eu/wp-content/uploads/2015/02/2-Bernstein.pdf>

BOLFE, L. B.; SILVA, J. F. V. Artigo - Novos hábitos alimentares, novas oportunidades para a agricultura. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/32153806/artigo---novos-habitos-alimentares-novas-oportunidades-para-a-agricultura>. Acesso em 10. Dez.2019

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**. Presidente Prudente. p.1-21, 2011. Disponível em : http://docs.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf: Acesso em 01. Mai. 2019

BONNAL, P. e MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil. In: **Colóquio Internacional De Desenvolvimento Territorial Sustentável**, I., 2007. Florianópolis. NMD/UGSC, 2007.p. 1 – 26. Disponível em : <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p211/10959>. Acesso em 10 fev. 2017

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181 p.

BRASIL. A produção para autoconsumo no Brasil uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. **Relatório de Pesquisa**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17467&Itemid=9

BRASIL. Lei n o 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Diário Oficial da União 2006; 15 set. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Disponível em 12. Dez.2017

BRASIL. **Manual de orientação para a alimentação escolar na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e na educação de jovens e adultos**. Org. Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos...et al. – 2. ed. - Brasília: PNAE: CECANE-SC, 2012

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fome Zero**: a experiência brasileira. Brasília, DF: MDA, 2010. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-It Fome Zero A experinc-1750637.pdf Acesso em 18 set. 2017

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário. **A Inclusão Produtiva Rural do Plano Brasil Sem Miséria e os resultados do Programa de Fomento**: Primeiros Apontamentos. Brasília, DF, 2014. Mimeo. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_10.pdf Acesso em 18 set. 2017

BURCH, D; LAWRENCE, G. *Towards a third food regime: behind the transformation. Agriculture and Human Values*, Springer/Science, vol. 26, p. 267-279, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/weaa/wp-content/uploads/2013/09/2009-Bursch-and-Lawrence-Towards-a-third-food-regime.pdf> Acesso em 10.set.2017

CALDART, R. S. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, Editora 34 Ltda, 9ª edição, 2001.

CARNEIRO, H. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. In: **Estudos Sociedade e Natureza**. Rio de Janeiro-RJ, Revista Semestral, n. 8, p. 70-82, abril de 1997.

CARRASCO I PONS, S. Pontos de partida teórico-metodológicos para o estudo sociocultural da alimentação em um contexto de transformação. In: CANESQUI, A. M. (Org.); GARCIA, R. V. D. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2005

CARVALHO, H. M. **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003. Disponível em : <https://docplayer.com.br/15512305-Sementes-patrimonio-do-povo-a-servico-da-humanidade.html> Acesso em 01. Mai. 2019

CAZELLA, A. A. Base de Serviços Rurais Estratégicos à Promoção do Desenvolvimento Territorial no Brasil. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 28, n. 1 e 2, jan-dez/2010; Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237596202 BASE DE SERVICOS RURAIIS ESTRATEGICOS A PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL UMA ANALISE PROSPECTIVA](https://www.researchgate.net/publication/237596202_BASE_DE_SERVICOS_RURAIIS ESTRATEGICOS A PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL UMA ANALISE PROSPECTIVA). Acesso em 10. Fev. 2017

CEPA. Centro de Socioeconômica e Planejamento Agrícola. **Números da agropecuária catarinense**, 2014/2015. Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 2015.

CHAYANOV, A. V. **La organización de La unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342p.

CHEUNG, T.L; BATALHA, M. O. Brasileiros urbanos e seus comportamentos de consumo alimentar: maior atenção dos diferentes agentes das cadeias produtivas para atender demandas específicas. **Palestra SOBER** 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/1047.pdf> Acesso em 15 de Jun. de 2019

COCA E, L, De F. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. IN: **DOSSIÊ SOBERANIA ALIMENTAR** Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4789>. Acesso em: 10.set.2016

culture. London: Routledge, 1991.

DAMO, A; SCHMIDT. E, B; CARTEA. P, A. M. Para além da “comida-mercadoria”: reflexões a partir da educação ambiental crítico-transformadora. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 32, n.2, p. 75-94, jul./dez. 2015. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/286923530_Para_alem_da_comida-mercadoria_reflexoes_a_partir_da_educacao_ambiental_critico-transformadora. Acesso em 15 de Jun. de 2019

DIEZ GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**. Campinas, out./dez., 2003. <http://www.scielo.br/pdf/rn/v16n4/a11v16n4.pdf>

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000

FAN S; PANDYA-LORCH R; FRITSCHER H. *Leveraging Agriculture for Improving Nutrition and Health: The Way Forward*. In: Fan S, Pandya-Lorch R (eds). **Reshaping Agriculture for Nutrition and Health**. International Food Policy Research Institute (IFPRI). 2012.

FAO. **O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2014**: Fortalecimento de um ambiente favorável para a segurança alimentar e nutrição. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4037o.pdf>. Acesso em 10.set.2017

FAO. **The State of World Fisheries and Aquaculture 2016**. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i5555e.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017

FAO. **The state of food security and nutrition in the world. 2018**. Disponível em: <http://www.fao.org/3/l9553EN/i9553en.pdf>. Acesso em: 10. Nov.2018.

FAVARETO, A. As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural – lições para uma nova geração de políticas públicas. **Revista Raizes**, Campina Grande, v. 28, n. 1 e 2, jan-dez/2009; v. 29, n. 1, p. 52 – 62. jan-jun/2010. http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_217.pdf Acesso em 10 fev. 2017

FIGLIARELLI, J. G. P. e FIGLIARELLI, C. A produção para autoconsumo na agricultura familiar: uma questão de liberdade alimentar. **FAZ CIÊNCIA**, vol. 19, n. 29, jan/jun de 2017 – p. 46-60 Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:M3Ubuolhy5EJ:e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/download/16176/13268+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>

FISCHLER, C. Obeso Benigno, Obeso Maligno. In: SANT’ANNA, D. B. Políticas do Corpo. Elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo:

FONSECA, A.B; SOUZA, T, S, N de; FROZI, D. S; PEREIRA, R. Modernidade alimentar e consumo de alimentos: contribuições sócio-antropológicas para a

pesquisa em nutrição. **Ciênc. saúde coletiva**. 2011, vol.16, n.9, pp.3853-3862. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232011001000021&script=sci_abstract&tng=pt. Acesso em 01. Mai. 2019

FONSECA, M R da. **Química: meio ambiente, cidadania, tecnologia**. São Paulo: FTD, 2010, p.259.

FONTOURA A. F. D. A produção para autoconsumo: características e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da fronteira oeste do RS **Dissertação de Mestrado**. Santa Maria, RS, 2012. Disponível em:

<http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/dissertacoes/Dissertacao Andreia Furtado da Fontoura.pdf>. Acesso em 10.dez.2019

FREITAS COCA. E, L, de. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**. Ano 19, nº. 32 – Dossiê pp. 14-33 2016. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4789/4109>.

FRIEDMAN, H. *International regimes os food and agriculture since* In: SHANIN, T. **Peasants and peasants societies**. Oxford: Basil Blackwell, 1987. p.252-276.

FRIEDMAN, H.; McMICHAEL,P. *Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present*. **Sociologia Ruralis**, v.29, n.2, p.93-117. Disponível em: <https://devsoc.cals.cornell.edu/sites/devsoc.cals.cornell.edu/files/shared/documents/agriculture%20and%20the%20state%20system-pdf.pdf>. Acesso em 10. Set. 2017

FRIEDMANN, H. **The Political Economy of Food: a global crisis**. New Left Review, 1993.

FUNK, F.; BORGES, M. M.; SALAMONI, G. Pluriatividade: Uma Estratégia de Sustentabilidade na Agricultura Familiar nas Localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º Distrito – Rio Grande – RS. **Geografia**. v. 15, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/geografia/>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2013. 385p.

GARCIA JUNIOR, A. R. **O sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB/MTC-CNPQ, 1989. 285p.

GARCIA JUNIOR, A. R. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, R. W. D. Alimentação e saúde nas representações e práticas alimentares do comensal urbano. In: CANESQUI, A. M. (Org.); GARCIA, R. V.

D. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2005

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista de Nutrição*, Campinas, out./dez., 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-52732003000400011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

GAZOLLA, M. **A Produção da Autonomia**: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. Ufsm (Cafw), Frederico Westphalen, RS, Brasil. 2004 <http://www.sober.org.br/palestra/6/250.pdf>

GAZOLLA, M. Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 306 p. **Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Rural** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5583/000472644.pdf?sequence=1>
. Acesso em: 10 ago. 2017.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: v. 15, p. 89-122, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/gazolla-marcio-schneider-sergio-a-producao-da-autonomia-os-201cpapeis201d-do-autoconsumo-na-reproducao-social-dos-agricultores-familiares-revista-estudos-sociedade-e-agricultura-rio-de-janeiro-ufrj-v-15-p-89-122-2007>

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), XLIII, 2005 - Ribeirão Preto-SP. **Anais...** Ribeirão Preto-SP, 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/revista/estudos-sociedade-e-agricultura-rio-de-janeiro-ufrj-v-15-p-89-122-2007>. Acesso em 01/03/2010.

GIÁCOMO, F. Fome oculta e suas consequências. **Higiene Alimentar**, v. 18, n. 121, p. 12, jun. 2004.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 6. ed. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 21.

GOLDFARB, Y. A agricultura a partir do neoliberalismo: financeirização, poder corporativos e as ameaças à soberania alimentar. IN: **Diálogos sobre o Direito Humano a Alimentação Adequada**. Correa L.[organizador]. – Juiz de Fora, MG: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/arquivos/livro-dhaa-versc3a3o-final.pdf>. Acesso em:

GOODMAN, D., SORJ, B., e WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. A substituição industrial do produto rural. pp. 50-85. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zyp2j/pdf/goodman-9788599662298-03.pdf>. Acesso em 10. Abr. 2017.

GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. **Refashioning Nature: food, ecology & culture**. London: Routledge, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Unicamp, Instituto de Economia-II. Campinas, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. Uma perspectiva global sobre regulamentação e promoção da nutrição. **Palestra**. 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1180929/>. Acesso em: 10 ago. 2019

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. Revista **Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, jun. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032008000200008 . Acesso em: 05 nov. 2018

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XIV, Jan – Dez de 2007. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art1ed14.pdf> Acesso em: 05 nov. 2018

HAWKES C. **Marketing de alimentos para crianças: o cenário global das regulamentações**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária; 2006. Disponível em: <https://publicidadedealimentos.org.br/download/marketing-de-alimentos-para-criancas-o-cenario-global-das-regulamentacoes/> . Acesso em 05. Fev.2019

HEBERLÊ A. L. O. et all. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro. In: Delgado, G, C., Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: segurança alimentar**, 2013. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: segurança alimentar**, 2013. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2014.

JUNIOR. V. J. W; BUENO. V. Do N. Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil. IN **Palestra SOBER**, 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/361.pdf>. Acesso em 20/03/2018.

JUNQUEIRA L.A.P. Intersetorialidade, transectorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública** 2000. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6346>. Acesso em 12. Jul. 2018.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

KAGEYAMA, A. A. et. al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. et al. (Orgs.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, v. 1, n.3, p. 113-223, jun. 1990.

KAGEYAMA, A. **Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF – crédito**. *Agric.* São Paulo, v. 50, n.2, p. 1 – 13, 2003. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-03-1.pdf>. Acesso em 10 fev. 2017

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980

KEPPLE, A. **Relatório do produto 01**. Documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional - PAA e cisternas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, 2010.

LANG, T; HEASMAN, M. **Food wars: the global battle for minds, mouths, and markets**. London: Earthscan Publications, 2004.

LEITE, S.P. *Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña*. In: BELIK, W. **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 123-181.

LIMA, A. C. O.; et al. Gênero feminino, contexto histórico e segurança alimentar. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 11, n. 3, p. 789-802, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/22511>. Acesso em 10.dez.2019

LIMA, I. V. **Produção de subsistência/autoconsumo e resistência camponesa no Assentamento Pedro Ramalho em Mundo Novo (MS)**. 2010. 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão.

LOVISOLO, H.R. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. 231 p.

LUZ, V. A (in)segurança alimentar e nutricional em agricultores familiares e o uso da terra no município de Ibiúna, SP. **Tese do Doutorado**. Unicamp. São Paulo. 2013, p. 182. Disponível em : http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dOdePX-hWlQJ:repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/312700/1/Luz_VeronicaGronau_D.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 10.dez.2019

MACHADO, P.P; OLIVEIRA N, R, S; MENDES A.N.O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde soc. [online]**. 2016, vol.25, n.2, pp.505-515

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n2/1984-0470-sausoc-25-02-00505.pdf>. Acesso em 01. Mai. 2019

MACIEL, M. E. Cultura e alimentação, ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, 2001, v. 7, n. 16, p. 145-156. <http://www.scielo.br/pdf/ha/v7n16/v7n16a08.pdf>

MALUF, R S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, Vozes, 2007.

MALUF, R. S, MENEZES, F. VALENTE, F. L. Contribuição ao tema da Segurança Alimentar no Brasil. In: **Revista Cadernos de Debate, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP**, 2006.

MALUF, R. S. **O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar**. In: MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 3ª ed. RJ: Vozes, 201

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; MARQUES, S.B. **Caderno 'segurança alimentar'**, 2001. Disponível em: <http://www.dhnet.org.Br/direitos/sos/alimentação/tconferencias.html> , acessado em: jul. 2018.

MARTINS, A. P. B. *et al.* Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). **Revista de Saúde Pública**, v.47, n.4, p.656-65, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v47n4/0034-8910-rsp-47-04-0656.pdf>. Acesso em 10.set.2017

McMICHAEL, P. *A food regime analysis of the "world food crisis."* **Agriculture and Human Values**, 26, p. 281–295. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/226259981_A_Food_Regime_Analysis_of_the_World_Food_Crisis. Acesso em 10. Set. 2015

McMICHAEL, P. *Commentary: Food regime for thought.* **The Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 43, n. 3, p. 648–670, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/302051352_Commentary_Food_regime_for_thought Acesso em: 10. Set. 2016

McMICHAEL, P. Food Sovereignty: A Critical Dialogue Historicizing Food Sovereignty: a Food Regime Perspective. In **Food Sovereignty: A Critical Dialogue**. New Haven: The Journal of Peasant Studies. 2013

McMICHAEL, P. **Regimes Alimentares e questões agrárias**. P. McMICHAEL. Tradução Sonia Midori. 1Ed São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

MDS. **Balanco de avaliação da execução do programa de aquisição de alimentos PAA 2003 a 2010. 2010.** Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/paa/visi_paa_geral/documentos/BALANCO%20DE%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20verso%2024-02-11.pdf. Acesso em 02. Jan. 2018

MENDONÇA, et all. A construção de uma política de assistência técnica e extensão rural para superação da extrema pobreza. In: MELLO, J. A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. Brasília: MDS. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, nº 23. 2005 Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%203_%20FINAL_910.pdf. Acesso em 18. Set. 2017

MEZOMO, I. F. B. **Os serviços de alimentação**: planejamento e administração. Barueri (SP): Manole; 2002.

MINTZ, S. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Rev. Bras. Ci. Soc.** 2001 Disponível em: <http://www.uff.br/saudecultura/artigos-encontro-6/Texto08.pdf> . Acesso em: 05 nov. 2018

MINTZ, S. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Rev. Bras. Ci. Soc.** 2001 <http://www.uff.br/saudecultura/artigos-encontro-6/Texto08.pdf>

MONTEIRO, C. A.; CANNON, G. *The impact of transnational “ big food ” companies on the South : a view from Brazil.* **Plos Medicine**, São Francisco, v. 9, n. 7, p. 1–5, 2012. Disponível em <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1001252> . Acesso em 01. Mai. 2019

MONTEIRO, C. A.; MONDINI, L.; COSTA R. B. L. Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta alimentar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996). **Revista de Saúde Pública.** 2000.

MSD. **Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Compra_Institucional_PAA_3.pdf Acesso em

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações na vida econômica. In: GASQUES, J. G; VIEIRA FILHO, J. E. R; NAVARRO, Z. (Org). **Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.** Brasília – DF, IPEA, Governo Federal, 2010. Disponível em: http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/904333/1/Agriculturafamiliar_nobrasilcap.7.pdf. Acesso em 10 fev. 2017

NESTLE, M. **Food Politics.** Berkley, Los Angeles, London. University of California Press, 2002

NEVES, D. P. **Lavradores e pequenos produtores de cana.** Estudo das formas de subordinação dos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NOBRE L.N, et al. Segurança Alimentar em uma Comunidade Rural no Alto Vale do Jequitinhonha/ MG. **Segur Aliment e Nutr** 2009; Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1809> Acesso em 18.dez.2017.

NORDER, L.A.C. **A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais**: questões, contextos e métodos. Cadernos de Debate, São Paulo, v.6, p. 40- 58, 1998.

OLIVEIRA, F.C.R. Alimentos normais, light/diet e orgânicos: o consumo segundo as classes econômicas e suas elasticidades-renda. 2014. 103 p. **Tese de Doutorado em Economia Aplicada**. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

OLIVEIRA, S P. de; THEBAUD-MONY, A. **Estudo do consumo alimentar: em busca de uma abordagem multidisciplinar**. *Rev. Saúde Pública* [online]. 1997, vol.31, n.2, pp.201-208. ISSN 0034-8910. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101997000200015>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **O estado da insegurança alimentar e nutricional no Brasil**. Um retrato multidimensional. Relatório 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf Acesso em 18 set. 2017

ORTIZ R. **Mundialização e cultura**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense; 1994. 234p.

Otero, Gerardo, Gabriela Pechlaner, Giselle Liberman and Efe Can Gürcan, Food Security and Inequality: Measuring the Risk of Exposure to the Neoliberal Diet, Simons Papers in Security and Development, No. 42/2015, School for International Studies, Simon Fraser University, Vancouver, March 2015.

PANIGASSI G, et al. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cad Saúde Pública** 2008; <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n10/18.pdf>

PATEL, R. **Obesos e famélicos: El impacto de la globalización en el sistema alimentario mundial**. Tradução de Alejandro Manara. Barcelona: Los Libros del Lince, 2008.

PAULA, N. M de; SANTOS V. F; PEREIRA, W S. A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar. **REVISTA ESA**. 2015 Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/522/425/>. .

PAULA, N. M.de. **Evolução dos Sistemas Agroalimentar Mundial: Contradições e Desafios**. Curitiba: CRV, 2017

PAULINO, S. M. I.; SCHMIDT, W. Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003., S. R. **Introdução à Agricultura Orgânica: Normas e técnicas de cultivo**. Campinas: Editora Grafimagem, 2000. 110 p.

PELINSKI, A. *et al.* **Autoconsumo: sua relevância na sustentabilidade da Agricultura Familiar Agroecológica**. 2003

PERES, E. Saber Comer para viver melhor. Lisboa: Editorial Caminho.1994.

PINTO, H. S. **A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (Parte 1): A Modernização do Estado e os Avanços na Superação da Fome**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, agosto/2014 (Texto para Discussão nº 150). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 6 ago. 2014.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura familiar camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/373/ASPTA_a_gricultura_familiar_camponesa_constru%E7%E3o_futuro.pdf?sequence=1

POL. J, L. V. Alimentos Como Bens Comuns: Uma Nova Perspectiva Sobre A Narrativa Do Sistema Alimentar. IN: **Diálogos sobre o Direito Humano a Alimentação Adequada**. CORREA L.– Juiz de Fora, MG. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/arquivos/livro-dhaa-versc3a3o-final.pdf>. Acesso em. 01. Mai. 2019

Pol. J, L. V. Alimentos Como Bens Comuns: Uma Nova Perspectiva Sobre A Narrativa Do Sistema Alimentar. IN: Diálogos sobre o Direito Humano a Alimentação Adequada. Correa L.[organizador]. – Juiz de Fora, MG: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/arquivos/livro-dhaa-versc3a3o-final.pdf>. Acesso em.

POLLAN, M. **Cozinhar: uma história natural da transformação**. Trad. Claudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 448p.

POLLAN, M. **Cozinhar: uma história natural da transformação**. Trad. Claudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 448p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

POULAIN, J.-P.; PROENÇA, R. P. C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, p. 245-256, 2003. <http://www.scielo.br/pdf/rn/v16n3/a02v16n3.pdf>

RIBEIRO. C da S.G; PILLA. M.C.B.A. Segurança Alimentar e Nutricional: Interfaces e diminuição de desigualdades sociais. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**. 2014. Vol. 9. Nº1. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/6642#.Wj0Zyt-nHIV> Acesso em 18.dez.2017.

ROCHA E.M.B, LIMA RT, ALMEIDA PC. Insegurança alimentar relacionada à área de residência em município do Semiárido brasileiro. **Cad Saúde Colet (Rio J.)** 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v22n2/1414-462X-cadsc-22-02-00205.pdf>

ROSSETTI. F, X; SILVA. M, V; WINNIE L W, I.O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. 2016 Vol. 23, 912-923, Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8647528/14848> . Acesso em 02. Jan. 2018

ROTENBERG S. Práticas alimentares e o cuidado da saúde da criança de baixo peso. **Dissertação mestrado**. Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz; 1999.

SAHLINS, M. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 178 p.

SALAY, E. Política de alimentação e nutrição – evolução das abordagens. **Cadernos de Debate**. v. 1, p. 1-19, 1993.

SAMBUICHI R.H,R; GALINDO E.P; OLIVEIRA M.A,C; e MOURA A.M,M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI R.H,R;, SILVA A.P,M, OLIVEIRA M.A,C, SAVIA A, (org). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: IPEA; 2014. p. 75-104

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores**. São Paulo: Pitrópolis, 2009.

SANTOS, I.P.; FERRANTE, V.L.S.B. **Da terra nua ao prato cheio**: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara, SP: Fundação ITESP/UNIARA, 2003. 116 p

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, S.L. dos; BATALHA, M.O. Mudanças nos padrões de consumo alimentar da população das regiões metropolitanas do Brasil – 1995/2003. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Ribeirão Preto. Anais...Brasília: SOBER, 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/680.pdf>. Acesso em 15. Ago.2016

SCHANBACHER, W.D. **The politics of food the global conflict between food security and food sovereignty**. S. Barbara (Ca.), Praeger.2010

SCHMITT. C.J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos In: **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.8, n.3, 2011. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/Agriculturas_Setembro2011_site.pdf. Acesso em 05. Fev.2019

SCHNEIDER S. et all. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: SCHNEIDER, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 252p., p. 21-49, 2004. (Série: Estudos Rurais).

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo – SP. Vol. 18 nº. 51, fevereiro/2003, P. 99-192, 100

SCHNEIDER, S; CAZELLA, A.A.; MATTEI, Lauro. Histórico, Caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MARQUES, P E. M.

(Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

SEGALL-CORRÊA, A. M., E MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar E Nutricional**, 16(2), 1-19. Disponível em; <https://doi.org/10.20396/san.v16i2.8634782>. Acesso em 18. Dez. 2017

SHIVA, V. **Grandes corporações promovem uma ditadura do alimento**. São Leopoldo Instituto Humanitas Unisinos. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/523025-grandes-corporacoes-promovem-uma-ditadura-do-alimento> . Acesso em 05. Fev.2019

SILIPRANDI, E. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. **Cadernos de Debates**, Campinas, SP, v. XI, p. 38-57, dez. 2004. Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/politicas_de_san_e_relaes_de_genero.pdf Acesso em 10.set.2017

SILVA A.C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100007 Acesso em 05. Fev. 2018

SILVA, E.k et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?. **Cad. Saúde Pública [online]**. 2017, vol.33, n.4, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n4/1678-4464-csp-33-04-e00005716.pdf>

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

SILVA, L. I. L.; SILVA, J. G. **Política Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: Governo Paralelo, 1991.

SILVA, T. P. et al. A (re)construção das práticas alimentares em assentamentos de reforma agrária: o caso do assentamento Sepé Tiaraju, Capão do Cipó/RS. **Revista Perspectiva**, Erechim, PR. v.37, n.139, p.65-77. 2013. Disponível em:http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/139_364.pdf Acesso em 10. Dez.2019

SILVA, W H da et al. **Agricultura familiar e mercados institucionais**: uma análise acerca da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Unaí, MG. Unaí: INESC, 2014.

SMITH, L. C.; EL OBEID, A. E.; JENSEN, H. H. *The geography and causes of food insecurity in developing countries*. **Agricultural Economics**, v. 22, n. 2, p. 199–215, 2000. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/175419/files/agec2000v022i002a010.pdf>. Acesso em 10. Nov. 2018

SOUZA, M. D. C. A.; HARDT, P. P. **Evolução dos hábitos alimentares no Brasil**. Brasil alimentos. 2002

SOUZA, S. T. Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. **Tese de Doutorado**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

STUCKLER, D.; NESTLE, M. *Big food, food systems, and global health*. **Plos Medicine**, São Francisco, v. 9, n. 6, p. 4–7, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227858171_Big_Food_Food_Systems_and_Global_Health . Acesso em 01. Mai. 2019

TEIXEIRA, C. S. Consumo e Práticas Alimentares das Mulheres da Baixada Fluminense e suas Relações com seus Corpos. **Dissertação Mestrado em Administração**. Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Grande Rio. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://tede.unigranrio.edu.br/bitstream/tede/49/5/Camila%20dos%20Santos%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018

TEO, C. R. P. A; GALLINA, L. S. Segurança alimentar e ambiente: a sustentabilidade como área de convergência. In: DE SÁ, C; FERRETTI, F; BUSATO, M. A. (Orgs.). **Ensaio contemporâneos em saúde: uma perspectiva interdisciplinar**. Chapecó: Argos, 2013.

TESTA, V. M.; et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense: proposta para discussão**. Florianópolis: EPAGRI, 1993, p. 247.

TROIAN, A; KLEIN, A.L; DALCIN, D. Relato de caso: novidades e inovações na agricultura familiar: debates e discussões da produção de tecnologias. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**. v.1, n.1., p.6-17, Julho, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/ojs/rbas/pdf/revista_3_artigo_48.pdf . Acesso em: 10 ago. 2017

VALENTE, F. L. S. **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo(SP): Cortez Editora, 2002.

VASCONCELOS F.A.G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutr., Campinas**, 439-457, jul./ago., 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000400001 Acesso em 05. Fev. 2018

VILLA REAL, L. C. A problemática da produção e consumo de alimentos e o lugar da alimentação escolar: uma revisão de literatura. 2011. **Dissertação Mestrado em Economia**. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49803>. Acesso em: 05 nov. 2018

VOGT, S. P. C.. A construção social do mercado institucional de alimentos: estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Ceilero, RS. 2009. **Dissertação Mestrado em Extensão Rural**, UFSM, Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8845>. Acesso em: 05 nov. 2018

WANDERLEY, M de N. B. Olhares sobre o rural brasileiro. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 23, n 1 e 2, p.82-98, jan./dez. 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. et al. **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa>. Acesso em: 17 ago. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba - SP, v. 52, 2014. <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WITTMAN, H; DESMARAIS, A; WIEBE, N. *The origins and potential of food sovereignty*. In: WITTMAN, H; DESMARAIS, A; WIEBE, N (eds.), 2010. **Food sovereignty. Reconnecting food, nature and community**. Oakland CA: Food First, 2010. P.1-14. Disponível em: https://foodfirst.org/wp-content/uploads/2014/01/Food-Sovereignty_INTRO_Origins-Potential-of-Food-Sov.pdf Acesso em: 05 nov. 2018

WOLF, E. **Sociedades Camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 147p.

WOORTMANN, K. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. **Série antropologia**, Brasília, n. 20, 1978.

WORLD RESOURCE SREPORT. **Creating A Sustainable Food Future: Synthesis Report**, 2018. Disponível em: https://wrr-food.wri.org/sites/default/files/2019-07/creating-sustainable-food-future_2_5.pdf. Acesso em 05. Fev.2019

ANEXO 01 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

SUGESTÃO DE ENTREVISTA

1. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

Pessoas	Idade	Gênero	Estado Civil	Parentesco com o entrevistado	Naturalidade
1		() F () M	() Casado/a () Solteiro/a () União Estável		() Palmitos () RS, onde _____ () outros _____
2		() F () M	() Casado/a () Solteiro/a () União Estável	() Esposa/o () Filho/a () Genro/Nora	() Palmitos () RS, onde _____ () outros _____
3		() F () M	() Casado/a () Solteiro/a () União Estável	() Esposa/o () Filho/a () Genro/Nora	() Palmitos () RS, onde _____ () outros _____
4		() F () M	() Casado/a () Solteiro/a () União Estável	() Esposa/o () Filho/a () Genro/Nora	() Palmitos () RS, onde _____ () outros _____
5		() F () M	() Casado/a () Solteiro/a () União Estável	() Esposa/o () Filho/a () Genro/Nora	() Palmitos () RS, onde _____ () outros _____
6		() F () M	() Casado/a () Solteiro/a () União Estável	() Esposa/o () Filho/a () Genro/Nora	() Palmitos () RS, onde _____ () outros _____

Quantos filhos? Onde residem e o que fazem:

Aposentados ou pensionistas?

2. CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE

Quantidade de hectares: _____ () arrendado () próprio

Sempre residiu na propriedade: Sim () Não (), se não, descrever onde morou antes

Tempo de reside na propriedade: _____

Propriedade: () herança () comprou () terceiros

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATUALMENTE

Atividades	Produção por ano	Consome (pessoas ou animais)	Vende para quem?	Tendência	Mão de obra
Leite				() aumentar () reduzir () manter	() Familiar qtos _ () contratada qtos _
Suínos				() aumentar () reduzir () manter	() Familiar qtos _ () contratada qtos _
Aves				() aumentar () reduzir () manter	() Familiar qtos _ () contratada qtos _
Gado de Corte				() aumentar () reduzir () manter	() Familiar qtos _ () contratada qtos _
Soja				() aumentar () reduzir ()	() Familiar qtos _ () contratada

					manter	qtos _
Milho					() aumentar () reduzir () manter	() Familiar qtos _ () contratada qtos _
Reflorestamento					() aumentar () reduzir () manter	() Familiar qtos _ () contratada qtos _
Fumo					() aumentar () reduzir () manter	() Familiar qtos _ () contratada qtos _
Outros:					() aumentar () reduzir () manter	() Familiar qtos _ () contratada qtos _

Contrata serviços () colheitadeira () Plantadeira () silagem ()

SEMPRE PRODUZIU ESSAS ATIVIDADES, SE NÃO QUAIS ATIVIDADES JÁ PRODUZIU

Atividades	Quando deixou de produzir	Motivo que deixou de produzir	Pensa voltar a produzir		
Leite					
Suínos					
Aves					
Gado de Corte					
Soja					
Milho					
Reflorestamento					
Fumo					
Feijão					
Outros					
Outros					
Outros					

CAFÉ DA MANHÃ

Produtos	Produz	Compra
Chimarrão		
Leite		
Café		
Pão		
Bolacha		
Polenta		
Derivados do leite		
Doce		
Embutidos		
Açúcar		
Outros		
Outros		

Como era antes o café?

JANTAR

Alimentos	Produz	Compra	Frequência	Produz	Compra	Frequência
Alimentos	Produz	Compra	Frequência			
Suco artificial						
Suco Natural						
Vinho						
Cerveja						
Refrigerante						
Chás						
Bolachas industrializadas						
Bolachas Caseiras						
Banana						
Maça						
Uva						
Melancia						

Laranja			
Mamão			
Melão			
Banha			
Azeite			

Quais programas do governo já utilizou para a agricultura e pecuária

Quando ocorreu as maiores mudanças na forma de se alimentar?

O que mais sente saudade que comia no passado?

Seus filhos que saíram de casa passaram a introduzir comidas que não comiam antes

Quantos por centos da comida compra?

Na sua horta o que geralmente planta?

Você troca alimentos com outras famílias? Isso diminuiu ou aumentou nos últimos tempos?

Saúde: Diabete, colesterol, triglicérides, ácido úrico, pedra dos rins,

Alimentos que não podem consumir.

Plantas medicinais - chás se produz ou compra

